

Luís Sá acusa o PSD de ter mentido ao país sobre a regionalização

RESUMO

27 Quarta-feira

Ocorre uma reunião entre o grupo parlamentar do PSD e a Pró-Associação de Utentes da Ponte 25 de Abril, que reivindica a realização de um referendo entre "os moradores da zona ribeirinha" sobre o pagamento de portagem para a travessia da ponte, o que o PSD rejeita ■ O Sindicato dos Médicos da Zona Sul lança um alerta para a classe estar preparada durante o Verão e participar em acções reivindicativas, receando que Paulo Mendo aproveite o período de férias para lançar a sua ofensiva antimédicos ■ Os dois principais grupos de accionistas privados do BPA decidem em reunião fazer frente à OPA lançada pelo BCP ■ Yitzhak Rabin exige uma acção internacional contra o terrorismo, proclamando ainda o estado de emergência em todas as representações israelitas ■ A justiça italiana emite um mandato de detenção preventiva contra Paolo Berlusconi, o irmão do primeiro-ministro italiano, acusado de corrupção ■ O Governo turco sofre uma vasta remodelação, abrangendo 11 ministérios.

28 Quinta-feira

A organização da Festa do Avante! desmente notícias segundo as quais teria responsabilizado o SIS pelos incidentes que pudessem vir a verificar-se na Ponte 25 de Abril no início de Setembro ■ O PCP critica o desmantelamento do Instituto de Apoio à Emigração e Comunidade Portuguesa e manifesta-se preocupado com o aumento de emigrantes clandestinos portugueses ■ O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública denuncia que os cerca de três mil trabalhadores do Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas irão ficar disponíveis quando este for totalmente desactivado ■ Ocorre um choque em cadeia na auto-estrada do Estoril, envolvendo 21 viaturas ■ A epidemia de cólera que provocou mais de 14 mil mortes entre os refugiados ruandeses no Zaire espalha-se no Ruanda, com o regresso de milhares deles ao seu país.

29 Sexta-feira

Luís Sá diz, em conferência de imprensa, que a decisão social-democrata de retirar da Constituição a criação de regiões administrativas pode "ser um tiro no pé" do PSD ■ O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras do distrito do Porto acusa, em conferência de imprensa, as empresas de construção de pouco ou nada investirem na higiene e segurança dos trabalhadores ■ Termina a Conferência Inter-Regional de Lisboa, que pretendia constituir um ponto de partida e abrir as portas à reforma da UNESCO ■ Paolo Berlusconi é colocado em prisão domiciliária.

30 Sábado

A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos realiza, em Almada, uma campanha de "informação e denúncia" da adminis-

tração da empresa Rodoviária Sul do Tejo ■ A Polícia Judiciária apreende, num rebocador no alto-mar, 1439 quilos de cocaína, detendo oito sul-americanos ■ Os países do Grupo de Contacto para a Bósnia aprovam o reforço das sanções económicas à Sérvia e ao Montenegro, o alargamento das zonas de segurança e o fim do embargo às armas para os muçulmanos ■ Uma missão, integrada por 200 militares norte-americanos, parte para o Ruanda, onde pretende reactivar o aeroporto de Kigali ■ Ocorre uma greve geral no Bangladesh contra a ascensão do fundamentalismo islâmico naquele país.

31 Domingo

O secretário de Estado da Cooperação anuncia, em Maputo, que Portugal vai apoiar teoricamente o processo eleitoral em Moçambique e que a Força Aérea Portuguesa poderá fiscalizar o espaço aéreo moçambicano ■ O Conselho de Segurança da ONU autoriza uma eventual intervenção militar no Haiti. A força multinacional será constituída quase totalmente por soldados dos EUA ■ Uma epidemia de cólera afecta um elevado número de ruandeses instalados junto à fronteira com o Zaire ■ Portugal sagra-se campeão europeu de futebol de sub-18 ■ Inicia-se, em Loulé, a Volta a Portugal em Bicicleta.

1 Segunda-feira

A Comissão Política do PCP manifesta-se, em conferência de imprensa, indignada com a proposta de revisão constitucional do PSD, especialmente ao fim do processo de regionalização ■ Inicia-se a greve dos maquinistas da CP às horas extraordinárias. Os comboios Alfa, Intercidades e internacionais param ■ O PCP da Nazaré considera que o presidente da Câmara, Jorge Barroso (PSD), deveria ter suspenso funções após perder o mandato por decisão do Supremo Tribunal Administrativo ■ O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores divulga um comunicado denunciando as más condições de trabalho dos funcionários das Direcções Regionais de Ambiente e Recursos Naturais ■ A UNICEF anuncia que os mortos entre os refugiados ruandeses nos campos do Zaire ultrapassaram os 50 mil em duas semanas ■ As manifestações em Timor-Leste são proibidas por um comandante militar indonésio.

2 Terça-feira

Prossegue na CP a greve às horas extraordinárias ■ O ministro das Finanças afirma não ter conhecimento prévio das decisões do BPA face à OPA de Jardim Gonçalves, apesar do Estado ser o principal accionista do Banco ■ Valente de Oliveira reconhece que o abandono da regionalização é um "acidente" no seu percurso político ■ Realiza-se, em Genebra, uma conferência promovida pela ONU sobre as operações humanitárias no Ruanda ■ Silvio Berlusconi comparece no parlamento italiano para responder a questões relacionadas com a gestão do seu grupo de comunicação social e a reforma do sistema de prisão preventiva.

Os perigos da política

Há trinta anos atrás, a maioria do povo português tinha da política uma ideia clara e concisa: era perigosa. Por política entendia-se, de facto, quase exclusivamente o que faziam e diziam os que se opunham ao fascismo vigente: os outros, os ministros de Salazar e Caetano, os presidentes das Câmaras, os governadores civis e etc., esses eram «do governo». «O governo» governava e «os políticos» eram objecto dos «safanões dados a tempo» que se traduziam em prisões, torturas, espancamentos, degredos, exílios, despedimentos, perseguições.

Nada disto foi suficiente, como se sabe, e há vinte anos verificou-se que afinal a política tinha a ver com toda a gente e que toda a gente estava interessada na política. E as coisas melhoraram.

Decorridos estes vinte anos, pode dizer-se que a noção de perigo de novo regressou à política, mas desta feita com duas vertentes, qual delas mais inquietante.

Por um lado, voltou, em muitos casos, pura e simplesmente a ser perigosa. Atestam-no as perseguições patronais, os despedimentos de comunistas e activistas sindicais, os «inqueritos» de que as empresas fazem depender a admissão de trabalhadores, etc. Atesta-o o ameaçador processo de desenvolvimento e implantação de serviços de segurança estatais como uma incontrolável tendência para se transformarem numa polícia ao serviço do governo, intrometendo-se na vida privada de quantos parece incomodarem-no — fazendo política.

Mas, para além deste acastelar de sombrias nuvens que, infelizmente, os portugueses reconhecem na memória, o novo perigo que ganha força cada dia que passa é a noção de que a política é uma desinteressante e pouco séria trapalhada que a ninguém interessa, salvo aos políticos que dela fazem proveitosa forma de vida, quedando-se o comum cidadão dela cada vez mais afastado, até porque cada vez menos a vai entendendo.

Esta dificuldade de entendimento não é, já se vê, accidental. Um tão precioso factor para afastar a maioria dos cidadãos da intervenção cívica e permitir que da política e da governação se faça o enredo de tramóias a que o País assiste há mais de uma dezena de anos em benefício de uns quantos, não poderia deixar

de ter autores, de ser um estilo, de ter métodos e objectivos.

E a verdade é que, graças aos esforços conjugados do PSD e do Partido Socialista e com o especial recurso às mais malignas componentes de uma magnífica conquista técnica da informação humana chamada televisão, se vai atingindo em Portugal este monstruoso desígnio: transformar a política numa charada onde nada parece ter nada que ver com coisa nenhuma, onde o que acontece num dia parece que não tem nada que ver com o que aconteceu no anterior e muito menos com o que se lhe vai suceder no dia seguinte, onde nada vale a pena fazer se não pactuar com o que se vai insinuando como práticas e valores de efeitos mais ou menos

E, nesta altura, a política voltou a ser perigosa. Porque se não for feita com o povo, será certamente feita contra ele.

garantidos: um oportunismo aqui, uma corrupção ali, um desespero acolá, uma indiferença crescente, um egoísmo generalizado.

As últimas semanas foram verdadeiramente exemplares desta situação.

Durante uns dias, sucederam-se neste país factos políticos de perfeita transparência e inteligibilidade.

O Governo aumentou brutalmente as portagens da Ponte 25 de Abril; os utentes protestaram, houve incidentes, repressão, o Governo recuou, houve divergências no seu interior - e etc.

Os pescadores portugueses perderam a paciência face ao que há anos andam a dizer sobre a situação a que a política de pescas cavaquista - ou antes, a política cavaquista das pescas, embora existam ambas... - protestaram, o ministro gaguejou, algumas medidas parece terem sido impostas.

Num daqueles actos falhados que revelam o que vai efectivamente no interior das cabeças, o Governo resolveu tratar a margem esquerda do Guadiana como se de um pedaço de Terceiro Mundo encravado no cosmopolitismo da Quinta da Marinha se tratasse e, claro, levou resposta adequada.

Face a tais questões, os políticos cavaquistas e socialistas foram obrigados a falar linguagens geralmente entendíveis pelo comum dos cidadãos - o que, como habitualmente, serviu igualmente para demonstrar que têm assinaláveis dificuldades em se fazerem entender pelo comum dos cidadãos -, trataram-se de problemas que dizem respeito ao quotidiano das gentes.

E imediatamente houve quem alertasse para que este processo comportava perigos inauditos para a governança: é que se estava a generalizar um «estado de espírito», uma «situação», uma «tendência» em que, por um lado, as pessoas poderiam querer discutir outras e relevantes questões do seu quotidiano - o desemprego, a crise da agricultura, os inexistentes aumentos, a crise económica, sabe-se lá - e, por outro, tendo-se verificado que acções de protesto de massas forçam o Governo a recuar, igualmente se poderia pôr em causa a «autoridade do Estado».

Mas rapidamente tudo entrou na linha.

Sobre o problema dos aumentos, das portagens, do carapau, dos baldios, PSD e PS, de braço, dado lançaram o momentosíssimo, o imperiosíssimo problema da... revisão constitucional!

Como salienta a Nota da Comissão Política do CC do PCP publicada neste número, ao PS se deve a iniciativa de ter, sem que a tanto nada o obrigasse, levantado a hipótese da actual revisão constitucional, para além de se ter mantido, como de costume, com o PSD para novas subversões da Lei fundamental.

Mas, graças a este pretexto, e a braços com portagens e carapaus, o PSD tirou verdadeiramente um coelho da cartola ao vir dizer que afinal, ao contrário do que tem andado a dizer durante anos e até está no seu programa eleitoral, pretende retirar da Constituição a perspectiva da criação das Regiões Administrativas.

Em si própria - e volte-se à Nota da CP - a questão nada tem de irrelevante, tal como muito menos é irrelevante aquilo que com esta farândola se pretende ocultar do que deseja o PSD mexer na Constituição. Mas o que é talvez mais evidente é que se deslocou o plano do debate político da vida concreta dos cidadãos onde se estava a situar para o dos meandros político-jurídicos que irão entreter as trocas de correspondência, via meios de comunicação social, entre a classe política no mês de Agosto.

E que dirá o cidadão comum, que ficou entretanto também a saber pela sra. Ministra que afinal o que o PSD tem andado a fazer na Educação precisa de ser completamente mudado?! Muito possivelmente, qualquer coisa do estilo «Vá lá entendê-los! Estou-me é nas tintas para isto tudo!»

E, nesta altura, a política voltou a ser perigosa. Porque se não for feita com o povo, será certamente feita contra ele.

Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sécuro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sécuro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A. 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A.
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A. 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A. 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Hélica Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Nota da Comissão Política do PCP Projectos de revisão ameaçam regime democrático

Em conferência de imprensa realizada na passada segunda-feira, Edgar Correia apresentou aos jornalistas as conclusões da reunião da Comissão Política do PCP, que analisou os mais recentes desenvolvimentos da situação política nacional

As informações vindas a público nos últimos dias relativas ao projecto de revisão constitucional do PSD, se não dispensa numa análise mais detalhada desse documento no momento em que o seu conteúdo seja integralmente divulgado, torn indispensável um primeiro comentário em relação a algumas das suas principais propostas e ao seu grave significado político.

Revisão constitucional

Desde logo importa sublinhar que as alterações que o PSD aparece a defender em relação à Constituição da República, não traduzem qualquer preocupação quanto ao aperfeiçoamento democrático da Lei Fundamental. Antes pelo contrário, assumem, na sua essência, propósitos de ruptura com aspectos essenciais do regime democrático construído com o 25 de Abril, de grave cerceamento de liberdades, direitos e garantias, nomeadamente dos trabalhadores, e de profunda regressão social.

São de salientar, entre outras, as seguintes propostas do PSD: a limitação do direito à greve e a liquidação das Comissões de Trabalhadores; a retirada das disposições relativas à progressiva gratuidade de todos os graus do ensino público e ao carácter tendencialmente gratuito do Serviço Nacional de Saúde; o enfraquecimento do direito à Segurança Social; profundas alterações de carácter retrógrado no capítulo da organização económica; alterações antidemocráticas no sistema eleitoral, afectando designadamente o princípio da proporcionalidade; a extinção do Conselho Superior da Magistratura; e o abandono da criação das Regiões Administrativas dotadas de órgãos democráticos representativos.

A Comissão Política do PCP, ao mesmo tempo que chama a atenção dos trabalhadores, dos democratas e do povo português, para a natureza das propostas e para os objectivos que o PSD pretende atingir na revisão constitucional e para a necessidade de lhe ser oposta uma firme e decidida barreira, salienta de forma muito particular as responsabilidades contraídas pelo PS - sem cuja colaboração e votos o PSD não poderá aprovar qualquer alteração à Constituição - em matéria de importância tão vital para o futuro do país.

Porque foi o PS que, num quadro parlamentar particularmente favorável ao PSD, tomou a iniciativa de desencadear um processo de revisão constitucional politicamente desnecessário, inoportuno e susceptível de introduzir novas distorções e desfigurações na Lei Fundamental.

Porque foram os dirigentes do PS, na sua própria proposta de revisão constitucional, quem tomou a iniciativa de abrir importantes linhas de convergência com o PSD. Nomeadamente em relação à modificação do sistema eleitoral proporcional (visando o bipartidarismo e a criação administrativa de maiorias absolutas) e em relação à introdução da moção de censura construtiva (visando assegurar o monopólio da oposição institucional, a diminuição de poderes presidenciais e a sobrevivência artificial de eventuais governos minoritários do PS).

E porque, desse modo, foram os dirigentes do PS quem forneceu o ensejo e objectivamente animou o PSD a apresentar uma proposta de revisão maximalista (no mesmo sentido essencial da proposta "de uma nova Constituição" assumida pelo CDS), visando pressionar alterações no domínio da organização do poder político, da organização económica e dos próprios direitos fundamentais (nomeadamente os económicos e sociais), que, a consumarem-se, representarão um profundo retrocesso na vida nacional.

A proposta do PSD no sentido de ser retirada da Constituição a criação das Regiões Administrativas constitui, pelo seu significado político e pela prática que espelha, matéria que não dispensa uma referência especial.

Desde logo para sublinhar o descrédito de um partido e de um Primeiro-Ministro que durante anos assumiram a regionalização como um dos seus objectivos (que figura nomeadamente no programa eleitoral com que os actuais deputados do PSD apresentaram ao eleitorado e no Programa do próprio Governo) e que agora, subitamente, aparecem a sustentar uma posição diametralmente oposta.

As declarações de Cavaco Silva a um semanário, reconhecendo que durante anos a concretização da regionalização foi bloqueada, nomeadamente pelo PSD, e que "ninguém teve a coragem de dizer (que a regionalização era contrária aos interesses do país) porque tinham medo de perder votos ou de perder os seus lugares nos partidos", constitui uma confissão desavergonhada de que os portugueses não devem demorar a retirar as devidas ilações. Porque ela representa o reconhecimento público de anos de mentiras e de mistificações do PSD e do próprio Primeiro-Ministro a respeito da regionalização. E porque ela constitui, igualmente, uma esclarecedora demonstração do que para o PSD e para Cavaco Silva representa a vontade do eleitorado democraticamente manifestada e o valor nulo das promessas e compromissos políticos que assumem.

Ofensiva contra os direitos laborais

As propostas apresentadas pelo patronato no Conselho da Concertação Social, com o apoio entusiástico do Governo, visando enterrar definitivamente o 25 de Abril em matéria de legislação laboral e liquidar importantes conquistas dos trabalhadores, como seja o direito à contratação colectiva, à greve, à defesa face à arbitrariedade patronal, à fixação do horário de trabalho, à protecção no desemprego, prefiguram uma das mais graves ofensivas contra os direitos laborais e sindicais.

O que o Governo pretende com o chamado Acordo Económico e Social a "médio prazo", é dar cobertura às reivindicações patronais no sentido de se alcançar um salto qualitativo no prosseguimento da desregulamentação generalizada das relações laborais.

Insistindo na estafada tese que pretende apresentar o crescente desemprego como o resultado da chamada "rigidez do mercado do trabalho", o que o patronato e o Governo querem é aprofundar ainda mais a precariedade do emprego e intensificar a exploração, política que, como a experiência comprova, é em si mesma responsável pelo aumento do desemprego.

É caracterizador desta política que até agora Governo e patronato não tenham dito uma palavra sobre a política de rendimentos e que pretendam condicionar a sua discussão à prévia renúncia por parte dos sindicatos a importantes direitos laborais e sociais.

A Comissão Política do PCP ao mesmo tempo que alerta para a natureza dos projectos patronais e governamentais e que denuncia a utilização das ameaças de mais desemprego como chantagem para impor a revisão da legislação laboral e baixar o valor da mão-de-obra assalariada, apela a todos os trabalhadores para que intensifiquem a sua luta contra o desemprego, contra os despedimentos colectivos em curso, pela protecção social, pelo desbloqueamento da contratação colectiva e por aumentos salariais que reponham o poder de compra dos trabalhadores.

Educação

- a crise continua

A conferência de imprensa com que há poucos dias a Ministra da Educação pretendeu encerrar o último ano lectivo e anunciar orientações e medidas com vista ao próximo, constituiu a todos os títulos um acontecimento decepcionante.

Desde logo porque não existe qualquer correspondência entre a dimensão da crise que atinge a escola e o sistema educativo - e que tem motivado a generalizada insatisfação e o protesto de estudantes e de professores, e a intervenção do movimento do país e a inquietação do conjunto da sociedade portuguesa - e o diagnóstico, imperfeito e incompleto, da situação, associado ao carácter fragmentário e incoerente das medidas anunciadas em relação ao futuro.

Debalde se procura qualquer preocupação e muito menos qualquer resposta da Ministra em relação aos principais problemas estruturais que moldam a crise do sistema educativo, desde os recursos financeiros insuficientes e mal aproveitados, à política de recursos humanos marcada

pelo economicismo e por uma formação contínua subvertida em relação ao que deveriam ser as suas finalidades, e às carências sérias no plano das estruturas físicas e dos equipamentos cuja satisfação continua a ser protelada de ano para ano.

Debalde se procura, também, ver abordados com verdade os problemas da escolarização, quando é evidente a distância a que o país se encontra de um nível aceitável particularmente no que respeita à educação pré-escolar, ao secundário e ao superior, e quando os nove anos de escolaridade obrigatória não são ainda cumpridos de forma generalizada. A gravíssima questão do insucesso escolar - quer o que aparece traduzido em índices de repetência e de abandono escolar, quer o que de facto se manifesta em resultados como os das provas de aferição deste ano, que foram desastrosos - é matéria cuja terapêutica, naturalmente complexa, de todo escapa no discurso oficial.

Naturalmente que todo o país, a começar pelas famílias e pelas próprias escolas, está de acordo que os horários dos alunos não devem ter "furos" e que devem estar sempre preenchidos com aulas e outras actividades que ocupem educativamente os seus tempos. O que faltou à ministra da Educação foi porém o anúncio de medidas concretas, da sua própria responsabilidade, para que tal aconteça, nomeadamente no que respeita ao indispensável número de salas de aula e de professores, e à dotação das escolas com mecanismos efectivos de substituição de professores quando ocorram faltas dos docentes.

Quanto à avaliação dos alunos do ensino básico e secundário, são conhecidas as críticas muito severas que o PCP dirigiu aos sistemas implementados pelo Ministério da Educação no âmbito da reforma educativa. Sem prejuízo de um ulterior e mais completo juízo sobre esta questão, é possível adiantar que as alterações agora anunciadas pela ministra Manuela Leite não modificam aspectos particularmente gravosos desses sistemas. E a decisão de generalizar as provas globais aparece no mínimo como muito precipitada e por isso pouco responsável, além de incoerente com os objectivos estabelecidos na Lei de Bases do Sistema Educativo.

O que é particularmente grave e merece por isso o reparo muito crítico do PCP, é que em matéria de tal importância para o sistema educativo e de tal delicadeza pedagógica, o Ministério da Educação mais uma vez, por despacho, ponha e disponha a seu belo prazer, desprezando a opinião dos professores e técnicos da educação e dispensando a realização de qualquer debate e forma de consulta ao nível das escolas e da própria opinião pública.

Não à privatização da Saúde

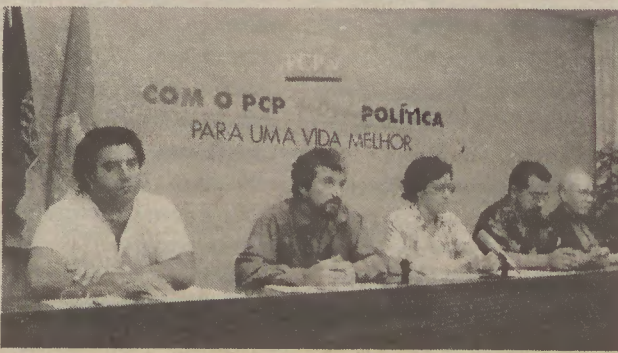
A publicação no "Diário da República" de sexta-feira da Portaria nº 704/94 do Ministério da Saúde com o programa de concurso e o caderno de encargos tipo para a privatização da gestão de instituições e serviços do Serviço Nacional de Saúde, que irá enquadrar o concurso para a entrega à gestão privada do novo hospital de Amadora-Sintra (que envolveu investimentos públicos da ordem das duas dezenas de milhões de contos), chama vivamente e de novo a atenção para o sentido da política que o Governo está a realizar na área da Saúde.

A verdade é que, apesar de toda a expectativa criada em torno do perfil médico do actual titular da pasta da Saúde, oito meses decorridos desde a sua tomada de posse, nada mudou para melhor num sector que está confrontado com gravíssimos e inadiáveis problemas.

Continua a registar-se uma preocupante deterioração dos serviços de saúde e até dos seus níveis de segurança, apesar do empenhado esforço

Política de emigração

Reunido na passada semana, o Organismo de Coordenação da Emigração na Europa do PCP considerou em conferência de imprensa como «altamente duvidoso» o processo de reestruturação em curso no Ministério dos Negócios Estrangeiros. No encontro com os jornalistas, onde foi divulgado o documento que transcrevemos a seguir, estiveram João Armando, do Comité Central, Fátima Garcia, Carlos Vicente, Isaque Ferreira e Luís Rebelo, que integram as organizações do Partido na Bélgica, Alemanha, Suíça e Inglaterra, respectivamente.



Responsável há mais de 14 anos, nos sucessivos governos, pela política de emigração, o PSD tem demonstrado manifesta incapacidade em dar resposta aos reais problemas das comunidades portuguesas, ao mesmo tempo que pratica um diálogo de surdos com as estruturas representativas dos emigrantes.

O balanço possível a fazer desde já sobre a reestruturação do Ministério dos Negócios Estrangeiros - MNE e as suas implicações na área da emigração leva-nos a considerar ser altamente duvidoso que dela advenham as alterações e medidas necessárias à implementação de uma verdadeira política de emigração. Com efeito, e ao contrário das declarações oficiais de boas intenções, eis algumas medidas concretas e factos que justificam plenamente as nossas apreensões:

1. O apressado desmantelamento do Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas - IAEC, antes mesmo de ser publicada legislação que transferisse as suas competências, serviços e pessoal para outro organismo, o qual só pode ser entendido numa perspectiva de mera redução de despesas.

2. A falta de novos postos consulares que se faz sentir, por exemplo, na Suíça, enquanto se encerram outros, nomeadamente os de Munique e Antuérpia.

3. O secretismo e atraso na revisão do Regulamento consular (que data de 1920), processo iniciado há mais de um ano, não se

Declaração de Luís Sá PSD mentiu sobre as regiões

Numa declaração apresentada à imprensa na passada sexta-feira, Luís Sá acusou o PSD e o Primeiro-Ministro de mentirem ao país durante anos sobre a instituição das chamadas regiões administrativas.

A proposta anunciada pelo Presidente do PSD, Cavaco Silva, de eliminar da Constituição a previsão de criar as regiões administrativas é um facto político que vem confirmar que o processo de revisão constitucional aberto pelo PS e CDS não visa aperfeiçoar o sistema político, mas sim degradar a sua democraticidade.

Não pode esquecer-se, por outro lado, que a instituição das regiões administrativas na presente legislatura constitui um compromisso assumido no programa e manifesto eleitoral que o PSD apresentou em 1991 e no próprio Programa do Governo, que assim fica claro que não se destina a ser cumprido, tal como não o são outras promessas como a instituição da semana de trabalho de 40 horas, a criação de 100 mil postos de trabalho ou de lugares no ensino superior público para os jovens.

Esta declaração de Cavaco Silva vem fundamentalmente confirmar e dar razão às justas denúncias do PCP de que o PSD não tencionava promover qualquer efectiva regionalização. Esta declaração vem pôr a nu anos e anos de mentiras e mistificações do PSD a respeito da regionalização, que os portugueses não podem deixar de julgar do ponto de vista ético e político.

Ao contrário do que pretende o PSD, a criação das regiões não virá alargar a burocracia ou «criar uma nova classe política», mas sim combatê-la, submetendo ao juízo popular e eleitoral aqueles que agora são nomeados pelo partido do Governo e funcionam como suas correias de transmissão. É o que se passa, por exemplo, com as cinco Comissões de Coordenação Regional que têm vindo a ser sistematicamente fortalecidas e que desempenham um importante papel na administração de fundos comunitários, sem legitimidade democrática. O que o Primeiro-Ministro pretende não é combater a burocracia e o alargamento dos serviços públicos, mas sim não submeter ao juízo dos cidadãos expresso nas urnas os poderes que já actualmente existem. Não representará gastos públicos adicionais, mas antes a garantia de que serão administrados de forma descentralizada, mais transparente e com o devido controlo popular.

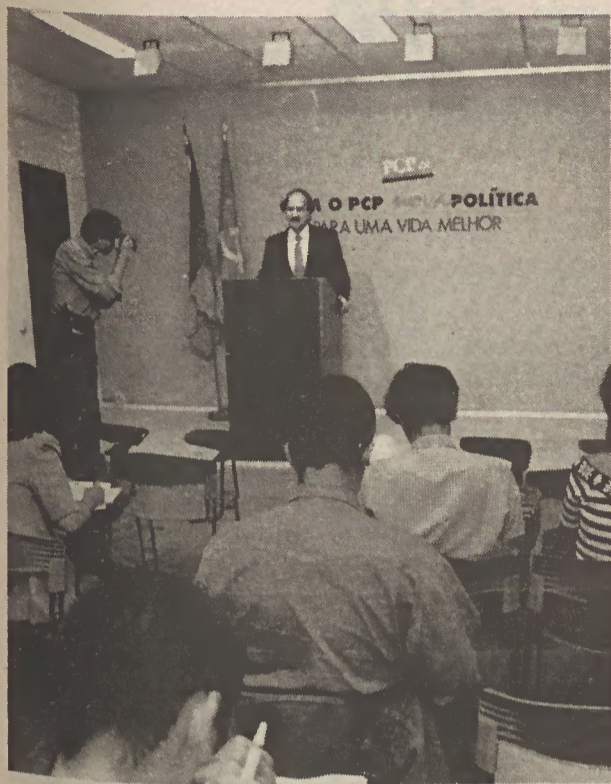
A criação das regiões administrativas não porá em causa a «coesão nacional», antes a aprofundará, aproximando os níveis de desenvolvimento das várias regiões. A mobilização de recursos e energias através de estruturas democraticamente eleitas e participadas constitui um factor de desenvolvimento, tal como o PCP tem repetidamente afirmado, e tal como consta da Carta Europeia da Regionalização. Constitui, desde logo, um facto significativo que, à parte o caso particular do Reino Unido, influenciado pela situação da Irlanda do Norte, Portugal e a Grécia sejam simultaneamente os países não regionalizados e também os mais atrasados da Comunidade Europeia. A representação de Portugal no Comité das Regiões sem ser através de representantes regionais eleitos e a recente rejeição da tentativa do Governo de designar três representantes das Comissões de Coordenação Regional para a Conferência

dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa demonstra que a inexistência de regiões é totalmente desadequada do quadro institucional que está criado.

Constitui, por outro lado, uma rematada hipocrisia afirmar que os municípios têm uma tradição que falta às regiões, quando a verdade é que o Governo e a maioria parlamentar do PSD têm atestado contra os poderes e os meios financeiros municipais, demonstrando que o problema é a sua orientação centralizadora e autoritária e não a falta de tradição regional. É igualmente uma hipocrisia afirmar que o associativismo municipal pode ser uma alterna-

tiva, quando o PSD, o seu Governo e a sua maioria nem sequer têm permitido que as associações de municípios possam dispor de quadro de pessoal.

O PCP, pela sua parte, no quadro da luta por uma nova política e por uma alternativa, continuará o combate pela instituição das regiões administrativas, dotadas de meios administrativos e financeiros adequados para resolverem os problemas das populações, e pelo fortalecimento do poder local. Apela para que a opinião pública democrática, as populações, as autarquias e todos os que lutam pelo desenvolvimento das regiões se empenhem no combate a esta orientação do PSD e para que se criem condições para uma nova política no quadro da qual seja possível instituir finalmente as regiões administrativas.



de muitos dos seus profissionais. As graves restrições financeiras, os critérios economicistas e os processos de "comando" administrativos das unidades de saúde, a par do clientelismo "laranja" na política de nomeações do Ministério da Saúde, continuam a ser as regras dominantes. Isto sem referir que continua ausente uma política de fundo de defesa e de promoção da saúde dos portugueses, com destaque particular para toda a área dos cuidados de saúde primários.

É neste contexto que não pode deixar de ser observado e criticado que as energias do Ministério da Saúde estejam concentradas não na melhoria da prestação de cuidados de saúde nos estabelecimentos públicos, mas na concretização de um autêntico programa neoliberal que visa a desresponsabilização do Estado em relação à protecção da saúde dos portugueses; a destruição do Serviço Nacional da Saúde e a criação, em sua substituição, de um sistema, puramente residual e caritativo, de saúde de 2ª classe para a população pobre; a mercantilização e privatização da prestação de cuidados de saúde para a maioria da população; e o ataque às carreiras médicas.

A Comissão Política do PCP recusa firmemente uma orientação e um caminho que leva à divisão dos portugueses, do ponto de vista do seu direito à saúde, em cidadãos de primeira e de segunda. A discriminação entre aqueles que têm capacidade económica (ou capacidade para se endividarem) para poderem usufruir da prestação de cuidados de saúde de qualidade, e os restantes portugueses, a grande maioria, que não tendo essa capacidade económica ficariam condenados ao acesso apenas a um sistema caritativo de saúde.

A privatização da saúde - desde a entrega da exploração de hospitais, centros de saúde e outros serviços públicos a entidades privadas, até à transferência das responsabilidades públicas com a saúde para os próprios cidadãos, através do pagamento da prestação dos cuidados de saúde ou de seguros que a garantam - não só não representa nenhum avanço como significa um pesado retrocesso social.

E a não ser travado o curso da política do Governo, conduziria em linha recta, nas condições concretas da sociedade portuguesa, ao aumento das despesas com a saúde, quer as suportadas pelo Estado, quer as suportadas directamente pelos cidadãos, e a mais desigualdades, a mais discriminações e a mais injustiças sociais.

Por tudo isto, o PCP pronuncia-se abertamente contra a privatização da gestão do novo hospital Amadora-Sintra.



é um fracasso

sabendo se está em banho-maria ou se pura e simplesmente foi abandonado.

4. A perda de oportunidade em corrigir o incongruente DL 101/90 com a pretensa intenção de criar estruturas representativas dos emigrantes e que passados 4 anos ainda não existem porque o Governo não quer.

5. A persistência dos enormes atrasos na entrega de Bilhetes de Identidade obtidos através dos consulados que nalguns casos demoram um ano ou mais.

6. A publicação, a pretexto da nova Lei Orgânica do MNE, de uma Portaria com uma nova tabela de Emolumentos consulares onde os actos mais praticados sofrem aumentos que vão de 50 a 100% e alguns serviços, que eram grátis, passam a ser pagos, como por exemplo, o preenchimento de impressos para Bilhete de Identidade. Entretanto quer impor aos trabalhadores consulares aumentos salariais na ordem dos 2%.

7. A manutenção da ausência de um Estatuto profissional para os trabalhadores recrutados lá fora que exercem funções nos organismos oficiais portugueses no estrangeiro, indispensável à dignificação da função e melhoria dos serviços.

8. A continuação de graves indefinições sobre o âmbito da acção do Instituto Camões (criado em 1992 e sob a tutela do Governo) no

plano do ensino da língua e cultura portuguesas aos filhos dos emigrantes.

9. A frequente falta e recusa de apoio às associações e outras estruturas dos emigrantes, no âmbito das suas actividades culturais e sociais.

A emigração, tudo o indica, mantém-se como o parente pobre, continuando a faltar os meios materiais, técnicos e humanos de forma a modernizar e a melhorar o funcionamento das estruturas de protecção e apoio às comunidades portuguesas que hoje estão centrados nos postos consulares.

Empresas fictícias e falsos contratos

O avanço do processo de integração comunitária que obedece a critérios monetaristas em detrimento da coesão económica e social e tem o total apoio do Governo PSD, reflecte-se também negativamente junto dos trabalhadores emigrantes portugueses.

Com efeito, ao mesmo tempo que cresce o desemprego e aumenta a precarização do trabalho no conjunto dos países da União Europeia, continua a aumentar consideravelmente o número de portugueses, que ao abrigo da livre circulação de trabalhadores, são contratados por empresas, frequentemente fictícias, que os enganam com

falsos contratos e que impõem baixos salários, extensos horários, condições de vida e de trabalho degradadas e sem direito à segurança social.

Entretanto, sem que o Governo PSD manifeste qualquer intenção de agir em defesa dos nossos emigrantes, agravam-se as discriminações de facto baseadas na origem nacional e desenvolvem-se a um ritmo preocupante expressões de xenofobia, com agressões físicas ainda recentemente verificadas em Leipzig, Hannover e Darmstadt.

A Assembleia da República apreciou no início deste mês uma petição, subscrita por mais de 6500 emigrantes residentes na Europa, em que são apresentadas reivindicações ligadas aos serviços de apoio, à promoção do ensino do português, ao apoio às suas associações e à realização de um debate nacional sobre política de emigração.

O Grupo Parlamentar do PCP, que manifestou a sua total solidariedade com as questões levantadas, propôs na Comissão dos Negócios Estrangeiros e Comunidades que esta promova na próxima sessão legislativa um simpósio sobre a difusão no estrangeiro da língua e cultura portuguesas. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

O PCP tudo fará para que esta iniciativa conte com a participação dos principais interessados - os emigrantes e em particular as associações, as comissões de pais e o Sindicato dos Professores no Estrangeiro.

Fernando Gomes esquece promessas

O presidente da Câmara do Porto garantiu em Junho de 1992 aos funcionários dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade (SMGE) que não perderiam quaisquer direitos com a integração na EDP. Porém, dois anos depois, Fernando Gomes assina um acordo com o Conselho de Administração da EDP que vem prejudicar gravemente os interesses dos trabalhadores e seus familiares.

A denúncia foi feita pela vereadora, da CDU, Ilda Figueiredo, em recente reunião de Câmara, que não conseguiu obter resposta satisfatória do presidente.

Em comunicado, a Direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP (DOCP) recorda que, após a integração dos serviços, durante dois anos, os ex-funcionários dos SMGE mantiveram os direitos e regalias que tinham através da Caixa Cristiano Magalhães, cujo suporte financeiro passou provisoriamente a ser assegurado pela EDP. Contudo, desde Junho passado, data em que foi assinado um novo acordo entre a CMP e a EDP, o apoio financeiro foi reduzido passando a garantir apenas as regalias e condições estipuladas pelo Estatuto Unificado da EDP.

Os comunistas acusam Fernando Gomes de saber que deste modo «a maior parte dos pensionistas teria as suas reformas diminuídas e as viúvas, filhas e irmãos dos aposentados falecidos do SMGE seriam excluídas de qualquer direito, incluindo a pensão de sobrevivência».

O PCP condena a actuação do autarca socialista que «não acautelou os interesses e defraudou as expectativas daqueles que durante uma vida inteira dignificaram pelo seu trabalho os serviços da Câmara Municipal do Porto».

Debate interrompido

Marcada pelo seu presidente para o passado dia 18 de Julho, a Assembleia de Freguesia da Vitória, no Porto, começou mal desde o início. Segundo denunciaram os eleitos da CDU, «a convocatória não respeitou os prazos regimentalmente estabelecidos e a Assembleia foi marcada para a Associação Cristã da Mocidade, contra o artigo 10º do regimento aprovado que obriga à sua realização em edifício público».

A bancada da CDU permaneceu no entanto na sala com o objectivo de debater o Plano Estratégico do Centro Histórico, iniciativa há muito aguardada que contou com uma exposição inicial do vereador Gomes Fernandes.

O orador terá contudo exagerado no tempo e para espanto dos autarcas da CDU foi anunciado que a sessão tinha de encerrar, por necessidade de fechar a sala, impedindo que membros da Assembleia e da assistência pudessem participar no debate e questionar as afirmações feitas.

A CDU responsabiliza o PS, único Partido no Executivo e Mesa, por esta atitude de desrespeito à Assembleia de Freguesia.

Lixo a mais em Ermesinde

«Ermesinde é há vários anos o depósito de lixos de muitos concelhos», afirma a Cordenadora Concelhia da CDU de Valongo que manifesta «preocupação face à perspectiva de construção de uma estação de incineração de lixos hospitalares».

Não questionando a necessidade da estação, a CDU defende que seja escolhido outro local já que «Ermesinde é uma cidade altamente vulnerável à poluição» e apesar das modernas tecnologias «estas não evitam totalmente a propagação para a atmosfera dos gases tóxicos libertados pela combustão».

CREL provoca destruição

A construção da Circular Regional Exterior de Lisboa e vias radiais, da responsabilidade do Ministério das Obras Públicas e da Junta Autónoma das Estradas, estão a despertar o protesto e indignação das populações e autarcas pela forma com estão a ser realizadas, «atentando contra a segurança e cometendo autênticos crimes ambientais».

Em comunicado da Comissão Concelhia de Loures, o PCP sublinha que as populações e as autarquias devem ser respeitadas, o que não está acontecer. Entre várias destruições provocadas pelas obras, conta-se o colector de esgotos danificado junto à Ribeira de Odivelas, a estrada para Palhais na freguesia de Loures e o assoreamento do rio Trancão nalguns troços na zona de Bucelas/São Julião do Tojal.

Sublinhando a grande importância deste conjunto de infra-estruturas viárias em construção, que «correspondem às reivindicações das populações e dos órgãos autárquicos», os comunistas solidarizam-se com os protestos e exigem que o Ministério adopte uma atitude mais «respeitadora».

Também no que toca à realização da Expo'98, o PCP recebe «poder-se estar perante a intenção de empurrar para a zona ribeirinha do concelho de Loures (Bobadela, S. João da Talha, Stª Iria de Azóia) segmentos da actividade industrial, de reduzida mais-valia social, perturbadoras do ordenamento do território e ambiente».

A Concelhia de Loures do PCP considera indispensável que «em tempo oportuno se constituam soluções de diálogo que permitam conciliar as situações em causa, sempre na perspectiva da defesa do bem-estar das populações da zona».

No entender do PCP, a futura ocupação «não deverá excluir a utilização dos terrenos por actividades económicas mas com a preocupação predominante da defesa das áreas de protecção ambiental e do usufruto pela população daquela zona ribeirinha».

Fome no Alentejo A culpa não é das autarquias

«Ao contrário do que afirmaram as comissões políticas distritais do PSD» em Beja, «o povo do distrito continua confiante nos eleitos que escolheu para as autarquias», afirma em comunicado a Direcção da Organização Regional de Beja do PCP.

«Se o poder central tivesse contribuído para o desenvolvimento na mesma proporção que o Poder Local, a situação seria outra», prossegue o texto sublinhando que «a culpa do atraso não é do PCP nem das autarquias onde está em maioria. Trás-os-Montes (distrito de Bragança e Vila Real), foi desde sempre uma região de maioria do PSD e tal como no Alentejo, o envelhecimento, o desemprego e a emigração são uma realidade de todos conhecida».

Os Açores são também citados no comunicado da DORBE como uma região sempre governada pelo PSD que «continua a perder a sua população que se vê obrigada a emigrar para sobreviver havendo ilhas que correm o risco de ficar desertas».

Para o PCP, «estes são exemplos evidentes que não é ao Poder Local que se devem assacar as responsabilidades do atraso económico. E muito menos ao Partido Comunista».

«O PSD, apoiado no aparelho de Estado, recorrendo à demagogia e à mentira, não olhando a meios para atingir os fins, pretende transmitir ao país uma imagem do Alentejo que nada tem a ver com o que se passa na região e de que só a política de direita realizada nos últimos 18 anos é responsável».

A DORBE afirma que «há de facto fome e miséria em muitos lares. Os milhares de desempregados e os reformados com baixas pensões não têm condições para uma vida digna. Se não fosse a solidariedade dos vizinhos ou o crédito dos pequenos comerciantes maior seria o dramatismo da situação».

Chamando à atenção da opinião pública para a «campanha insidiosa que o PSD está a promover contra a dignidade dos alentejanos», a DORBE salienta que «os eleitos nas autarquias tudo têm feito para promover o desen-

volvimento da região (...) não podem é substituir-se ao Governo. Os grandes projectos, há muito reclamados pelo PCP e outras organizações e sempre adiados, são da responsabilidade política e financeira do Poder Central».

Os comunistas de Beja reafirmam «a necessidade de uma nova reforma agrária que entregue a terra a quem a trabalha e a implementação de uma nova agricultura que satisfaça as necessidades agroalimentares do país que hoje já importa 70 por cento do que consome».

A prioridade, segundo a DORBE, deveria ser dada «às obras do Alqueva e de outras Barragens e algumas infra-estruturas ligadas ao Plano de Rega do Alentejo e a implementação de linhas de formação profissional adequadas às exigências de uma nova e moderna agricultura e indústrias a esta associadas. Sem estas medidas de fundo que há muito vimos propondo e o PSD tem rejeitado, a desertificação, o desemprego e o envelhecimento continuarão a aumentar no Alentejo», conclui o comunicado da DORBE.



Expectativas goradas

Por seu turno, a Associação de Municípios do Distrito de Beja (AMDB) afirma em comunicado que as expectativas geradas em recente reunião com o Ministro do Emprego «configuram-se frustradas», uma vez que dos 1500 casos considerados de «extrema necessidade», apenas 500 serão satisfeitos pelos centros de emprego.

A Associação considera ainda insuficiente o período previsto de ocupação (três meses), e critica o facto destes trabalhadores não serem

abrangidos pela segurança social, nem pelo subsídio de desemprego após a cessação do Programa Ocupacional. A AMDB vê, por outro lado, com «grande preocupação o acréscimo de encargos com a implementação deste programa, contribuindo para a asfixia financeira das mesmas».

O comunicado reclama concretização dos grandes projectos estruturantes para o Alentejo, acompanhados de «iniciativas conducentes à criação de emprego para os trabalhadores desempregados, numa óptica de promoção dos sectores tradicionais da região, designadamente as produções agrícola, pecuária e silvícula».

Fim da Quimigal deixa Barreiro sem alternativa

«O desmembramento da Quimigal e a ausência de um projecto de recuperação do tecido industrial que permita a criação de emprego e o desenvolvimento do aparelho produtivo, tem trazido ao Barreiro enormes problemas», considera a Comissão Concelhia local do PCP.

Os comunistas sublinham que «os graves problemas sociais do concelho do Barreiro estão essencialmente ligados ao desmembramento da Quimigal» que provocou a «destruição de cinco mil postos de trabalho, com despedimentos encapitados pelas rescisões de contrato reformas antecipadas e despedimentos colectivos».

Este desmembramento significou para o Barreiro uma regressão no crescimento económico e

reflectiu-se negativamente nas empresas que gravitavam em torno da Quimigal e na actividade comercial, em geral.

Cerca de 40 fábricas já fecharam e o equipamento que custou milhões de contos, ao fim de dois ou três anos, foi vendido para a sucata, por pouco mais 200 mil contos.

O PCP defende o aproveitamento pleno do Parque Industrial da Quimigal/Quimiparque, «recurso imprescindível e estruturante para o concelho com condições instaladas que permitem a sua renovação e desenvolvimento» e solidariza-se com a luta que os trabalhadores têm desenvolvido na defesa das suas empresas, dos seus postos de trabalho, e dos seus direitos».

CAMARADAS FALECIDOS

António Alves

Faleceu recentemente com 81 anos António Alves, natural de Mação. Foi preso pela PIDE por duas vezes. Residia há vários anos em Carenque-Belas, tendo pertencido à Comissão de Moradores, assim como integrava a Comissão local de Reformados. Militava na célula do PCP em Belas (Sintra).

Francisco Madeira

Faleceu recentemente Francisco Carreira Madeira de 73 anos. Era reformado da Função Pública, e estava organizado na cidade de Santarém.

Manuel Neto

Faleceu recentemente Manuel Pereira Neto, de 84 anos. Residente há longos anos em Aigualva-Cacém, era natural de Castro d'Ai-

re, onde estava organizado e onde jamais deixou de apoiar as tarefas e campanhas do Partido.

Manuel Pina

Faleceu Manuel Pereira Pina, de 70 anos. Antifascista de longa data e activista associativo, militava na célula do Bairro do Bosque, na freguesia da Falagueira, Venda Nova (Amadora).

José Vitorino

Faleceu no passado dia 9 de Julho com 79 anos, José Vitorino. Foi militante da Juventude Comunista de 1930 a 1934 e esteve preso no Aljube, tendo respondido no Tribunal Especial de Santa Clara.

Depois do 25 de Abril, pertenceu à célula da Navegação Fluvial e Costeira, organismo de transportes da ORL e desde 1988 à freguesia dos Prazeres na Zona Oriental de Lisboa.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do "Avante!" manifesta sentidas condolências.

Célula do PCP analisa Contas do Totta...

Nos últimos quatro anos, o Banco Totta e Açores registou um aumento de 210 por cento dos proveitos; contudo, ao longo deste período, os valores respeitantes aos custos com o pessoal baixaram de 9,2 por cento para 7 por cento. Para a Célula do PCP não há dúvidas: a exploração dos trabalhadores é cada vez maior e o banco está a saque

Os contornos do aumento da exploração dos trabalhadores do Banco Totta e Açores são bem conhecidos, afirmam os comunistas que apontam «horas extraordinárias não registadas e não remuneradas, brutal aumento dos ritmos de trabalho, aumento ilegal do horário de trabalho, com a entrada muito antes das 8.30 horas; utilização da hora de almoço e saída após as 16,30 horas».

Apresentando lucros avultados, o Banco continua a ser cobiçado e, segundo a Célula do PCP, «alguém estará agora a estender a "passadeira" para a entrada de outro grupo com 25% por cento do capital ficando o Banesto/Santander com outros 25 por cento».

Os comunistas recordam que «desde o início da desnacionalização que se sucedem os golpes e contragolpes (Belmiro,

Roquete, Conde) sempre com grande sucesso financeiro para os autores e com grandes prejuízos para a empresa e para o País».

Deste modo, exigem que o Governo e a Administração do BTA definam «um quadro legal muito claro e um plano de médio/longo prazo que garanta a solidez, o progresso e a tranquilidade do BTA bem como os direitos de todos os trabalhadores, reformados e pensionistas».

O jackpot das provisões

Outro alerta dado pela Célula do PCP no BTA refere-se à questão das provisões que teoricamente se destinam a «fazer face a dificuldades futuras no âmbito do crédito, depreciação de títulos, depreciação de imobi-

lizações financeiras», entre outras.

Contudo, a Célula assinala: «verifica-se, no entanto, que, na prática, tanto a constituição como a utilização das provisões obedecem a desígnios diferentes».

«Ainda no tempo da Banca Nacionalizada - mas gerida pelos incondicionais serventários dos interesses dos grandes capitalistas, inteiramente dedicados à tarefa de denegrir e destruir o Sector Estatal da Banca - as provisões foram utilizadas como poderoso meio de transferência de capitais públicos para empresas do grande capital, visando a reconstituição do capitalismo monopolista».

«Na actual situação do BTA, esta transferência pode assumir aspectos ainda mais alargados, na medida em que os poderes de decisão são de difícil localização».

«Quem poderá hoje garantir, dentro do BTA, que parte das provisões constituídas não possa ser transferida para o exterior do país, através da regularização de crédito vencido concedido a empresas estrangeiras, cuja titularidade

é sempre difícil de determinar?»

As dúvidas e interrogações dos trabalhadores encontram fundamento em dados comparativos dos montantes das provisões constituídas no BTA, BESCL e no BCP, nos últimos quatro anos.

Da análise dos números ressalta que o BTA e o BESCL constituíram provisões na ordem dos 100 milhões de contos, o primeiro, e 90 milhões de contos, o segundo. Por seu turno, e estranhamente, o BCP não ultrapassa os 31 milhões de contos. Os trabalhadores interrogam-se sobre este facto, já que tanto o BTA como o BESCL têm um volume de crédito semelhante ao do banco de Jardim Gonçalves.

Neste sentido, a Célula do PCP considera que «a questão das provisões deve merecer toda a atenção dos trabalhadores do BTA, pois é a sua própria estabilidade que pode ser posta em causa através de medidas que proporcionem uma distribuição de lucros encapotada entre empresas dos grupos capitalistas monopolistas».

Câmara de Sintra retira subsídio a trabalhadores

Com o pretexto de acabar com uma «ilegalidade», a actual Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Edite Estrela, decidiu retirar o subsídio de Insalubridade, Penosidade e Risco aos trabalhadores, o qual continua sem ser regulamentado pelo Governo.

Para a Célula do PCP na CM de Sintra, a atitude da Presidente da Câmara é condenável porque «a pretexto de acabar com uma ilegalidade, comete-se uma gritante injustiça. E não há comunicados da presidência nem da presidente que justifiquem o injustificável».

Para o PCP, o facto principal é que os trabalhadores abrangidos pelo subsídio deixaram de receber um valor ao qual justamente têm direito, continuando, no entanto, a desempenhar funções prejudiciais à saúde.

Acresce que «não se devem retirar direitos há muito adquiridos» já que «os trabalhadores têm de continuar a pagar renda de casa e alimentação para a família», salienta a célula comunista.

O PCP está empenhado na resolução desta questão e já apresentou na Assembleia da República um projecto de lei para obrigar o Governo a regulamentar esta matéria para que os direitos dos trabalhadores das câmaras e serviços municipalizados sejam repostos e, noutros casos, atribuídos».

Entretanto, os eleitos da CDU na Câmara de Sintra apresentaram propostas para que sejam cumpridos os direitos adquiridos dos trabalhadores. Ainda no passado dia 13 de Julho, a CDU apresentou na Assembleia Municipal duas moções em que exige do Governo a criação de legislação adequada e, por outro lado, que a Câmara e os SMAS continuem a atribuir e processar o referido subsídio. Curiosamente, segundo indica a Célula do PCP, as moções só obtiveram o voto favorável dos eleitos da CDU.

Vitória nos curtumes Patronato não desiste mas recua

O processo de revisão do contrato colectivo de trabalho na indústria dos curtumes marcou-se este ano por um conjunto de propostas do patronato que não pretendia impor aumentos de só por cento como flexibilizar os horários de trabalho e fazer alterações radicais às categorias profissionais.

«No conjunto, as propostas patronais pretendiam aumentar a exploração e instituir um clima de prepotência nas relações de trabalho», afirma em comunicado a Comissão Concelhia de Alcanena do PCP.

Contudo, com a «intervenção do Sindicato e a determinante participação dos trabalhadores

em todo este processo, acabou por se contrariar os objectivos iniciais do patronato». Porém, como alerta o PCP, «o patronato organizado na APIC não desistiu de conseguir a flexibilização dos horários de trabalho, nem tão-pouco da polivalência profissional, pois, está à espera que o Governo PSD/Cavaco Silva, na Concertação Social, consiga impor aquelas medidas».

Por agora, não dúvida que os trabalhadores de curtumes alcançaram uma importante vitória, mas, como afirma a Comissão Concelhia, «tendo razões para confiar no seu Sindicato, não podem ficar descansados, pois é necessário continuar de alerta às manobras que o grande patronato e o Governo do PSD/Cavaco Silva desenvolvem na chamada Concertação Social para atingirem os objectivos que agora foram derrotados no processo de revisão do CCT da indústria de curtumes».

Nas malhas da Justiça Presidentes da Nazaré não aquecem lugar

«Depois de uma Câmara maioritariamente socialista envolvida em intermináveis processos judiciais, temos agora um Executivo maioritário do PSD com o seu presidente a perder o mandato por decisão do Supremo Tribunal Administrativo», afirma em comunicado a Comissão Concelhia da Nazaré, que acrescenta:

«Até parece que é sina do nosso concelho ser administrado por autarcas com mandatos cuja legalidade, por motivos vários e diferentes, sem dúvida, é posta em causa».

«Foi assim durante a última presidência de Luís Monterroso/PS que terminou o mandato sem que tivesse havido uma decisão final sobre a sua legalidade. Será talvez o mesmo agora com um presidente a quem o Supremo Tribunal Administrativo retirou o mandato, embora continue a presidir à gestão do concelho».

«Teria sido uma atitude digna, compreensível, transparente e de respeito por um órgão de soberania que é o Tribunal, se o presidente tivesse suspenso o seu mandato até à decisão do recurso por

ele interposto, apenas regressando à Câmara se e quando não houvesse qualquer sombra de dúvida sobre a legalidade do seu mandato. Porém, não foi nem parece ser isso que vai acontecer».

«Aliás, dada a morosidade da nossa Justiça, unanimemente reconhecida apenas das afirmações demagógicas do respectivo ministro, é bem provável que o actual presidente da Câmara termine o seu mandato antes que o Tribunal profira a sentença final».

«E assim, ao folhetim "perde, não perde mandato" que caracterizou a presidência de Luís Monterroso/PS no mandato anterior, parece seguir-se, tudo o indica, o mesmo folhetim "perde, não perde mandato", agora tendo como principal protagonista o ainda presidente Jorge Barroso/PSD».

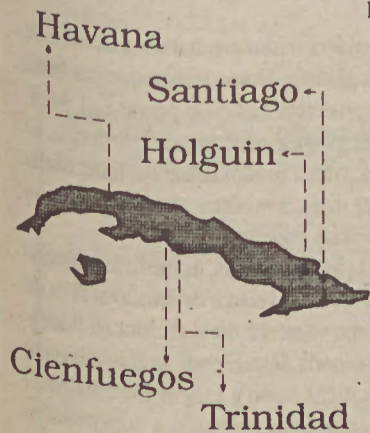
«Não se trata de mera guerrilha partidária. O que está em causa, como questão de fundo, é o cometimento de irregularidades e de ilegalidades por quem tem o dever e a obrigação de velar pelo cumprimento e respeito da legalidade democrática».

«Seja como for, a verdade é que, com tudo isso, "a gestão autárquica seguirá dentro de... anos". E quem perde é sempre a Nazaré e os Nazarinos. Os problemas não se discutem, não se resolvem e avolumam-se. Não se define e, por isso, não se concretiza uma política municipal de desenvolvimento coerente, segura e capaz de catapultar a Nazaré para o lugar que bem merece e de assegurar o bem-estar e progresso do povo da Nazaré».

«Já na campanha eleitoral, o PCP e a CDU tinham então alertado a opinião pública para o facto de que o voto no PS ou no PSD seria votar nas mesmas pessoas e continuar nas malhas de infundáveis processos judiciais».

«O alerta, a advertência do PCP e da CDU não encontraram o eco necessário, mas felizmente a história ainda não acabou e haverá seguramente mais e melhores marés. A Nazaré e as suas populações merecem mais e melhor. Com o PCP, com a CDU».

Cuba te espera



Conhecer Cuba, a Revolução, o Povo e a sua luta pelo Socialismo é estar solidário.

Por essa razão nós organizamos os melhores programas - há mais de 20 anos!

Numa viagem através de Cuba, venha conhecer os caminhos da Revolução.

Desde o património secular de Havana e Trinidad até à Sierra Maestra, estas serão umas férias para não mais esquecer.

Associação de Amizade Portugal- Cuba



Mais informações na sede, r. Rodrigo da Fonseca n.º 107 r/c esq. Lisboa tel. 385 73 05

Em qualquer altura do ano ofereça livros!

edições Avante!

CGTP PREPARA REUNIÕES COM GOVERNO

Reúne hoje em Lisboa a Comissão Executiva da CGTP-IN que, com outros dirigentes da central que integram as equipas de negociação no âmbito da Concertação, vai preparar as propostas específicas a apresentar ao Governo nas reuniões bilaterais da próxima semana. As reuniões bilaterais com ministros e secretários de Estado decorrem durante o mês de Agosto. A 5 de Setembro, volta a reunir a Comissão Permanente da Concertação Social, dando-se depois início a uma série de reuniões tripartidas.

BANCÁRIOS RECUSAM «ZERO»

O recurso à greve e a realização de plenários nos locais de trabalho são algumas das acções que as estruturas sindicais dos bancários encararam como protesto contra a proposta patronal de congelamento dos salários, eufemisticamente chamada de «aumento de zero por cento». A resposta dos bancários às posições dos banqueiros tem vindo a ser debatida nos sindicatos do Norte, Centro e Sul e Ilhas, os quais iam ontem divulgar acções comuns a realizar brevemente.

É também contestada a exigência do grupo negociador patronal de destruição de muitas regras contratualmente estabelecidas ao longo dos anos e que hoje são consideradas pelos sindicatos como o único travão a que se instale a lei da selva na banca.

Os sindicatos ameaçam «aprofundar dentro dos bancos, a breve prazo, situações que traduzam de forma clara a rejeição inequívoca da agressão e desvergonha assumidas pelo GNP», refere uma nota conjunta divulgada dia 27.

CLIMEX/AEROPORTO

Ainda em Agosto os trabalhadores da Climex em serviço no Aeroporto de Lisboa poderão voltar a fazer greve, informou o Sindicato dos Trabalhadores de Serviços e Vigilância (STAD). Francisco Corredora, da direcção do sindicato, afirmou à agência Lusa que no plenário realizado dia 1 frente à sede da empresa, os trabalhadores decidiram «endurecer a luta», após dois dias de paralisações nos passados sábado e domingo, com níveis de adesão próximos dos 95 por cento na TAP/aviões e inferiores na ANA/gares.

Os trabalhadores reclamam, entre outras reivindicações, a uniformização dos subsídios de refeição (que hoje são na ordem dos 600 escudos na TAP/aviões e de 100 escudos na ANA/gares) e o reescalamento dos horários de seis dias de trabalho e dois dias de folga para quatro dias de trabalho e dois dias de folga.

TORRALTA MANTÉM A LUTA

«A intransigência da administração da Torralta relativamente à proposta de calendarização de pagamento de parte dos salários em atraso leva os trabalhadores a manter o essencial da luta já aprovada em plenários anteriores», informou na semana passada a federação da Hotelaria.

Para esta estrutura sectorial da CGTP, «o facto de a administração não atender as reclamações da esmagadora maioria do pessoal quanto à necessidade de o primeiro pagamento ser feito de modo mais equilibrado e distributivamente mais justo, e de não atender à reclamação de desconto dos vales no pagamento salarial dos meses a que dizem respeito, instalou um sentimento de revolta e indignação no seio dos trabalhadores».

Um plenário realizado em Tróia no dia 27 marcou para dois dias depois uma paralisação parcial junto ao relógio de ponto, enquanto no Algarve foi decidido fazer greve durante três dias, a partir de ontem. A Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal anunciou ainda que na noite de 11 de Agosto vai ter lugar uma concentração-vigília junto aos estabelecimentos da empresa, iniciativa para que foram convidadas várias entidades locais.

NO AMBIENTE PAGA-SE PARA TRABALHAR

O Sindicato da Função Pública do Sul e Açores denunciou, numa nota à imprensa, a falta de condições de trabalho dos funcionários das direcções regionais do Ambiente e Recursos Naturais. Aponta como principais problemas a falta de todo o tipo de materiais (papel, canetas, fotocópias, papel higiénico, transportes para fiscalizar e licenciar, telefones - cortados por falta de pagamento) e atrasos nos pagamentos das ajudas de custo desde Janeiro. São os próprios trabalhadores que pagam as despesas das suas funções: os selos do correio e os transportes. Os trabalhadores, saturados de serem considerados «o bode expiatório dos erros de gestão», reivindicam de imediato a saída dos quadros de pessoal, a abertura de concursos de promoção, o pagamento das ajudas de custo e meios para trabalhar.

Fenprof reprova Educação de Cavaco e Manuela

Ao fazer o balanço do ano lectivo de 1993/94, a Fenprof condenou a «forma de governar, fechada, dogmática e prepotente» que caracterizou o mandato de Manuela Ferreira Leite e que «não tem conduzido a quaisquer benefícios visíveis no mundo da Educação».

Paulo Sucena apresentou em conferência de imprensa, na passada quinta-feira, a análise feita pelo Secretariado Nacional da federação. No documento distribuído aos jornalistas, a Fenprof afirma ter constatado que «não houve alterações no posicionamento *negocial* da nova equipa ministerial em comparação com as anteriores». E explica que, «na verdade, verificaram-se grandes hiatos *negociais* em que o Ministério da Educação nada disse sobre as graves questões colocadas pela Fenprof em matéria educativa e socioprofissional dos professores e educadores, assistiu-se uma vez mais ao incumprimento de compromissos assumidos nas reuniões de trabalho; constatou-se a total denegação de um posicionamento verdadeiramente *negocial* por parte do ME em favor de uma mera audição da Fenprof, com o que isso significa de empobrecimento da reflexão sobre a educação e o ensino, uma vez que se faz tábua rasa da opinião dos professores e da sua maior organização sindical, e também de enfraquecimento do diálogo democrático, substituído pela arrogância de quem cuida que nunca erra».

Esta é «uma forma de governar que infelizmente faz escola no Governo e em todos os seus ministérios» e que a federação «repudia com toda a veemência».

Não legislar em Agosto

O modo de entender o diálogo e a negociação foi ainda tema de

uma carta que a Fenprof enviou na semana passada à ministra da Educação, protestando contra a forma como Manuela Ferreira Leite pretende legislar, em pe-

consideremos positiva e surjam, nesta segunda versão, ainda mais gravosos e negativos».

Considerando o período de férias «impróprio para o ME

rias em Setembro. A Fenprof reclama ainda o desbloqueamento imediato da progressão de todos os membros de órgãos de gestão (que se encontram com os vencimentos desactualizados há 8 meses) e a aplicação, em 1994, do quadro legal que vigorou no ano anterior sobre formação contínua de professores.

«Para a Fenprof, a não aceitação, por parte do Ministério da Educação, destas exigências mínimas significará que este optou pela via do confronto e da oposição aos professores, o que em nada abonará no sentido da criação de um clima de estabilidade nas escolas e no sistema educativo em geral», conclui a carta.

A Federação Nacional dos Professores exige verdadeira negociação em vez de mera auscultação

riodo de férias, sobre matérias que estão muito longe de ser consensuais entre os docentes.

Na missiva, subscrita pelo secretário-geral da federação, começa-se por esclarecer que «negociar significa, para a Fenprof, discutir com franqueza e frontalidade as matérias que dizem respeito, directamente, aos professores ou, de uma forma geral, ao sistema educativo». «Não consideramos» - precisa Paulo Sucena - «que apenas existe negociação nos processos em que vingam todas as nossas posições, mas recusamos que negociação passe a significar, por parece ser assim que o Ministério da Educação entende, mera auscultação sem qualquer consequência prática na aprovação posterior de legislação».

Passadas duas semanas sobre a reunião de quatro horas que teve dia 19 de Julho com a ministra, a Federação Nacional dos Professores afirma que o encontro «não passou de uma enorme encenação montada pelo ME», pois «só assim se entende que, apesar das posições então assumidas pela senhora ministra, os projectos agora recebidos pela Fenprof, sobre avaliação dos membros dos órgãos de gestão e sobre formação contínua, incluindo o regulamento do Foco, não merecessem uma única alteração que

pretender aprovar legislação não consensual», a federação exige que não seja aprovada qualquer legislação em Agosto e que sejam reabertos processos negociais sobre aquelas maté-

Pontos negros na escuridão

A reprovação global da política educativa do Governo e do ME reflecte-se em aspectos concretos, referidos «sumariamente» pela Fenprof no balanço que apresentou sobre o que aconteceu no ano lectivo agora terminado:

- a **educação pré-escolar** «viveu momentos profundamente inquietantes e o Governo reduziu mesmo o número de jardins de infância sob a sua tutela e vai já ameaçando com a privatização da pequena rede existente»;

- o **ensino básico** «não atingiu os 100 por cento, o trabalho infantil continuou, principalmente no Norte do País, a retirar crianças à escola e o desemprego ou a instabilidade profissional dos pais continua a ser causa de insucesso escolar»;

- o **ensino profissional** «é já credor de milhões de contos e necessita recorrer ao crédito bancário para poder pagar os vencimentos dos professores e restantes trabalhadores»;

- o **ensino superior público** «continua a viver momentos difíceis, fundamentalmente por falta de investimento do Estado e de um estatuto de carreira e remuneratório dignos e estimulantes», enquanto no **politécnico** «continuamos a assistir a uma má e partidarizada gestão por parte de comissões instaladoras que se afirmam definitivamente instaladas».

A federação respondeu ainda à letra a alguns temas abordados pela ministra na conferência de imprensa que Manuela Ferreira Leite deu na semana passada:

- «É inacreditável que se anuncie numa solene conferência de imprensa que os horários dos alunos não devem ter **furos**. Porque já assim acontece há muitos anos, e essa é uma preocupação dos conselhos directivos das escolas. Foi em vão que a Fenprof esperou que a ministra anunciasse a disponibilidade para negociar com os sindicatos medidas credíveis e viáveis para colmatar as faltas de professores e as faltas dos professores.»

- «A Fenprof considera muito precipitada a decisão de generalizar as **provas globais**. O ano lectivo que ora finda assistiu a uma crítica generalizada a estas provas (...). Mandaria o bom senso que, perante matéria tão controversa, se relançasse a discussão, com a profundidade e a tranquilidade necessárias. Em vez disso, a ministra optou por um salto em frente de consequências imprevisíveis.»

- «Quanto à **avaliação dos alunos**, as medidas anunciadas significam um retrocesso revelador de uma total falta de senso pedagógico. Como se atreve uma ministra da Educação a defender que a melhoria da qualidade da aprendizagem em matérias tão específicas como a Língua Materna (num país com mais de um milhão de analfabetos, com milhares de lares onde não entra um jornal, quanto mais um livro, com um sistema educativo cuja explosão demonstrou terríveis insuficiências linguísticas em dezenas de milhar de alunos) e a Matemática (com grande número de professores sem habilitação profissional) se alcança com o castigo da reprovação?»

200 postos de trabalho em risco no Alqueva

A União dos Sindicatos do Distrito de Évora manifestou, numa nota à comunicação social, «a sua perplexidade face à inoperância que o Governo tem vindo a assumir» quanto à diminuição do caudal do rio Guadiana, na região de Reguengos de Monsaraz e Mourão.

Chamando a atenção para o facto de Portugal e a Comunidade Europeia terem assumido a Convenção de Helsínquia sobre a «Proteção e utilização dos cursos de água transfronteiriços e lagos internacionais», que vela pela utilização racional e equitativa das águas fronteiriças de forma a assegurar a conservação

dos ecossistemas, a USDE protesta contra o facto de o Governo e o Ministério do Ambiente não tomarem qualquer atitude face a esta questão.

A Comissão Executiva da USDE/CGTP-IN exige do Governo a tomada de medidas urgentes no quadro da Convenção de Helsínquia sobre a utilização dos recursos hídricos transfronteiriços, bem como a salvaguarda de cerca de 200 postos de trabalho ameaçados com a desactivação da Portucel, cuja transferência da área do Alqueva para outro local do Alentejo ainda não está garantida.

Viaturas recolhidas nos Sabões

Os trabalhadores da Sociedade Nacional de Sabões, que estiveram em greve durante toda a semana passada, exigindo o pagamento de salários em atraso, decidiram no dia 27 recolher nas instalações da empresa, em Marvila, os carros pertencentes à SNS e entre os quais se encontram as viaturas cedidas aos administradores.

Aos quase trezentos trabalhadores da SNS estão por pagar os ordenados desde Maio, os subsídios de férias e Natal, prémios de assiduidade/produzitividade e até os tickets de refeição (estes desde o princípio do ano).

A greve da semana passada e a recolha de viaturas seguem-se a outras acções de luta e protesto, a que a administração e a accionista maioritária, Maria Helena Marques de Sousa, não têm reagido. «Não nos recebe, nem manda recado» - disse um membro da comissão de trabalhadores ao «Avante!», apontando a faixa, afixada à entrada da empresa, onde o nome de Maria Helena é chamado à responsabilidade. Os trabalhadores, esclareceu Vítor Cruz, não querem nada do outro mundo: «Queremos que nos pague o que deve e que diga o que quer fazer com a empresa no futuro».

Face às conhecidas intenções da patroa da SNS de usar os terrenos de Marvila para negócios imobiliários, os trabalhadores admitem que os projectos de Maria Helena passem pelo encerramento da empresa e mostram-se cépticos em relação a uma falada transferência para

outro local. Dizem que não há falta de trabalho, antes pelo contrário. Mas não contestam que a proprietária da SNS tenha direito a decidir, mesmo assim, encerrar a firma. «Tem é que garantir aos trabalhadores aqui-

porque constou que já estavam a preparar a venda de alguns carros e, justificaram alguns trabalhadores que ouviram no local, «temos que salvar os nossos interesses e os bens da empresa». Na quinta-feira passada apenas estavam fora das instalações 5 carros.

Na véspera, primeiro dia desta forma de luta, contaram os trabalhadores, ainda com a indignação à flor da pele, o gestor financeiro da SNS deu ori-

ca, levou aos Sabões uma brigada de polícias à paisana, que forçaram a entrada sem se identificarem, e, pouco depois, vários carros carregados de agentes. A polícia acabou por abandonar o local depois de verificar que a circulação dos administradores era livre, apenas estando retidas as viaturas.

«Os que cá ficamos, em Agosto, vamos zelar para que os carros não saiam, e vamos manter o contacto com os camaradas



Durante a greve, trabalhadores e dirigentes das estruturas representativas mantiveram-se à porta da empresa

lo que lhes é devido» - sublinha o membro da CT que falou à nossa reportagem.

A decisão de recolher as viaturas da empresa foi tomada

gem a um incidente que levou à porta da fábrica um grande aparato policial. Um telefonema de Adriano Oliveira, afirmando que estava sequestrado na fábri-

ca, afirmam os trabalhadores, realçando que «podemos concentrar-nos aqui todos, num instante, se for preciso».

CGTP/Alentejo acusa Governo não responde aos desempregados

«O Governo e o IIEFP não respondem aos graves problemas que atravessam os desempregados sem meios de subsistência», acusa o Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP-IN. Numa nota divulgada sexta-feira à comunicação social, esta estrutura sindical recorda que «desde cedo, chamámos a atenção para as manobras demagógicas do Governo em relação às medidas que eram necessárias» e protesta por o ministro do Emprego não responder às propostas concretas dos sindicatos, apresentadas a 7 de Julho em Beja, e por os governadores civis terem afastado da discussão a CGTP.

Para o Secretariado Inter-Regional confirma-se que as medidas tomadas «não correspondem aos graves problemas que atravessam centenas de famílias que se encontram com todo o agregado familiar desempregado».

«Desde logo», afirma-se na nota de dia 29, o Instituto do Emprego e Formação Profissional «tomou uma posição contrária aos interesses da comunidade, ao não fornecer

às autarquias a listagem dos desempregados registados em cada concelho».

«Fica agora claro que o objectivo político do Governo e do IIEFP era o de se desresponsabilizarem da selecção dos candidatos aos programas ocupacionais, na medida em que antecipadamente sabia que não disponibilizar as verbas necessárias para ocupar as famílias mais carenciadas, já que o calendário eleitoral ainda se encontra distante» - acusa o Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP, exigindo do Governo que cumpra as promessas feitas (nomeadamente, de alargar os programas ocupacionais a todas as famílias carenciadas e cujas listagens foram fornecidas pelas autarquias) e que assuma «o financiamento a cem por cento, sem qualquer encargo para as autarquias e outras entidades candidatas aos programas, conforme promessa dos governadores civis dos distritos alentejanos».

«Manipulação» - diz a US do Porto

A União dos Sindicatos do Porto acusou sexta-feira o Governo de «manobrar as estatísticas e os números» sobre o desemprego no distrito. Em comunicado, a central sindical contesta declarações proferidas dia 27 pelo secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Salter Cid, segundo as quais a diminuição das verbas da Segurança Social para o subsídio de desemprego no Norte constituiria uma boa notícia.

Para a USP/CGTP, «a referida diminuição dos encargos com o subsídio de desemprego não equivale a uma diminuição efectiva do desemprego, mas sim a uma maior dificuldade no acesso ao subsídio».

A organização sindical considera que as ofertas de emprego no distrito se situam entre as 375 e as 540 por mês, enquanto 4 mil trabalhadores ficam desempregados mensalmente. Salaria ainda que dos 65 mil desempregados oficialmente registados, só cerca de 43 mil recebem subsídio de desemprego, tendo os restantes esgotado o prazo legal máximo durante o qual lhes está garantida aquela prestação.

A delegação do Norte do IIEFP, contactada pela Lusa, indicou que o número de beneficiários do subsídio de desemprego desceu de 68371 para 64581 (menos 9,8 por cento) entre Março e Junho últimos.

FSTIEP alerta: cisão da EDP pode avançar ainda nas férias

«Verifica-se, da parte do Governo e do Conselho de Administração da EDP, uma intensificação dos esforços para concretizar o desmembramento da empresa a curto prazo, talvez ainda no período de férias», alerta a federação das Indústrias Eléctricas, comentando que «a esta pressa não será alheio o facto de recearem as previsíveis e justificadas reacções dos trabalhadores e dos consumidores a uma medida que, como a FSTIEP tem afirmado, ameaça os postos de trabalho e a estabilidade de emprego, os direitos dos trabalhadores e o poder de compra dos salários, a qualidade do serviço prestado e o seu carácter social (as tarifas poderão

aumentar em flecha, sobretudo nas regiões do interior)».

Reunida dia 26 em Lisboa, a Direcção Nacional da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas analisou a situação social e laboral no ramo de actividade, «detendo-se especialmente em questões ligadas ao emprego, aos direitos dos trabalhadores e aos salários». Uma nota de imprensa da federação adianta que «a informação trazida pelos sindicatos mostra claramente que o patronato e o Governo prosseguem a sua ofensiva contra os trabalhadores, liquidando postos de trabalho, violando direitos, tentando reduzir salários,

fomentando a insegurança e a instabilidade».

Nas empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico «acentua-se o ataque do patronato ao emprego e aos direitos dos trabalhadores, assumindo contornos de particular gravidade nas grandes multinacionais do sector», nomeadamente na Grundig, na Indelma, na Preh, nos Cabos Ávila e no grupo Efacc.

Na EDP, o Governo e o CA «recusam-se a dar quaisquer garantias formais e escritas» quanto à manutenção dos direitos dos trabalhadores após a cisão e «apesar de já estar ultrapassada» a meta dos 6 mil postos de trabalho para extinguir,

«continuam a pressionar trabalhadores para que rescindam contratos ou aceitem a antecipação de reformas».

A DN da FSTIEP «assinalou o sucesso das acções mais recentes dos trabalhadores e dos sindicatos, realçando o impacto público da vigília de 14 e 15 de Julho», em Lisboa. Foi decidido realizar na baixa de Lisboa, nos dias 30 e 31 de Agosto e 1 de Setembro, uma nova jornada de esclarecimento da opinião pública, chamando a atenção para «os perigos que acarreta para os consumidores e o País a cisão da EDP e a pretendida privatização, pelo menos, dos seus sectores mais rentáveis».

FESTRU denuncia negociatas na Rodoviária

«Negociatas chorudas e obscuras de uns poucos não podem ser alimentadas à custa do interesse público, nem são razão que possamos aceitar para o agravamento da exploração a que estamos sujeitos» - afirma a federação dos Transportes Rodoviários e Urbanos.

Num folheto que distribuiu durante esta semana aos utentes da Rodoviária do Sul do Tejo, a FESTRU lembra que «esta empresa, prestadora de um serviço público, só nos últimos três anos rendeu ao Estado um lucro acima dos três milhões de contos», mantendo os transportes caros e insuficientes e pagando «cada vez pior» aos seus trabalhadores, enquanto «o muito trabalho extraordinário que nos é imposto tem sido pago abaixo do mínimo fixado na lei». Agora, a administração «pretende-nos impor nova redução do poder de compra, não negocia e aumenta a repressão» e «o seu único argumento são as ordens do Governo».

Para tal postura do Governo e da administração a FESTRU aponta um motivo: «o Estado quer privatizar a empresa, garantindo lucros aos futuros patrões e transfe-

rindo os custos para os utentes e trabalhadores». O ministro das Portagens, acusa a federação, «prepara-se para privatizar a empresa por tuta e meia, entregando-a, como tem feito com outras, ao grupo Barraqueiro, cada vez mais controlado pela multinacional francesa Compagnie General des Eaux, também envolvida nos negócios da nova ponte».

Foi por estas razões que o sindicato dos Rodoviários do Sul e a federação escreveram ao ministro dos Transportes e ao primeiro-ministro, e que uma delegação sindical esteve uma semana à porta de Ferreira do Amaral e outra semana junto à residência oficial de Cavaco Silva, esperando ser recebidos ou obter qualquer resposta às suas reivindicações.

Depois do silêncio do Governo, foi decidido realizar uma campanha de informação e denúncia da situação na Rodoviária do Sul do Tejo, durante a corrente semana.

Na Rodoviária de Lisboa e na Rodoviária da Estremadura, onde se vivem problemas semelhantes, vão realizar-se plenários de trabalhadores para definir as acções a levar a cabo - informou a FESTRU.

Palavras e Cromos

■ Urbano Tavares Rodrigues

Balanço de misérias e rotinas

FIM-DE-SEMANA de betão e de ar marinho, agitado por incidentes dolorosos e burlescos. Eis uma amiga, por sinal com problemas económicos, a quem roubam mais de cinquenta contos, que acabava de receber: passa um carro e arrasta-a quatro ou cinco metros, agarrada à mala, que por fim tem de soltar. Fica coberta de nódoas negras.

A outra subtraem-lhe a bolsa num restaurante do Rossio, numa zona de passagem. Desesperada, chora, sem documentos, sem isqueiro, nem caneta, que eram de estimação, sem carteira, sem dinheiro, nem cartões, nem livro de cheques. Nada. Apetece-lhe sentar-se no chão e desistir.

Estou por acaso em contacto com estas vítimas indefesas e, osmoticamente, recebo alguma coisa da sua dor, do seu desconsolo. São, na maior parte dos casos, criaturas desprotegidas e carentes. Os absurdos da sociedade!

Era para ver Malina (projecto adiado); acabo por guiar, com mais de uma hora de engarrafamento, rumo ao sol problemático do para lá de uma sexta-feira desfeita em vento.

No dia seguinte, leitura, praia e discoteca. De manhã, a água do mar toda arrepiada, banhistas aos saltinhos, raparigas florescendo no leve quebrar da onda, surpresas com as lágrimas geladas do oceano.

Debaixo de um toldo, próximo de mim, dois moços, provavelmente estudantes, com o rádio a grande altura, na batida do rock de cabeça. Brancos como lulas, feios e peludos. Mas um deles, com alguma imaginação e descaro, descobre uma faca, entre as virtualhas do farnel, e assegura que não falta ali gente para matar. Tem uma ideia fixa, um inimigo mortal, Cavaco Silva, que, segundo ele, ainda fala pior do Mundial do que de política.

Arenga tão alto que há já muitos sorrisos à volta. Isso estimula-o. Vêm à baila as mitologias e as religiões, a reencarnação. Íris, o tantra, farrapos de cultura à mistura com palavões. E, como refrão constante, o elogio da anarquia, única paneceia para esta pobre Humanidade sujeita ao capitalismo, ao Estado, ao aborrecimento e, neste doce rincão, à propotência de uns quantos sujeitos que só vem para comprar casas e empresas, engordar, explorar, engordar, e depois?

Para terminar esta jornada, que me deixou os ombros avermelhados de sol, uma olhadela nocturna à discoteca local, onde reinavam as vozes do Prince e da Tina Turner. De vez em quando, ocultando os focos luminosos e os, as adolescentes que se curvavam, recuavam e pulavam, agitando a cabeça, num ritual de libertação de energias que vem dos primórdios da nossa espécie, como que brotavam do chão aqueles fumos que transportam cheiros e sabores, alguns intensíssimos, a baunilha, a morango, a outros gostos.

Ali atam-se as pontas do longo cordão mágico que une o super-homem técnico ao Adão das florestas assombradas, que bate com o pé, imitando o trovão, e agita, agita os braços, num delírio de ritmo.

Uma jovem, de olhos lindíssimos, que pouco caso fazia do seu par, dançava sensualmente para a noite profunda e concentrava os olhares dos espectadores. Solitária e feliz no apogeu do ruído.

O lixo a monte e o Governo aos papéis

O Partido Ecologista "Os Verdes" classificou de "total caos" a situação existente em Portugal no domínio dos resíduos, acusando o Governo de ser o principal responsável pelo estado a que as coisas chegaram. Preocupados com a situação, têm agendada para o início de Outubro uma iniciativa sobre a matéria, a realizar em Lisboa, capital de um País onde, concluem, "o lixo anda a monte e o Governo aos papéis".

Para "Os Verdes", que se pronunciaram sobre o tema em recente conferência de imprensa, a questão colóca-se mesmo em termos de se saber "até quando esta situação é tolerável", uma vez que são conhecidas as constantes denúncias públicas de atentados à saúde pública e à segurança dos cidadãos com a deposição ilegal de resíduos que contaminam os solos, o ar, as águas.

E a este propósito, os "Ver-

des" lançam várias interrogações. Até quando os resíduos hospitalares (cerca de 50 mil toneladas/ano) vão continuar a não ser devidamente incinerados? Até quando a situação de descontrolo dos resíduos industriais? Até quando continuarão a ser depositados no solo sem qualquer tratamento, dispersos por 1800 locais, os resíduos tóxico-perigosos? Até quando continuarão sem um tratamento adequado muitos e muitos

milhares de toneladas de resíduos sólidos urbanos?

Interrogações tanto mais oportunas quanto é certo - e este é outro aspecto para o qual "Os Verdes" chamam a atenção - que o mercado português foi invadido pelas multinacionais que "procuram precipitar autarquias para pseudo-soluções com a incineração", com a cumplicidade do Governo que, neste capítulo, não é capaz de definir uma "estratégia de soluções alternativas".

Neste contexto, para o Partido Ecologista "Os Verdes", importa que se alargue aos cidadãos o debate e reflexão sobre esta matéria, o que em sua opinião passa pela adopção de soluções responsáveis e alternativas e pela definição no âmbito da Agenda 21 e dos compromissos da Conferência do Rio objectivos e estratégias para a redução,

a reutilização e a reciclagem de resíduos.

O apoio através de fundos específicos (PEDIP II) à reestruturação do sector da reciclagem - hoje em crise - é outra das medidas defendidas pelo Partido "Os Verdes", que advogam, simultaneamente, a necessidade de fomentar com incentivos fiscais a recuperação e reutilização, bem como o diálogo e o envolvimento dos parceiros sociais, nomeadamente comerciantes, industriais e consumidores.

Apontada é também a importância de garantir a informação que permita a alteração dos padrões culturais e de consumo, do mesmo modo que devem ser desenvolvidas, do seu ponto de vista, acções de sensibilização e educação para o ambiente, e uma promoção autêntica da participação dos cidadãos.

Campo Maior

População exige melhor horário para o Centro de Saúde

Acompanhada por membros das Comissões de Base de Saúde, uma representação do Grupo Parlamentar do PCP visitou recentemente o Centro de Saúde de Campo Maior, onde confirmou o descontentamento da população pelo facto de o

Serviço de Atendimento Permanente encerrar às 20 horas.

Constituída pelos deputados Lino de Carvalho e Luís Peixoto, a delegação foi recebida pelo director do Centro, que se mostrou sensível às reivindicações da população - o funcionamento 24

horas por dia ou, no mínimo, até à meia-noite -, afirmando que da sua parte e dos médicos existentes há disponibilidade para que o Serviço funcione de acordo com esta última opção, porque tal se justifica, mas desde que o quadro de pessoal seja completado com

um médico de clínica geral (actualmente em falta) e por três elementos do corpo de enfermagem.

No decorrer da sua deslocação, os deputados comunistas avistaram-se também com o director da Sub-Região de Portalegre da Administração Regional de Saúde (ARS) que, embora perfilhando das opiniões do Governo, não deixou de manifestar dúvidas sobre a nova estrutura orgânica da ARS que centraliza em Évora decisões que poderiam e deveriam ser tomadas em Portalegre.

No que se refere ao Centro de Saúde de Campo Maior, aquele responsável regional reconheceu perante os deputados comunistas que não foi cumprido o compromisso que assumira com as Comissões de Base de Saúde quanto ao seu funcionamento até à meia-noite, tendo-se comprometido a reunir com o director do referido Centro para encontrar uma solução.

Hemofílicos com SIDA devem ser indemnizados

Foi entregue muito recentemente na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei que prevê uma indemnização a todos aqueles que tenham contraído o vírus da SIDA por transfusões feitas em estabelecimentos públicos de saúde. Da autoria do Grupo Parlamentar do PCP, o diploma autoriza concretamente o Estado a celebrar convenções de arbitragem com todas as pessoas que invoquem o direito a obter uma indemnização por danos causados por aquela razão.

Ao avançar com esta iniciativa, para a formação comunista, trata-se de possibilitar através da criação de um novo tribunal arbitral - com competência para conhecer do direito à indemnização e fixar os respectivos montantes - a reparação devida a estes cidadãos infectados em estabelecimentos de saúde pública quando precisaram de medicamentos derivados de plasma humano.

Ao que se sabe, todos os casos neste momento conhecidos são presumivelmente anteriores a 1987, altura em que não se conheciam testes para detectar o

vírus, calculando-se que estejam nesta situação mais de cem hemofílicos, isto é, cidadãos que submetidos a terapêutica com sangue e seus derivados, e não pertencendo a nenhum dos grupos de risco mais vulgares, são portadores ou doentes com SIDA.

Nesta situação, porém, há ainda a acrescentar um grupo indeterminado de pessoas que, tendo necessidade de uma trans-

fusão, receberam também sangue contaminado.

A este propósito, como é referido na nota preambular do diploma, importa recordar o conhecido caso do Hospital Maria Pia, seguramente que um entre muitos, onde a gestão desorganizada dos serviços de sangue impossibilitou a rigorosa identificação das pessoas a quem foi ministrado sangue contaminado.

Silos em Portimão

A Comissão Concelhia de Portimão vai lutar contra a instalação de silos cimenteiros, mas alerta a população de que «esta luta é de todos» e o seu êxito «depende da vontade de cada cidadão em contribuir para que Portimão continue a ser uma cidade limpa e despoluída, onde valha a pena viver».

Os comunistas de Portimão consideram como «muito grave a posição dos eleitos do PS e do PSD na última sessão da Câmara de Portimão ao recusarem uma proposta do vereador da CDU, Rui Sacramento, que propunha a realização de um debate público sobre a instalação de silos cimenteiros no porto».

Como refere em comunicado, «mais uma vez a aliança entre os eleitos do PS e do PSD irá ser prejudicial aos verdadeiros interesses da cidade e da população».

A estrutura concelhia do PCP afirma que «o Partido Socialista não se pode demitir das suas responsabilidades em todo este processo. O PS como força maioritária na Câmara de Portimão tem de escolher entre os silos cimenteiros e a defesa dos interesses da cidade e da população. Não basta dizer que está contra, é preciso agir para evitar a construção dos silos no porto de Portimão».

Itália

O império Berlusconi nas malhas da corrupção

“Este é um governo fundamentalista, do único fundamentalismo possível no ocidente, o da concorrência e da competitividade total: a empresa é o objectivo e a razão de ser do governo” - palavras de Fausto Bertinotti, em nome da Refundação Comunista, quando da tomada de posse do governo de Berlusconi, e que escassos três meses passados os factos ilustram de forma inequívoca.

Fruto desta política de interligação Estado-empresa, o governo de Berlusconi é profundamente abalado com a denúncia de corrupção no grupo Fininvest, teia nebulosa de três centenas de empresas do “império” do actual primeiro-ministro italiano.

No dia 23 de Julho, quarenta e oito horas após a retirada do decreto Biondi, com que se tentou excluir a corrupção dos casos passíveis de prisão preventiva, os juizes da operação “Mãos Limpas” atingem em cheio o império de Berlusconi. A polícia investiga os escritórios da Fininvest; Paolo Berlusconi (irmão do primeiro-ministro) é alvo de um mandato de prisão preventiva por suspeitas de corrupção; Salvatore Sciascia, responsável dos serviços financeiros da Fininvest é procurado por todo o país, enquanto Marco Rizzi, membro da brigada financeira fiscal da empresa, está sob prisão domiciliária; Gianfranco Antonioli, um dos consultores financeiros da Fininvest, é acusado de ter subornado um oficial da brigada financeira fiscal quando das transações para a venda do supermercado Euromercato... uma longa lista cuja sequência ainda é ignorada.

Não é a primeira vez que o império do actual primeiro-ministro é alvo de investigação

por parte da justiça. Esta é a terceira vez que Paolo Berlusconi está a ser investigado no âmbito dos inquéritos anticorrupção. Primeiro foram os financiamentos à Democracia Cristã. Depois as contribuições para o Partido Socialista. E agora os subornos aos inspectores de finanças.

O processo em curso não pode deixar de ter repercussões políticas. E enquanto baixam as cotações na bolsa e a lira está em queda, há indícios que apontam no sentido de uma possível substituição do actual chefe do governo. Segundo o diário “Corriere de la Sera”, o presidente da República, Oscar Luigi Scalfaro, iniciou entretanto discretas consultas para uma mudança de primeiro-ministro, no caso de as investigações sobre o escândalo na Fininvest se aproximarem de forma nítida de Silvio Berlusconi.

Preocupante é o facto de os neofascistas manifestarem claro empenho num aproveitamento da situação.

Para Gianfranco Fini, dirigente dos neofascistas do MSI, “a

direita deve impor a sua cultura e reencontrar a sua identidade. O governo atravessa um período delicado e o nosso partido deve estar à altura de superar a situação, porque se nós não conseguirmos consolidar a maioria actualmente no poder, é de temer que o nosso governo não consiga manter as promessas feitas durante a campanha eleitoral”.

Os factos estão assim a confirmar, e num curtíssimo espaço de tempo, alertas lançados pela esquerda (e em particular pela Refundação Comunista) quando da constituição do governo de Berlusconi - as íntimas relações com a grande propriedade e a sua “contaminação” fascista.

O processo anticorrupção em curso só foi possível pela resistência dos magistrados e forte reacção popular às tentativas de esvaziar a operação “Mãos Limpas”. Testemunho de que a direita não tem pela frente caminhos livres para a sua política.

Outros passos serão entretanto necessários no sentido de uma contra-ofensiva democrática. Não apenas para travar uma política antipopular e com forte cunho autoritário (evidente, por exemplo, nos ataques à televisão independente). Mas para se apresentar como alternativa, e não apenas alternância.



O império Berlusconi

Três canais televisivos (Rete quatro, Canale cinque, Italia uno), uma rede publicitária de televisão, Publitalia (que domina metade do mercado), um grupo de imprensa (que inclui diários e semanários), uma editora, Mondadori, uma empresa de seguros, a Mediolanum, uma sociedade de produtos financeiros e uma cadeia de grandes armazéns, a Standa (que controla indirectamente os hipermercados Euromercato), 40 000 assalariados - este o quadro geral da Finanziaria Investimenti - mais conhecida pela Fininvest - o terceiro grupo privado italiano. O império do actual primeiro-ministro Silvio Berlusconi.

Ruanda

O regresso dos refugiados

Milhares de refugiados ruandeses estão a regressar ao seu país, após o Zaire ter finalmente decidido abrir as fronteiras, num quadro dramático de proliferação da cólera e outras doenças graves que já fizeram muitos milhares de vítimas.

Segundo as organizações humanitárias, pelo menos 1500 pessoas morrem por dia nos campos de refugiados, um processo que as diferentes iniciativas de cariz humanitária não têm capacidade para travar.

Um exemplo concreto - até o passado fim-de-semana terá sido possível proceder ao tratamento de 3,8 milhões de litros diários de água. Mas as necessidades seriam da ordem dos 30 milhões de litros por dia.

O regresso surge assim como a forma de escapar à morte. Aliada à esperança de salvar ainda colheitas de que depende a vida no futuro imediato. Milhares de pessoas iniciaram o regresso às suas casas, correspondendo ao apelo do novo governo ruandês, superando o terror em que foram lançadas pelo exército derrotado do antigo poder ditatorial - e que numa derradeira acção criminosa, arrastou consigo muitos milhares de pessoas. Eventual “escudo” para futuros

ataques militares ao país? Múltiplas informações apontam nesse sentido.

Segundo a agência Reuter, “muitas pessoas em Goma (no campo de refugiados no Zaire) suspeitam que o ex-governo refugiado no Zaire fez pressão sobre as autoridades locais para impedir um êxodo em sentido inverso, tendo em vista um possível contra-ataque ao Ruanda”.

Um habitante da cidade ruandesa de Gisenyi - citado pelo jornal “Le Monde”, diz porque fugiu para Goma: - “Viaturas equipadas de altofalantes (das tropas do ex-governo) andaram por toda a cidade, dando ordens para que toda a gente partisse para o Zaire. Os militares atiravam para o ar, em todos os sentidos, para aterrozar a população”. E foi o próprio presidente da Câmara “que deu ordens para a partida”.

Fontes militares francesas indicam, por seu lado, que as antigas forças armadas ruandesas estariam a reorganizar-se no Zaire, preparando-se para uma contra-ofensiva a partir de território zaireense.

Outro factos podem vir a gerar novos problemas - as pretensões dos Estados Unidos de, a pretexto da protecção dos civis, vir a enviar uma força militar para Kigali, capital do Ruanda.

Uma ameaça tanto mais chocante quanto são evidentes os esforços do novo governo no sentido de criar um clima de pacificação.

Haiti

À espera da invasão

“O intolerável abateu-se sobre o Haiti, o mundo inteiro declarou guerra ao pobre Haiti que nada fez a ninguém. Não podemos recuar. Peço-vos - ultrapassadas todas as paixões políticas - que assumam, orgulhosa e corajosamente, o vosso dever de haitianos.”

As palavras são de Émile Jonassaint, de 81 anos, nomeado Presidente provisório em Maio pelo regime militar haitiano, e constituem a reacção à resolução de segunda-feira do Conselho de Segurança da ONU autorizando uma “força multinacional” a recorrer a “todos os meios necessários” para derrubar os militares golpistas e permitir o regresso do presidente no exílio Jean Bertrand Aristide, afastado por golpe de estado em Setembro de 1991.

O comunicado do governo haitiano classifica a decisão de “arbitrária, inédita e iníqua... violando o direito internacional (e) em particular a Carta das Nações Unidas”, e lembra a primeira invasão norte-americana do Haiti.

“79 anos após o desembarque dos fuzileiros norte-americanos no solo nacional, uma ameaça de invasão e ocupação do nosso país está em vias de concretizar-se”.

“Prepara-se a batalha do Haiti, travá-la-emos com todas as nossas forças e os nossos meios, será dura, implacável, mas far-lhe-emos frente”, disse Jonassaint.

De facto, a Resolução 940 do Conselho de Segurança representa na prática a luz verde aos EUA para intervir no Haiti, já que a participação internacional, a existir, será meramente simbólica.

Com uma longa história de intervenções na América Latina para defender os seus interesses estratégicos e/ou colocar no Poder governos que de democrático e populares tiveram sempre muito pouco ou mesmo nada, os EUA não estão propriamente em condições de dar ‘lições de democracia’. E se é verdade que o regime militar haitiano está longe de merecer simpatias, não é menos verdade que a ONU se revela cada vez mais incapaz de soluções que não passem pela via militar e cada vez mais propensa a intervir em questões que dificilmente se poderão classificar de ameaça à segurança internacional.

A situação que hoje se vive no Haiti, um dos mais pobres países do hemisfério ocidental, não difere muito da existente nos tempos do reinado de terror dos Duvalier (‘Papa Doc’ e ‘Baby Doc’), com quem os EUA sempre mantiveram boas relações por os considerarem grandes aliados no combate à “ameaça comunista”.



Manifestação pelas liberdades públicas em Londres. Dezenas de milhar de pessoas protestaram contra um projecto de lei que suprime o direito de um suspeito se recusar a responder às questões da polícia e limita o direito de manifestação.

O Festival Internacional de Teatro de Almada homenageou-o, mas já houve quem o ignorasse ou fingisse ignorá-lo. Ao fim de 30 anos de actividade profissional, Carlos Porto, referência obrigatória no panorama da crítica teatral em Portugal, é um homem tranquilo, capaz de umas saudáveis gargalhadas às suas memórias e um piscar de olho divertido ao que o futuro lhe reserve. Apaixonado pelo teatro, defensor dos grupos independentes, crítico da actual política dita cultural, Carlos Porto lamenta a falta de dramaturgos e saúda a nova geração de actores que se está a revelar, numa altura em que o teatro parece atrasar-se na reflexão sobre a realidade em que vivemos. Motivos de sobra para continuar por aí, sempre atento, ao levantar do pano e às pancadinhas de Molière.

O Festival Internacional de Teatro de Almada homenageou-o, mas já houve quem o ignorasse ou fingisse ignorá-lo. Ao fim de 30 anos de actividade profissional, Carlos Porto, referência obrigatória no panorama da crítica teatral em Portugal, é um homem tranquilo, capaz de umas saudáveis gargalhadas às suas memórias e um piscar de olho divertido ao que o futuro lhe reserve. Apaixonado pelo teatro, defensor dos grupos independentes, crítico da actual política dita cultural, Carlos Porto lamenta a falta de dramaturgos e saúda a nova geração de actores que se está a revelar, numa altura em que o teatro parece atrasar-se na reflexão sobre a realidade em que vivemos. Motivos de sobra para continuar por aí, sempre atento, ao levantar do pano e às pancadinhas de Molière.

O que é que te levou a enveredar por essa profissão de crítico teatral, que parece ser um dos caminhos mais curtos para ficar mal com o meio mundo?

Comêças por essa dúvida que todos nós temos que é de saber se existe a profissão de crítico de teatro... É um profissional tão frágil que se pode duvidar se existe. Eu entendo-a de facto como uma profissão, mas não sei se existirá em Portugal algum crítico cem por cento profissional... Talvez o Manuel João Gomes do, 'Público', o seja. De resto, o normal é ser uma actividade de que é preciso acumular com outras, para se sobreviver.

Uma actividade a ser encarada com a seriedade de uma profissão...

Sem dúvida. A propósito, permito-me citar-me (uma vez sem exemplo): ao agradecer a homenagem que me foi feita em Almada, disse exactamente isso, ou seja, que a homenagem só me parecia aceitável enquanto homenagem a um trabalho que alguém fez, como qualquer outro trabalho sério e esforçado que merece ser homenageado.

Não é muito comum um Festival de Teatro prestar homenagem a um crítico, pois não?

Não. Creio que a esse nível foi a primeira vez que se fez e acho, não por mim mas pela profissão, que é aceitável uma proposta dessas vinda de um grupo de teatro. O que poderia, aparentemente, levantar problemas de deontologia, é ultrapassado quando as coisas se passam num plano de seriedade e isenção que implica a total transparência destas relações 'homenageantes', nada tendo a ver com a minha actividade em relação ao grupo que me homenageia.

Encaro a distinção como a aceitação e o reconhecimento de que a actividade dos críticos de teatro em Portugal é uma actividade responsável que não se pode marginalizar.

Voltando à primeira questão, como aparece o crítico?

Comigo, foi casual. Actualmente, quando se faz a formação académica, é possível pensar em crítica de teatro, uma vez que já há formação, mas no meu tempo isso não era uma carreira, parecia-se um pouco por acaso. Normalmente, o jornalista era chamado a desempenhar essa função ou porque se interessava por teatro ou porque era dramaturgo... Fazia-se uma notícia mais ou menos desenvolvida que funcionava um pouco como crítica nesse tempo. Lembrou-me de uma série de nomes, como o Manuel de Azevedo, Norberto Lopes, Urbano Tavares Rodrigues, etc. Era tudo um pouco aleatório.

No meu caso, o encaminhar-me para essa área de actividade escri-

Quem tem medo do teatro?

Entrevista com
Carlos Porto
Texto Anabela Fino
Fotos Jorge Caria

ta situa-se entre o jornalista que faz a crítica por obrigação de agenda e o que é hoje um intelectual que tem uma formação de crítico, de ensaísta. Eu surjo entre esses dois caminhos.

Para sermos exactos, devo dizer que fazia parte de um movimento provinciano...

Provinciano?

Provinciano porque o nosso órgão de comunicação era a 'Planície', de Moura. Pertencia ao grupo do Afonso Cautela, do Miguel Serrano... num movimento chamado 'Convívio' formado por gente jovem mais da província do que das grandes cidades, embora houvesse gente de Lisboa e do Porto, onde eu de resto vivia. Nessa altura surgiu o Teatro Experimental do Porto (TEP), que veio a ter uma importância histórica, então dirigido por António Pedro. Os espectáculos do TEP adquiriram uma grande projecção no Porto - e também em Lisboa porque vinham cá representar, mas sobretudo no Porto -, sendo reconhecidos como o rompimento de um novo caminho no teatro português.

O teatro é ainda a arte que permite ao Homem reconhecer-se a si mesmo e portanto analisar-se através das personagens e das situações dramáticas ou cómicas representadas

Nós tivemos consciência de que era um teatro de ruptura e de que era importante falar dele. Como já tinha feito umas coisas sobre teatro, embora incipientes, simplistas, e gostava muito de teatro, interessei-me em fazer a análise desses espectáculos do TEP, uma vez que a 'Planície' não tinha ninguém a escrever sobre teatro. Pouco a pouco fui-me especializando. Durante alguns anos fui o crítico desse movimento.

O que representa uma responsabilidade muito grande...

É verdade, mas quando se começa é-se um bocadinho inconsciente... Procurava fazer uma análise tão isenta quanto possível, analisar sobretudo os aspectos estéticos, que os políticos, naquela época, não eram fáceis de analisar por causa dos condicionantes da censura, ou melhor dizendo das censuras, incluindo a autocensura a que estávamos obrigados.

Como o TEP se apresentava com uma linguagem relativamente revolucionária para o tempo, uma linguagem cénica que rompia com as tradições do teatro português - por exemplo, o facto de a luz e os ruídos terem uma importância no conjunto da criação cénica que não se conhecia no teatro português - também eu procurava acompanhar essa transformação, fazendo uma crítica como não era costume na nossa imprensa, pois embora houvesse críticos de qualidade como Luís Francisco Rebelo ou Jorge de Sena, nas publicações mais vulgares não havia muito esse hábito da análise tão aprofundada quanto possível do espectáculo, quer do ponto de vista do texto como da encenação como, sobretudo, da globalidade. Tal como a encenação começava a ser com António Pedro uma linguagem global, também a crítica tinha que tender a segui-la.

Portanto foi isso, foi o facto de ter aparecido um grupo com um trabalho excepcional e o facto de haver um órgão de imprensa disponível para acompanhar essa aventura e eu estar aí... Depois de ter publicado duas críticas, uma a peça de Bernardo Santareno 'A Promessa' e outra

à peça de O'Neill 'Jornada para Noite' (que foi um espectáculo histórico), com dimensões anormais para a nossa imprensa, e o António Pedro ter dito à minha frente que eram críticas bem feitas, foi esse o termo que ele usou, estava neste caminho. O elogio de então foi o estímulo de que necessitava para continuar.

A crítica de teatro desapareceu praticamente dos jornais. Porquê?

O problema não tem tanto a ver com a crítica como com o teatro. O que está a desaparecer dos jornais é o teatro. Isto tem a ver... não queria usar a palavra crise, que de tão usada quase ninguém acredita nela! Digamos que há uma perturbação neste caminho que o teatro português tem vindo a seguir nos últimos anos, que tem a ver com o corte que existe entre a prática teatral - na minha opinião com aspectos muito importantes e de grande qualidade - e a nossa sociedade. Quem é que vai ao teatro? De que maneira é que o teatro chega ao público?

Os espectáculos são confinados a espaços fechados, não diria ghetos, mas pouco promovidos, impedindo uma relação estreita com a sociedade; como é que se há de criar uma relação forte entre o público - gente que trabalha, para quem os horários do teatro levantam questões em termos de transportes e regresso a casa - e a prática teatral?

Essa é que me parece a crise. Não a crise do teatro mas a crise de uma sociedade que é afastada, sobretudo por razões económicas e sociais, dessa relação. E que começa a ser afastada logo na escola. Se analisarmos a situação do teatro noutros países da Europa, verificamos que há uma ligação muito forte entre os miúdos e o teatro, logo a partir da infância mas sobretudo na adolescência, pelo que este se torna uma actividade normal. Fazem teatro, vêem teatro, não porque pensem seguir essa carreira, mas como uma actividade normal das suas vidas.

Entretanto surgiu a televisão...

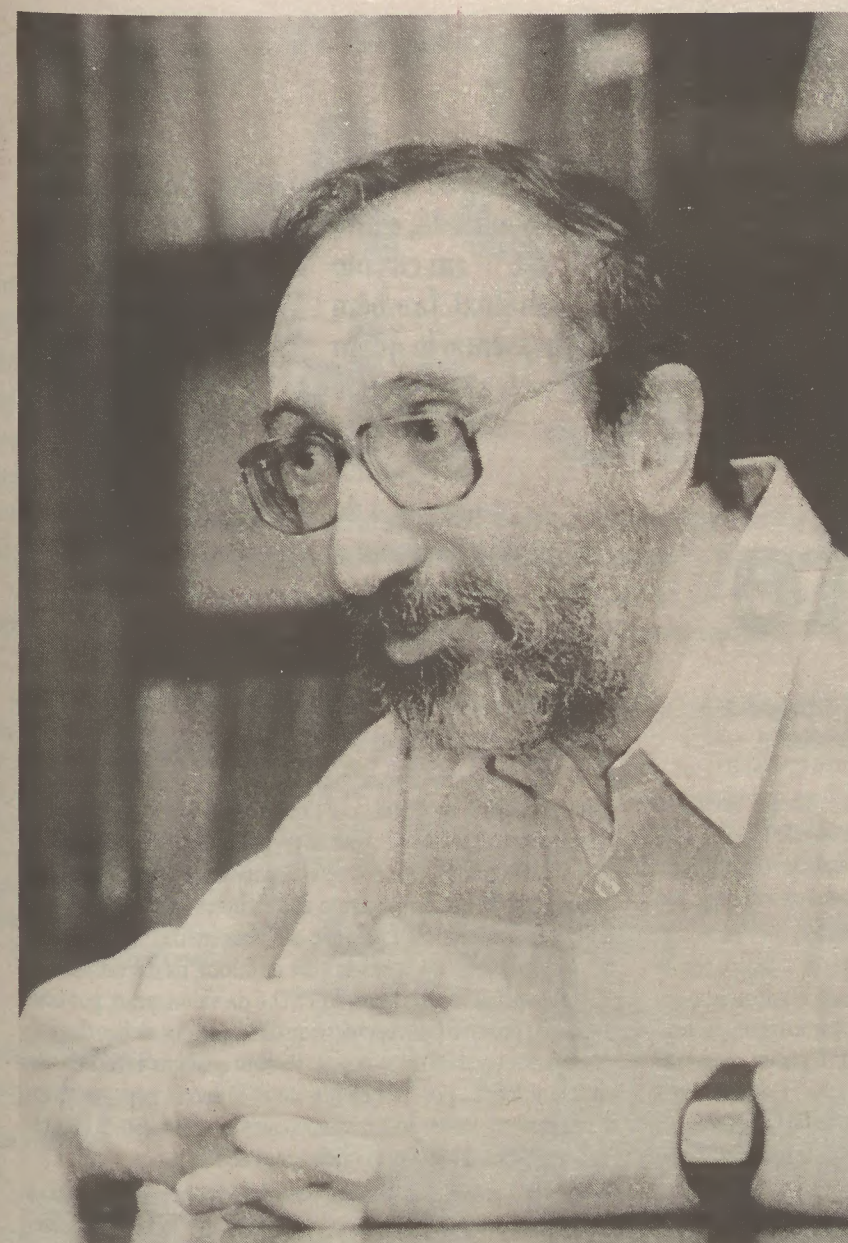
Pois, o que de algum modo vem agravar as coisas. Se, por um lado, as pessoas não são habituadas a esse relacionamento íntimo, directo, com o teatro a nível da escola, por outro lado têm em casa uma coisa em que basta carregar no botão para se divertirem. Podemos discutir a qualidade do divertimento da televisão, mas isso não vale a pena...

O teatro tem possibilidades de resistir a esta evolução da sociedade?

Por enquanto penso que sim, acredito que o teatro é ainda a arte que permite ao Homem reconhecer-se a si mesmo e portanto analisar-se através das personagens e das situações dramáticas ou cómicas representadas. Penso que o teatro é a forma de arte mais directa para o Homem se conhecer a si próprio. E divertir-se, naturalmente.

Esse corte de relações não tem nada a ver com o tipo de linguagem utilizado no teatro, por vezes excessivamente hermetica? Estou a pensar em fenómenos de populismo registados com determinadas peças, que poderemos discutir se não serão mais revistas do que outra coisa...

As peças do Filipe La Féria, pois. O problema continua a ter



Há uma perturbação neste caminho que o teatro português tem vindo a seguir nos últimos anos, que tem a ver com o corte que existe entre a prática teatral - na minha opinião com aspectos muito importantes e de grande qualidade - e a nossa sociedade

dependência desse grupo em relação ao Estado. Ora é precisamente ao contrário, os grupos são independentes porque, aceitando esse apoio - se o não fizessem desapareceriam -, mantêm a sua total independência ideológica e artística.

Costuma fundamentar-se a atribuição de subsídios com o número de espectáculos e o número de público dos mesmos. Faz sentido?

Só faria sentido se houvesse outras condições de trabalho em Portugal, na situação actual não faz.

Não faz sentido nenhum, por exemplo, que se atribuam subsídios a uma peça como "As Fúrias" - débil do ponto de vista teatral e merecedora de todas as reservas do ponto de vista político - ou como "Fados" (não tenho nada contra o Fado, mas não creio que esta seja a melhor forma de o promover...), enquanto se deixa fechar o Teatro da Graça. Um só subsídio de uma daquelas peças dava para o Teatro da Graça viver mais um ano!

A continuar esta política de "cultura", para onde é que caminhamos?

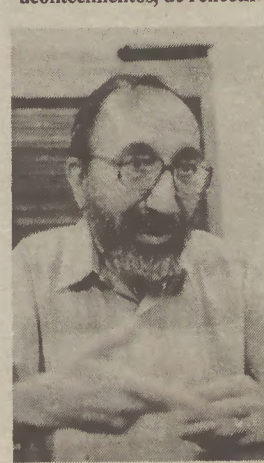
Temos um elemento de comparação - as nossas televisões. Se seguirmos por este caminho, acabamos naqueles programas - nem vale a pena estar a citar - que são uma vergonha, de uma pobreza a todos os níveis...

O poder tem medo do teatro?

Tem e sempre teve; isso faz parte da história do teatro. Mas há ocasiões em que tem mais medo, o que se compreende.

Antes do 25 de Abril, nos finais dos anos 60, havia uma revolução latente no teatro. Essa capacidade do teatro de antecipar os acontecimentos, de não se limitar a ser um espelho da realidade mas sim um elemento que pode ajudar à transformação da realidade. É um facto um tanto ou quanto assustador... compreende-se que o Poder se veja por um lado obrigado a apoiar o teatro - não o fazer seria um escândalo -, mas, por outro lado, esse apoio é feito em condições nem sempre tão transparentes e tão isentas como deveriam ser.

O teatro não terá perdido alguma dessa capacidade de antecipar os acontecimentos, de reflectir criticamente a realidade, como sucedia até



Ainda há dias o secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes, dizia não concordar nada com essa designação de "grupos independentes"... É porque ele não entende o que é a independência, é porque está convencido que o facto de apoiar um determinado grupo isso implica a dependência desse grupo em relação ao Estado

ao 25 de Abril? E não só o teatro, mas também a música, a literatura...?

De algum modo, sim. Penso que isso tem a ver com razões políticas; vivemos numa situação diferente daquela em que vivíamos antes. Aparentemente, a situação tem alternativas possíveis, pelo que a resistência, a contestação a esta situação, não passam por esse tipo de criação...

É como se tivesse deixado de ser necessário?

Não creio que tenha deixado de ser necessário, mas a sua necessidade não é tão sentida. Digamos que não é uma arma; é outro tipo de arma, ao nível da criação propriamente dita. Já que o teatro é uma das áreas da criação em que somos mais interessantes. Essa é de resto a opinião das pessoas de fora que nos visitam e consideram o nosso teatro bastante bom.

Agora, esse elemento de análise da realidade, de antecipação da evolução da sociedade, parece de certo modo adormecido...

E no entanto vivemos um período, designadamente com a integração europeia, em que a cultura deveria ter um papel importante na afirmação da nossa identidade... Que lugar tem neste contexto o teatro?

Deveria ter um papel importante, mas não o está a ter. No entanto, começa a notar-se, desde há alguns meses, uma possível viragem no carácter dos textos e do trabalho sobre eles. Mas é verdade que o teatro, por enquanto, em vez de estar adiantado está atrasado, não se encontrando nele uma atitude de

as realidades que neste momento estão a ocorrer e que são tão rápidas; uma das constantes do nosso tempo é a rapidez da evolução dos acontecimentos, alguns com características terríveis como o ressurgimento do neonazismo, do racismo...

O teatro já devia estar a dar sinais de alarme sobre estas situações e não o está a fazer, mas estou convencido de que as coisas se vão alterar.

Faltam novos dramaturgos... E actores?

Isso não. Tenho assistido a vários exercícios de teatro feitos por jovens, em Évora, Lisboa, Porto, um pouco por todo o país, e é interessante verificar que há uma camada de jovens, rapazes e raparigas que se interessam pelo teatro, que querem seguir a carreira do teatro. É impressionante, sobretudo tendo em conta que em Portugal o teatro não é considerado uma saída profissional e pelo contrário a ideia que se tem é que o teatro é uma carreira perigosa, onde as pessoas se arriscam a viver mal... O facto dessa juventude se interessar pelo teatro é prova de que, apesar de tudo, o teatro tem uma função na nossa sociedade.

Por falar de risco... Ser crítico é também arriscado; tem-se ideia de que o crítico é alguém muito isolado...

Isolado? Relativamente. Aliás, convém que seja... Como é que se passa assim uma vida inteira?

Bom, eu tive outras actividades. Fui livreiro durante muito tempo, o que me permitiu o contacto com muita gente interessante... numa altura em que ir à livraria não era o mesmo que ir à sapataria. Falava com muita gente, tal como muitos outros vendia livros por baixo do balão, como se costumava dizer, o que também dava direito a contactar com a PIDE de vez em quando... Mas sobretudo conheci muita gente interessante.

Mas é verdade que a crítica é uma actividade bastante isolada... Cria inimidades?

Inimizades não criei muitas, apesar de ser um crítico polémico. Na exposição feita em Almada havia uma secção de polémicas e realmente só agora pude fazer o balanço... tive polémicas com quase toda a gente em Portugal! Dessas polémicas não saíram grandes inimidades, nem problemas de consciência; a minha intenção nunca foi a de magoar as pessoas, mas sim a de fazer uma análise do seu trabalho tão isenta quanto possível, sem ser influenciado pelos sentimentos. Acho que a maior parte das pessoas compreende o papel do crítico, o aceita, embora não sejam propriamente amados.

Quando o crítico diz bem, gosta-se do crítico; quando diz mal, não se gosta... Nunca houve reacções mais agressivas?

Já depois do 25 de Abril fiz uma crítica bastante dura ao Teatro Estúdio de Lisboa, um grupo bastante conceituado mas que a determinação altura entrou numa espécie de rotina... Embora, quer eu, quer o 'Diário de Lisboa' nunca tivéssemos recusado a publicação da reacção dos criticados, o grupo decidiu fazer um anúncio, a ser publicado como publicidade, assinado por todos os actores, dizendo que eu passava a ser indesejado no Teatro Vasco Santana, onde actuavam. Esse comunicado publicitário era assinado inclusive por camaradas que faziam parte da companhia... É claro que continuei a ir ao teatro, pagando o bilhete!

Outra vez, alguém, não sei quem, não gostou de uma crítica que fiz e decidiu usá-la para limpar o rabo, mandando-me dentro de um envelope.

Também esteve exposta agora em Almada.

Recentemente recebi uma carta, assinada por um pseudónimo, insultando-me numa forma bastante baixa, perfeitamente idiota, por eu ter feito uma crítica elogiosa a um espectáculo da Cornucópia.

De resto, tive polémicas com muita gente, mas raramente isso levou ao corte de relações.

Para além destas reacções, é comum os criticados fazerem gala em mostrarem-se indiferentes às críticas... Considero tudo isso normal, porque é lógico que quem é criticado se sinta ferido; muitas vezes as pessoas não têm consciência se o seu trabalho é positivo ou negativo, fazem esforços, trabalham e às vezes falham por motivos que têm a ver com muita coisa... o mau trabalho de direcção dos actores, etc. É natural que se sintam feridas com a crítica.

E enquanto alvo da crítica dos outros, como é que te sentes?

As minhas experiências nesse domínio, sendo poucas, são muito amargas. Enquanto autor, escrevi uns poemas e sobretudo um livrinho de ficção que me permitiu a petulância de achar interessante. Este livro foi bem recebido pelas pessoas que se interessaram, mas o que eu senti com a sua publicação foi muito pior do que se sente no teatro com as críticas. É que enquanto eu e os outros críticos nos esforçávamos por falar dos espectáculos, bem ou mal mas falamos, o que aconteceu com este livro foi uma falta de reacção, um vazio... Muito pior do que ser criticado é ser ignorado e confesso humilmente que fiquei magoado, mas também não vale a pena pensar muito nisso. Já passou.

Carlos Porto, vamos continuar a ter críticas?

Ah, pois vamos! Uma das características desta actividade é que nós não temos reforma, pelo que é preciso trabalhar até morrer. Isto tem um problema: impede a renovação. Mas eu espero renovar-me a mim mesmo, apesar dos anos irem pesando...

exposição feita em Almada não havia uma secção de polémicas e realmente agora pude fazer o balanço... tive polémicas com quase toda a gente em Portugal!

Ainda há dias o secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes, dizia não concordar nada com essa designação de "grupos independentes"... É porque ele não entende o que é a independência, é porque está convencido que o facto de apoiar um determinado grupo isso implica a

Telmo, Belarmino e Melchior ou o colossal embuste

No «Público» de passado sábado, um comentário político intitulado «Uma questão de futuro» e assinado pelo jornalista Raul Vaz arrancava da inesquecível forma que se segue: «José Júlio Carvalho Ribeiro, Virgílio Carneiro, Telmo Moreno, Filipe Abreu, Luís Carrilho da Cunha, Belarmino Correia, Aristides Teixeira, Joaquim Gomes, José César, Melchior Ribeiro. Conhece estes senhores? São deputados eleitos do PSD. São exemplos, mais ou menos justos, de uma longa lista de anónimos que poderia ser extensível ao PS e mesmo ao PCP. Dir-se-á que é um dos custos da democracia. É verdade, sem resignação. Por isso, é importante reformar o sistema político».

A citação é longa mas justifica-se porque ilustra exemplarmente não apenas os métodos pouco sérios mas também as confusões e sofismas que povoam as cabeças dos protagonistas e propagandistas da chamada «reforma do sistema político» na sua campanha designadamente pela mudança das leis eleitorais no sentido da criação de círculos uninominais, matéria em que, como é sabido e para a sua máxima vergonha, o PS se apresenta como o mais activo e doentio campeão.

Desde logo, cumpre esclarecer que, mesmo que a questão tivesse a relevância que não tem, a pergunta lançada no texto do «Público» não prova absolutamente nada e não passa de um truque demagógico. Com efeito, o mesmo tipo de pergunta poderia perfeitamente ser feita por qualquer jornal de âmbito nacional de qualquer país que tenha Parlamento, independentemente do seu sistema eleitoral. E uma vez que o objectivo do exemplo português é visivelmente demonstrar os alegados malefícios do sistema proporcional, é mesmo oportuno lembrar que semelhante pergunta poderia ser feita pelo «New York Times» a respeito de uma dezena de membros da Câmara dos Representantes dos EUA, pelo «Guardian» a respeito de uma dezena de parlamentares britânicos, pelo «Repubblica» a respeito de uma dezena de membros do Parlamento de Itália, pelo «Le Monde» a respeito de uma dezena de membros da Assembleia Nacional francesa, ou seja, em quatro países onde vigoram sistemas de eleição uninominal.

Acresce depois que a questão suscitada pelo comentário do «Público» confunde manifestamente notoriedade nacional com capacidade, mérito, qualificação e até ligação real aos eleitores, o que não deixa de constituir uma oportuna confissão sobre os critérios-padrão em que muitos defensores da dita «reforma do sistema» gostariam de aprisionar ainda mais a avaliação da vida política e dos políticos.

Mas mais importante que tudo isto, é, como muitas vezes se tem chamado a atenção, o grave equívoco de base que rodeia grande parte do interminável blá-blá sobre a «aproximação» entre eleitos e eleitores e que, designadamente na boca de António Guterres, se traduz na constante reclamação de que «cada cidadão tenha o seu deputado com o qual se possa relacionar directamente» e de que «cada eleitor saiba qual é o deputado que o representa».

Perdoe-se a dureza da classificação, mas a verdade é que estas reclamações, feitas sempre no contexto da defesa de círculos uninominais e de soluções que afectem a proporcionalidade na conversão de votos em mandatos, parecem tributárias de bolorentas concepções de «democracia orgânica» em que a representação política é sistematicamente definida e considerada de forma exterior ou superior em relação às correntes e forças político-partidárias que se expressam na sociedade e se apresentam ao sufrágio popular.

Na verdade, embora se trate de uma tarefa penosa porque indica o triste ponto a que chegámos, torna-se um premente acto de caridade política explicar a António Guterres e aos distintos juristas e constitucionalistas que o aconselham que do facto de a Constituição justamente consagrar que «a Assembleia da República é a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses» e que «os deputados representam todo o país e não os círculos por que são eleitos» a sólida conclusão que há que tirar é que o conjunto dos 230 deputados constitui a representação

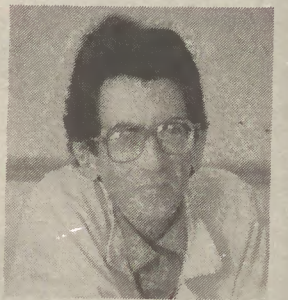
nacional mas isso não quer dizer que cada deputado, de per si, represente mais do que os eleitores que nele votaram.

O que caracteriza os círculos uninominais (em que apenas se elege, a uma ou duas voltas, um deputado, aquele que for mais votado) e os sistemas maioritários é precisamente o inutilizar e não proporcionar representação política a todos os votos que não tenham sido concedidos ao candidato vencedor.

Assim sendo, é verdadeiramente digno de concepções de «democracia orgânica» ou de «união nacional» ideológica postular que o único deputado eleito também representaria os que nele não votaram ou proclamar absurdamente que o grande progresso que faz falta ao sistema político português é o «relacionamento directo» ou a «aproximação» entre um deputado (que, note-se, é eleito para funções de representação política nacional e não como procurador de interesses locais) e os eleitores que votaram por outros candidatos e por distintas orientações e propostas de política nacional.

Contrariamente ao que afirmam António Guterres e *tutti quanti*, a lógica implacável e o mais certo resultado de um círculo uninominal não é a «aproximação» do deputado eleito aos eleitores mas a criação de uma suprema distância entre grande parte dos eleitores (que até podem ser a maioria, em caso de elei-

A pretensão de que um deputado, eleito em círculo uninominal, também representaria quem nele não votou é digna de uma arrepiante concepção de «união nacional» ideológica



VÍTOR DIAS
Membro da Comissão Política

-se igualmente no suspeitíssimo relevo que, também fora de critérios de orientação política ou acima deles, está sendo conferida à questão da «qualidade» do «pessoal político».

A este respeito, importa formular duas observações:

- a primeira é que, exceptuando alguns votos piedosos que se possam fazer, o problema, por exemplo, da baixa qualidade, da incompetência ou até da eventual preguiça do pessoal político do PSD, e designadamente dos seus deputados, é uma matéria que interessará de um certo ângulo aos eleitores que confiaram no PSD mas que aos eleitores que não votaram no PSD interessará principalmente do ponto de vista da crítica, da responsabilização e da penalização futura do PSD e da valorização, por contraste, do positivo desempenho e qualificação dos eleitos das forças em que votaram e não porque tenham qualquer especial frustração ou mágoa por tais eleitos do PSD serem pouco activos, pouco esforçados ou pouco competentes na execução da contestada política e das nefastas orientações do PSD;

- a segunda é que, sem prejuízo da existência de (injustas) generalizações sobre a «classe política» (que são convenientemente estimuladas) e sem prejuízo de «refúgios» e «escapatórias» que alguns cidadãos sempre adoptam para se furtarem à má consciência de anteriores opções de voto, as grandes e mais profundas causas e motivos de mal-estar e descontentamento não estão propriamente na qualificação ou mérito pessoal dos deputados mas nas concepções, nas orientações, nas políticas e nas medidas impostas designadamente pelo PSD enquanto força política, enquanto Governo, enquanto maioria parlamentar e também no estilo político-partidário partilhado pelos partidos das ideias e interesses dominantes (PSD, PS, CDS).

A pouco mais de um ano das legislativas, com os problemas nacionais a atingirem a gravidade que se conhece, é essencial que ganhe terreno a discussão, o trabalho, a acção política e o movimento de opinião para despedir Cavaco Silva e o PSD. Mas há quem queira convencer-nos que a alegada intenção de Cavaco Silva de despedir metade da bancada parlamentar do PSD é que constitui um grande sinal de esperança.

É essencial que avance, em termos de consciência social e política, o processo de responsabilização do PSD, do seu Governo e da sua política e de luta por uma nova política e por uma alternativa democrática. Mas há quem queira convencer-nos que o problema está abstractamente no sistema político e na qualidade do «pessoal político».

É essencial que se alargue a compreensão dos efeitos devastadores da maioria absoluta do PSD sobre a própria dignidade e exercício das suas competências pela Assembleia da República, sobre as negativas leis impostas pelo PSD e sobre as numerosas propostas positivas sectária e implacavelmente chumbadas pelo PSD. Mas há quem nos queira convencer que é um grande problema e um terrível sintoma que não saibamos que os senhores Telmo, Belarmino e Melchior são deputados do PSD.

Abreviadamente, é nisto que consiste o colossal embuste que está sendo paciente e pertinazmente montado pelo PS, pelo PSD e pelo CDS e por esquadrões de «líderes de opinião» e comentadores.

O colossal embuste que consiste em embrulhar em celofane de «transparência», de «aproximação» aos eleitores, de elevação da «qualidade» do «pessoal político» e de «participação popular» um perverso e perigoso empreendimento político, ideológico e constitucional que tem como escopo fundamental garantir a segurança, a salvação e a impunidade da política de direita (e do seu núcleo fundamental comum ao PSD, ao PSD e ao CDS) e das forças políticas que a promovem, através da engenharia eleitoral, da acentuação da «política-espectáculo» e da «fulanização» da vida política e ainda, se necessário, da rotação e eventual sacrifício de pessoal político.



ção só com uma volta) e esse deputado, não é proporcionar que cada eleitor saiba qual é o deputado que o representa mas provocar que grande parte dos eleitores desse círculo (que até pode ser a maioria) fique sem quem efectivamente represente as suas aspirações e vontade.

As mesmas confusões, equívocos e mistificações que comandam a maré de perorações sobre a «aproximação» entre eleitos e eleitores (as comas querem obviamente dizer que não é a aproximação - sem comas - que se contesta ou julga desnecessária mas as soluções que, a pretexto dela, estão sendo propostas e a centralidade que se pretende atribuir a esta questão) projectam-

A II Grande Guerra Mundial

■ Manoel de Lencastre

A queda de Smolensk

O inevitável avanço dos nazis para Smolensk concretizava-se. Registavam-se já penetrações nas zonas de Vitebsk e Polotsk, para

Norte e, com forças vindas do Sul, em Mogilev. Minsk, como sabemos, ficara para trás jazendo no fatal abraço dos hitlerianos. E o perigo da perda de Kiev adensava-se visto que se tinha como iminente o cerco e a destruição dos 6º, 26º e 12º exércitos soviéticos. Agora, era em Smolensk que surgia o espectro de novo desastre.

A ala direita da «Frente Ocidental» do Exército Vermelho recuava já para Nevel. E enquanto o inimigo avançava para lá do Dnieper, unidades do 21º exército soviético (Kuznetsov), a 13 de Julho, tinha conseguido libertar Rogachev e Zlobin, procurando abrir caminho para Bobruisk. Nesta operação, o 63º corpo de atiradores, sob o comando do general Petrovski, distinguiu-se particularmente, mas esse general foi abatido em pleno combate contra oito divisões da «Wehrmacht».

Defesa heróica contra forças superiores

O sector de Smolensk era defendido pelo 22º exército (Yerchakov), a Noroeste, enquanto ligeiramente à retaguarda do seu flanco esquerdo se posicionava o 19º exército (Konev). A zona de Vitebsk e Orcha achava-se ocupada pelo 20º exército (Kurochkin) e a Sul da cidade estacionava o 13º exército (Remezov) cujas tropas defendiam a margem esquerda do Dnieper, até Rogachev. A «Frente de Reserva Ocidental» (Timochenko) compunha-se do 16º exército (Lukin) e do já referido 21º, de Kuznetsov, que operava muito perto do flanco Sul das tropas de Lukin. Era esta a concentração de forças que os nazis procuravam prioritariamente destruir, antes de realizarem o cerco das restantes formações encarregadas da defesa de Smolensk e poderem, assim, tomar o caminho de Moscovo. Começou, portanto, a furiosa batalha de Smolensk, a milenária cidade russa que se tornara inultrapassável obstáculo, cerca de 130 anos antes, ao avanço da «Grande Armée» de Napoleão.

Os grupos Panzer lançaram-se sobre os primeiros escalões de tropas da Frente Ocidental soviética, e o 2º daqueles grupos (Guderian), surgindo de Chklov, a Sudoeste, procurou flanquear Smolensk deixando ao 24º corpo de tropas motorizadas o ataque directo a Krichev e a Yelnia. Um terceiro grupo Panzer, entretanto, deslocava-se de Noroeste para atacar Smolensk. Os nazis dispunham de forças consideravelmente superiores. Quatro divisões de infantaria, uma divisão «panzer», o «Grande Regimento Alemão» e outras unidades iam capturar Mogilev, ultrapassá-la, e surgir às portas de Smolensk. Formações do 13º exército soviético (Remezov) acharam-se completamente cercadas, e 45 000 cidadãos de Mogilev chamaram a si a defesa da cidade erguendo fortificações que permitiriam resistir ao avanço nazi durante cerca de duas semanas.

Mas o poderio das tropas hitlerianas era considerável e, apesar da acção heróica de certas unidades do 20º exército soviético (Kurochkin), o 9º exército alemão apareceu, finalmente, a Sul de Smolensk. A 14 de Julho, em Orcha, a bateria do capitão Flerov utilizou pela primeira vez os lança-foguetes «Katiucha» cuja acção viria a tornar-se decisiva em muitas operações futuras. Contudo, a 16, quase toda Smolensk caíra na posse dos alemães e os 16º (Lukin) e 20º (Kurochkin) exércitos encontravam-se cer-

cados na parte Norte da cidade. Todas as tropas, entretanto, apesar da sua desesperada situação, continuavam a resistir ao inimigo cuja conquista de

Smolensk era apenas precária. Então, enquanto no Kremlin a fúria de Stalin se fazia notar, generais no comando de Frentes e de exércitos registavam o crescente vigor dos ataques nazis. Mas a resistência soviética em Smolensk e à volta desta ganhava, também, nova intensidade. Era o inferno. «O 16º exército, nunca foi derrotado. Foi frito vivo», diria Lukin.



Nos últimos dias de Julho de 1941, lutava-se ainda com enorme ferocidade nos arredores de Smolensk. O grande problema, contudo, transferia-se para a zona de Moscovo. Para negar aos hitlerianos a aproximação da capital soviética, foi criada uma nova Frente de exércitos de reserva (24º, 28º, 29º, 30º e 31º) sob o comando do tenente-general Bogdanov, que ocupou posições entre Staraia Russa, Ochtachkov, Belí, Yelnia e Briansk. A defesa de Mozaik ficaria a cargo de outros exércitos em formação, os 32º, 33º e 34º. Quanto à Frente Ocidental (Timochenko), a Stavka decidiu reforçá-la com 20 divisões de infantaria formando cinco grupos de exércitos comandados pelos generais Rokossovski, Komenko, Kalinin, Kachalov, Maslennikov.

Konstantin Rokossovski

A 24 e 25 de Julho, o grupo de Rokossovski (24º e 30º exércitos) lançava-se na ofensiva a partir da zona montanhosa de Beli-Yartsevo. O seu objectivo era impedir que o inimigo caísse

sobre Vyazma. Mas os nazis atiravam cada vez mais tropas no fogo dos combates em toda a área de Smolensk. O destino dos 16º e 20º exércitos soviéticos parecia negro. Mas, com o auxílio das tropas de Rokossovski, grande parte dos efectivos desses exércitos conseguiu romper o cerco em que se achavam e apareceu na margem

esquerda do Dnieper, em Soloviovo e Ratchinovo. Uma forte unidade motorizada e nove divisões de infantaria nazis ocuparam Roslavl, entretanto. E o grupo de Kachalov viu-se apanhado em posição difícil. Só uma parte das tropas que o constituíam conseguiu escapar ao cerco tenaz do 4º grupo Panzer alemão. O general Kachalov caiu morto em combate.

A perda de Smolensk constituiu um rude golpe no conjunto das operações do Exército Vermelho, em 1941. Mas deu lugar a importantes ensinamentos e conclusões. Os próprios generais nazis admitiram ter sofrido baixas de 250 000 homens, nos ferozes combates que se travaram em Smolensk. A 30 de Julho, o «Grupo de Exércitos Centro», para poder reorganizar-se, via-se forçado a assumir a defensiva. O povo da histórica cidade, lutara pela sua liberdade com extraordinário heroísmo. Sabia aquilo que o esperava. Quando as operações de guerra conheceram breve acalmia, os alemães recuperando forças para prepararem o assalto a Moscovo, Stalin propondo a destituição de Timochenko e a sua substituição por Jukov (que a Stavka e o Politburo do CC do Partido Comunista não aceitaram), a caça aos comunistas começou, na velha cidade.

Na zona centro da guerra total, apenas se combatia, agora, na saliência de Yelnia que os hitlerianos haviam capturado e de onde dispunham de posições vantajosas para o ataque à capital soviética. Entretanto, os heróis de Smolensk, apesar da sua derrota, viam reconhecida a gloriosa contribuição realizada para a defesa da cidade. Milhares de soldados receberam condecorações e a Lukin, Kurochkin e Lobachov o governo soviético atribuiu a medalha da «Ordem da Bandeira Vermelha». Porém, o heróico 16º exército, cujo comando passou de Lukin para Rokossovski, tinha-se tornado numa força temível que viria a desempenhar um papel de extraordinária importância na defesa de Moscovo — constituíram-no seis divisões: a 1ª de infantaria motorizada de Moscovo (coronel Lizyukov), a 101ª de tanques (coronel Mikhailov), a 38ª (coronel Kirilov), a 152ª (coronel Chernichov), a 64ª (coronel Griaznov), a 108ª (coronel Orlov), além da 27ª brigada de tanques (Ramizov) e de um batalhão de artilharia pesada. Ocupava uma frente de 50 quilómetros de extensão, entre Smolensk e Vyazma.

A guerra, após a queda de Smolensk como acima dizemos, conhecia dias de reorganização para ambos os lados. Estamos no auge do Verão. Rokossovski acha-se no seu posto de comando quando uma motociclista aparece e insiste em falar com o general no comando do 16º exército:

«Que vem aqui fazer?», perguntou Rokossovski.

«Trago-lhe o pequeno-almoço», respondeu a rapariga.

«Da parte de quem?»

«Do quartel-general da Frente» (Timochenko).

«Até então», disse o lendário Rokossovski, «um comandante de importantes grupos de tropas dormia entre o arvoredor ou no interior de um carro e as suas refeições, como as de qualquer soldado, vinham da messe em pequenos vasos de alumínio. Estaria a guerra a mudar?»

Para o grande general que se distinguiria em Volokolamsk (às portas de Moscovo), em Stalingrado e chegaria a Berlim, o garfo e o guardanapo que acompanhavam o pequeno-almoço daquela manhã pareciam, nas suas próprias palavras, «surgidos de um outro mundo».

Mas dentro de Smolensk, as chamas do inferno nazi crepitavam intensamente. «Quem são, aqui, os comunistas?», perguntavam, cegas de ódio, as feras da Gestapo. A força funcionava a 24 horas diárias. Nas florestas, entretanto, já longe da cidade, os comunistas que haviam conseguido abandoná-la organizavam-se rapidamente. O seu regresso era inevitável.

A crise americana vista de Nova Iorque (1)

Uma sociedade que perdeu a confiança no futuro

Em SOS América (1), um livro importante publicado em Paris há nove anos, o escritor francês Henri Alleg expressou a opinião de que careciam de fundamento as teorias segundo as quais os EUA estavam prestes a superar as dificuldades

económicas e financeiras que então enfrentavam.

Contrariando o

optimismo dominante no início do segundo mandato de Reagan, Alleg admitia que a crise iria mesmo agravar-se porque não era conjuntural, mas sim estrutural, mergulhando as raízes no corpo social.

Recordei o diagnóstico e a análise durante uma breve visita a Nova Iorque, em Julho p.p. Voltei a sentir na grande cidade a sensação de ser espectador de um fim de época. Era uma sensação difusa, quase dolorosa, difícil de definir, inseparável da desorganização crescente da vida, da sujeira das ruas, do mal-estar que ali paira na atmosfera e empurra as pessoas para a agressividade e a desesperança.

Os Estados Unidos são, de longe, o país mais poderoso do mundo. A sua força e riqueza tornaram-se mais evidentes com o fim do socialismo na Europa e a desagregação da União Soviética. O desaparecimento do inimigo deixou a grande república norte-americana isolada, sem rival capaz de contestar a sua hegemonia planetária.

Entretanto, é no momento em que atingem a situação pela qual lutaram durante quase meio século que os EUA tomam consciência das limitações e fragilidade do seu poder.

De certa maneira são sujeito de um processo que apresenta afinidades com outros que assinalaram a ascensão e queda de grandes impérios.

Nenhum historiador previu que o Império Romano se aproximava da desagregação quando as legiões de Aureliano, no final do século III, atravessaram vitoriosamente a Mesopotâmia e ocuparam pela última vez Ctesifonte, a capital dos persas sassânidas. Na viragem para o século XX, no auge da grandeza britânica poucos acreditavam também que o maior império de todos os tempos desapareceria transcorridas algumas décadas.

É natural que os precedentes históricos inquietem os intelectuais norte-americanos mais lúcidos.

Os indicadores económicos informam que a crise foi superada e que o PIB cresceu a uma taxa superior a 2,5% no ano passado e que este ano o crescimento excederá provavelmente 3,8%, com perspectivas para a continuidade da expansão, atenuada, em 95 (in «Le Figaro Economique», 1.7.94).

Mas tais números são enganadores. A crise social aprofunda-se.

*
* *

O historiador anglo-americano Paul Kennedy recorda num dos seus livros (2) o medo que o americano médio tem de ver o país entrar em declínio, mesmo dourado.

O aparecimento de uma série de obras de historiadores e cientistas sociais que prevêem o refluxo da civilização americana traumatizou segmentos da consciência nacional, mas teve resposta imediata. Logo surgiram livros, de menor qualidade, qualificando esses autores de profetas da desgraça. Os optimistas anunciam mesmo uma nova idade de ouro para os EUA.

Obviamente, o debate sobre a crise americana somente adquire significado e clareza quando, posta de lado a paixão, se procede a uma análise séria das estruturas de poder do seu funcionamento e das suas implicações numa sociedade heterogénea submetida à pressão permanente de forças desagregadoras.

A convicção de que os EUA entrarão no século XXI como a primeira potência militar e económica do mundo não dissipa os temores existentes.

A consciência das fragilidades do poderio americano é hoje tão viva que o Pentágono, de acordo com a Casa Branca, elaborou durante a Presidência de Bush um plano secreto (divulgado pelo New York Times) cujo objectivo estratégico consiste na criação de condições para eternizar a supremacia militar dos EUA na Terra.

Admitir entretanto que a supremacia militar, por si só, garante a perenidade da supremacia económica que é uma ingenuidade nos EUA existe uma complexa interacção entre ambas. E a grande dúvida está precisamente no desempenho a médio prazo da economia norte-americana, indissociável de problemas e tensões que abalam o corpo social.

*
* *

O americano médio reconhece que acabou o tempo em que os EUA, após a segunda guerra mundial, contribuíam — tal como a Inglaterra nos meados do séc. XIX — para a produção industrial do mundo com mais de metade.

A recuperação da Europa e do Japão e as fraquezas internas lançaram a indústria do país numa crise letárgica, com sectores inteiros incapazes de suportar a concorrência estrangeira. Não há desvalorização do dólar ou alterações das taxas de juros que lhe valham. A produtividade norte-americana, com excepção de alguns ramos da electrónica de ponta, é hoje inferior à registada no Japão e em muitas áreas da CEE.

A sra. Thatcher expressou o sentimento de milhões de americanos ao afirmar que a economia dos EUA, se quiser evitar um desastre, precisa voltar a crescer com regularidade num ritmo superior à nipónica. Ora tal meta parece ser difícil de atingir.

O presidente Clinton repete monocraticamente que o pior já passou e esboça os contornos de um novo paraíso. Esconde que a chamada recuperação americana resultou não de um aumento de produtividade real, obtido em condições normais, mas sim do encerramento de muitas empresas e da introdução de novas tecnologias que reduziram a força de trabalho. Estamos perante uma prosperidade transitória que assenta sobre uma política de despedimentos (a «flexibilidade no trabalho»).

Os EUA têm a maior dívida pública (5 triliões de dólares actualmente). Somente os juros da dívida somam 300 mil milhões, representando 15% das despesas federais (3).

Segundo The Wall Street Journal, esses juros superam já o total que «o Governo gastou com a saúde, a ciência, o espaço, a agricultura, a habitação, o ambiente e a justiça». Somadas, a dívida pública e a privada representam quase o dobro do PIB.

Maior nação credora do mundo até ao início dos anos 80, os EUA são hoje o maior devedor, tendo acumulado uma dívida externa supe-

rior a 700 mil milhões de dólares. Actualmente, o endividamento cresce a uma média de 100 mil milhões de dólares anualmente. O défice comercial, apesar dos compromissos assumidos por Clinton, continua também a ser gigantesco.

Na área social, o panorama é alarmante. O alarido feito em torno dos projectos apresentados ao Congresso pelo Presidente veio chamar a atenção para uma realidade que na Europa era praticamente desconhecida: nos EUA não existe um Sistema Nacional de Saúde. Não é de estranhar que o país ocupe o último lugar entre as potências industrializadas no tocante a mortalidade infantil, esperança e acompanhamento médico dos cidadãos.



Os assalariados sem seguro privado de saúde não têm acesso a qualquer tipo de assistência médica. São hoje mais de 30 milhões (o Plano de Bill e Hilary Clinton é muito menos ambicioso do que a imprensa sugere). O Sistema de Ensino também se degradou muito nas últimas décadas. As grandes universidades privadas, como Harvard e Yale, orgulham-se da qualidade dos seus cursos, da criatividade dos seus institutos de investigação e da quantidade de prémios Nobel que por elas passaram. Mas a regra é outra. Segundo J. Kozol (Iliterate America, N. York, págs. 8 e 9), o censo americano de 80, ao afirmar que não existe analfabetismo mente grosseiramente, pois dezenas de milhões de americanos são hoje analfabetos funcionais.

Defesa Nacional e Forças Armadas

O Livro Branco de uma realidade sombria

Mais de 25 milhões não conseguem ler sequer as etiquetas das caixas de medicamentos e um em cada cinco é incapaz de endereçar correctamente uma simples carta.

Uma sondagem promovida pela Comissão Nacional de Educação (*A Nation at Risk*, Washington 1983) revelou que um em cada sete americanos adultos não consegue localizar os EUA no mapa mundial e que 75% ignoram onde fica o Golfo, embora tenham apoiado a guerra contra o Iraque.

O nível médio do conhecimento e da cultura geral baixou assustadoramente sobretudo entre a juventude. A criança americana em média já viu 5000 horas de televisão antes de entrar na escola, e ao terminar o secundário já ultrapassou as 20 000. Essa cultura anti-intelectual que modela os jovens produz efeitos devastadores na formação da personalidade.

O resultado é uma atitude de alienação muito generalizada. Mais de 80% dos americanos não estão minimamente preparados para entender o que se passa no seu país e manifestam um desinteresse quase total pelo que acontece no mundo.

Aprofunda-se assim na sociedade americana um fosso entre a minoria educada, que tem praticamente o monopólio do saber e a maioria.

Ninguém hoje estranha que os níveis de pobreza e criminalidade aumentem no país. Segundo a Drug Enforcement Agency, os EUA consomem metade da cocaína mundial e são hoje o maior produtor de marijuana. O problema das drogas assume tamanha gravidade que em 1989 nasceram 375 000 bebés toxicodependentes.

O índice de homicídios é um dos mais elevados do mundo, sendo quatro a cinco vezes superior ao dos países da CEE. Washington passou a ser a capital mais violenta do grupo de países industrializados. O controlo de armas continua na prática, aliás, a ser apenas uma aspiração: 60 milhões de revólveres e pistolas e 120 milhões de espingardas estão na posse de civis. Naturalmente, as cadeias norte-americanas acham-se superlotadas: o número de presos ultrapassa um milhão, ou seja uma percentagem superior à da África do Sul no auge do *apartheid*.

A distribuição da riqueza nacional caracteriza-se por desigualdades enormes e crescentes. Em média, os gestores recebem 90 vezes mais do que os trabalhadores industriais. Na base da pirâmide, os negros e os chicanos são cada vez mais pobres.

As sondagens dos institutos de opinião coincidem num ponto: a maioria da população pensa que as coisas pioraram na última década em múltiplas frentes: relações sociais, situação económica das minorias, ensino público, economia, finanças, vida familiar. O mais desalentador é a convicção de que os filhos e netos viverão numa sociedade ainda mais desorganizada, injusta e cruel.

Quanto a soluções, não há convergência mínima. Os remédios sugeridos para os males da sociedade são variadíssimos e com frequência fantasistas.

O racismo nas suas manifestações exteriores diminuiu e desapareceu da legislação estadual. Mas o americano branco está preocupado. Os demógrafos prevêem que, a persistirem as actuais taxas de fertilidade, e a não ocorrerem mudanças importantes nos fluxos imigratórios, a América será predominantemente mestiça no ano 2050. Em meados do próximo século os brancos serão minoritários.

O desenvolvimento galopante da China também assusta. Presente-se já que o século XXI será o século da China.

*
* *

Na polémica em curso sobre o futuro e os medos resultantes da quebra relativa do poder económico, os optimistas insistem muito no argumento da especificidade do génio americano. Falam ainda romanticamente da vocação da América para responder aos grandes desafios.

Essa linguagem impressiona hoje cada vez menos o cidadão comum. As suas conclusões são preocupantes quando compara os EUA dos anos 60 com o país actual, menos próspero, menos feliz, mais endividado e com pavor do futuro, apesar do desaparecimento do grande inimigo.

(conclui na próxima edição)

(¹) Existe uma edição portuguesa dessa obra de Henri Alleg, lançada pela Editorial Caminho em 1987.

(²) *Preparing for the Twenty-First Century*, Paul Kennedy, N. York, 1993.

(³) Os dados estatísticos citados neste artigo sem referência de fonte foram, com a excepção das estimativas relativas à Dívida Pública, extralidos do livro de Paul Kennedy, do qual existe uma edição portuguesa, de Publicações Europa América.

Data de 1986 a publicação do primeiro "Livro Branco de Defesa Nacional". Era Ministro da Defesa Leonardo Ribeiro de Almeida.

Em inícios do passado mês de Junho, foi apresentado o segundo Livro Branco. Desta feita sob os auspícios governativos do Ministro Fernando Nogueira.

Meramente a título de curiosidade, regista-se que, embora com oito anos de distância, ambos os ministros são do PSD.

A edição do Livro Branco da Defesa Nacional tem em si mesmo o valor de possibilitar uma leitura e reflexão sistematizada, bem como uma consulta rápida de alguns dados.

Para além de uma substancial diferença gráfica e as decorrentes das transformações operadas na situação internacional, a base do Livro Branco agora lançado não difere muito da de 1986.

A brancura de 1986

A edição de 86 reconhecia que o mesmo não abrangia a globalidade da Defesa Nacional, ficando-se pela sua componente militar. Era visível uma preocupação - uma insistente preocupação - em pôr nos píncaros o papel estratégico de Portugal no contexto internacional e as "baterias" estavam viradas no sentido de apresentar o extinto Pacto de Varsóvia como irreversível e irresistivelmente motivado por desejos agressivos que só não concretizava porque a NATO impedia. (Como se sabe, apesar de a NATO ter sido constituída antes do extinto Pacto de Varsóvia, a tese do perigo vermelho fez escola e doutrina ao longo dos anos).

Ao contrário, o texto constitucional estipulava e estipula no seu Artº 7º nº 2 que: "Portugal preconiza (...) o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva (...) capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos".

Em 1986 era reconhecido que a vala que separava (e separa) os Estados ricos dos pobres é geradora de tensões e agressividades que originam muitos dos conflitos.

Trata-se de uma consideração que mantém inteira actualidade e da qual decorre a reflexão de que os interesses das grandes potências são divergentes dos das pequenas. Neste quadro, é lógico concluir que a estratégia de defesa nacional das pequenas potências não passa por uma postura alinhada com a das superpotências, interessando às primeiras uma estratégia de paz e de desenvolvimento.

Transparecia do livro de 1986 a ideia de que Portugal quando defendia os interesses da NATO defendia os seus próprios interesses, ideia esta que recusámos e recusamos.

Não decorre daqui a conclusão que alguns poderão estar a pensar do isolacionismo. Decorre somente a consideração de que Portugal tem interesses e especificidades próprias a defender. Decorre também, é inevitável, que Portugal numa Europa de paz e cooperação, sim, mas Portugal numa Europa de pilar europeu da NATO, não.

Por outro lado, não decorre também a conclusão que alguns talvez à procura de popularidade fácil - de quando em vez lançam da extinção das FAs. Mas decorre antes, a conclusão da necessidade de Portugal otimizar os seus recursos, consciente das suas fragilidades.

E importa referir que defesa nacional não é só "tropa e armas", mas um conceito que deve integrar e harmonizar os múltiplos aspectos da política do Estado, no respeito pelos princípios constitucionais, visando o desenvolvimento e o progresso do país.

Branco mais cinzento não há

O livro agora lançado trata muito pouco a situação nacional no quadro do conceito de Defesa Nacional. Se o seu antecessor partia do princípio que Portugal quando defendia os interesses da NATO defendia os seus próprios interesses, neste a coisa complica-se. Isto é, à NATO temos de acrescentar a UEO e a União Europeia. O princípio mantém-se com qualidades novas.

É detectável a cada passo a necessidade de citar e/ou valorizar a NATO ou os EUA, sempre que há referências à União Europeia ou à UEO. Do ponto de vista do enquadramento internacional e ideológico o livro é, no essencial, o repositório dos conceitos aprova-

dos em 7 e 8 de Novembro/91 na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da NATO, na qual foi aprovado o novo conceito estratégico da Aliança.

Mas há afirmações no "Livro Branco da Defesa Nacional" que dizem mais do que mil palavras, leia-se: "O desaparecimento do conflito bipolar veio tornar operacional o funcionamento do Conselho de Segurança da ONU, até então paralisado...". É efectivamente de ficar paralisado com esta afirmação. Mas leia-se então o seguinte: "Durante a guerra fria e em simultâneo com a disputa armamentista, o Ocidente acentuou a dimensão internacional dos direitos humanos, no sentido de enfraquecer a posição dos países integrantes do Pacto de Varsóvia e a atractividade da própria ideologia de Estado que os orientava". Um espanto. Afinal, é o PSD que o diz, os direitos humanos foram (são) somente um instrumento da luta ideológica, sem valor em si mesmo.

É então que surge a União Europeia "muito preocupada" com os direitos humanos (pois então...). E no quadro da política externa e de segurança comum (PESC), constante no Tratado de Maastricht, foi dado início ao (...) processo de realização da PESC... e "encontram-se já definidas algumas zonas geográficas e questões em relações às quais podem ser empreendidas, a curto prazo, acções comuns. Assim (...) poderão ser levadas a cabo acções comuns que visem garantir a estabilidade política (...), o reforço das instituições e dos princípios democráticos (...) e o combate às novas ameaças representadas pelo terrorismo e pelo narcotráfico".

Mais claro que isto é difícil e não, não estamos a brincar. Isto consta do Livro Branco, a páginas 35.

Há instabilidade política? Então, apronte-se uma força de intervenção e zás... As instituições democráticas necessitam de reforço? Zás... outra vez. A tese do Livro Branco do Governo PSD é esta: há uns países que, por mandato não se sabe de quem, passam a ter o direito de ingerência na vida de outros países e povos.

Eis o verdadeiro rosto de Maastricht na sua vertente de política externa e de segurança comum e o verdadeiro rosto do novo conceito estratégico da NATO. Eis ainda a razão pela qual o Conselho de Segurança da ONU hoje "já não está paralisado".

Tem sido em função destes conceitos que tem vindo a ter lugar o processo de reestruturação, redimensionamento e reequipamento das FAs (os famosos três éres). O Livro Branco, nesta matéria, limita-se a reproduzir em traços grossos a legislação e demais alterações que têm vindo a ser efectivadas. O Livro vende uma imagem. Neste aspecto é um bom livro de propaganda, mas o produto não corresponde ao embulho.

Torna-se imprescindível reafirmar que o processo de reestruturação não obedeceu à discussão e definição prévia do Conceito Estratégico de Defesa Nacional e pela forma como tem vindo a ser implementado tem sido gerador de instabilidade. O próprio livro é disso exemplo quando a páginas 173 aborda as carreiras dos militares do Quadro Permanente, sendo verdade que entretanto o Governo já lançou um projecto que visa proceder a alterações ao Estatuto do Militar das Forças Armadas (EMFAR), com particular incidência na matéria das carreiras. Este singelo exemplo que podia ser multiplicado por muitos outros, tem traduzido uma prática reestruturadora que tem levado ao aumento da desmotivação, do trucidar de direitos e expectativas legítimas dos militares, a confrangedoras situações de falta de pessoal.

A construção de umas FAs de integração multinacional é o objectivo, sendo pouco importante a resposta a necessidades fundamentais da defesa nacional e da defesa militar.

É interessante registar que o livro referia - no quadro de sondagens que têm vindo a ser feitas, que "a questão que mais divide as opiniões diz respeito ao sistema de serviço militar". E isto é tão mais importante no momento em que a problemática da revisão constitucional está aí e seria bom que não fossem cometidas imprudências por razões de caça ao voto.

E onde estão os draga-minas que o livro refere, se é por de mais conhecido que objectivamente não existem e tudo indica que o projecto de reequipamento previsto vai ser abandonado em prol da perspectiva de aquisição de submarinos? E qual a real capacidade operacional dos M60 do Exército? E quantos aviões P3P funcionam, se é conhecida a prática da canibalização?

A verdade é que a realidade é sombria e não é o Livro Branco e as diversas iniciativas de show-off do Ministro que lhe alteram a cor.

PONTOS CARTEAIS



Desenho de Monginho

PONTOS NATURAIS

Quadras à solta

Da minha janela à tua
vai um salto de perdoar.
De tantos saltos que existem
é o que mais custa a dar.

Quem espera, desespera
são maneiras de falar
pois não tem, quem muito espera,
razões para desesperar.

É feio um homem chorar
mas por tolo não me tomem.
Feio, sim, feio é obrigar
a chorar um outro homem.

Tira esses olhos do chão
ergue do chapéu a aba.
Por descer numa eleição
a História não acaba.

Pobres das mãos que sem mágoa
são feitas daquela rede
por onde se escoa a água
que matasse tanta sede.

Choras de dor ou de assombro
e esta quadra, camarada,
só quer por-te a mão no ombro
amiga, breve e calada.

Eu vos digo o preço exacto
que a balança mostra à gente:
mil pobres estão num prato
no outro, um rico somente.

Ser dono, escravo ou parceiro
quem sabe o que é! Sei de alguém
que pensa que tem dinheiro
e o dinheiro é que o tem.

Digo eu, estão a topar,
ao mandão do meu vizinho:
se queres dialogar
por que é que falas sozinho?

Ideologia? Nem vê-la!
(oiço-o na TV dizer).
Ele é tanto feito dela
que nem precisa de a ter.

A um batoteiro sem alma
vejam o que sucedeu:
acabou jogando a alma
e teve sorte: perdeu!

É bem fácil na proposta
de uma boa ratoeira
ficar com a careca à mostra
e ter farta cabeleira.

Não deixes fazer da cruz
uma espécie de alibi.
Teu lugar vivo, Jesus,
não é na cruz: é aqui.

Julga que pode o Poder
tudo fazer aos pequenos
mas Poder que tal fizer
é sempre o que pode menos.

Às vezes, quando acontece,
acontece uma semente.
Se é real, o linho tece
se o linho não tece, mente.

Mário Castro

Quem quer ser lobo...

Numa conjuntura social, económica e política em que já são indisfarçáveis as manifestações de profunda e generalizada contestação às orientações políticas do Governo, é curioso ver-se como alguns escribas da nossa praça procuram, por enviesados caminhos, lançar areia para os olhos dos leitores, na demonstração de um notável esforço para apresentar alibis (que já nem precisam de ser encomendados) susceptíveis de tentar esconder ou pelo menos rodear os efeitos nefastos de tal política. E muitas vezes, para tal, chegam a dar uma no cravo outra na ferradura, assim como quem nos quer tomar por parvos. É o caso do notório José António Saraiva que, depois de nos últimos tempos ter vindo a fingir cravar ilusórias farpas a Cavaco e seus «ajudantes» governamentais na sua cada vez mais hilariante coluna «Política à Portuguesa», não deixa de aproveitar os editoriais não assinados para

notável paralelo. Assim: «A situação, salvaguardadas as distâncias, faz lembrar a que se viveu na Saúde no tempo de Leonor Beza: o país, na sua maioria, apoiava a ministra mas os médicos hostilizavam-na». Mas será que o sujeito, ao escrever tal prosa, nem sequer é capaz de corar de vergonha?

... veste-lhe a pele

Já o «Público», numa estratégia de alternância digna de nota, volta-se, como lhe vai sendo habitual, para a publicitação de tudo o que é proposta do PS, mesmo que, para tal, por vezes tenha de lamentar que este não seja tão igual ao PSD como seria de desejar - para que tudo continue na mesma, embora numa tonalidade mais rósea. Desta vez é o jornalista Raul Vaz que, numa coisa chamada «Uma Questão de Futuro» congemina na edição de sábado daquele matutino, tece a maior das loas ao projecto de revisão constitucional do Partido Socialista, argumentando com as habituais falácias da «aproximação entre eleitores e eleitos» ou da chamada «reforma do sistema político» para justificar a



Desenho de Monginho

deitar prudente água na fervura. Como acontece no escrito da última edição do «Expresso», em que J.A.S. como que rejubila com o lamentável espectáculo dado pela ministra da Educação na sua recente e já célebre conferência de imprensa. E é assim que o editorialista acaba por reconhecer que o Governo, «através de uma mulher apagada e tímida, mas aparentemente séria e determinada (...), pela primeira vez num espaço de vários anos fez um discurso límpido e coerente na área da Educação» (!), para logo acrescentar que só «é pena que a ministra, nesta iniciativa, tenha tido contra si os professores». E, não contente com isso, logo J.A.S. remata fazendo um

bondade da «golpada» das alterações às leis eleitorais. Mas o plumitivo do jornal de Belmiro de Azevedo não está, ainda, completamente feliz e não deixa de manifestar na circunstância o seu desgosto pela timidez do PS em não avançar mais além. Por exemplo em matéria de (des)regionalização, a última moda inventada por Cavaco. E vai daí remata assim: «Quem não teria nada a lucrar com a regionalização do país seria o próprio país, Portugal, que pela sua dimensão e homogeneidade cultural não precisa que lhe criem falsos problemas. Nesta questão, o PSD pensa bem, o PS mal.» Regionalização, um falso problema? Ora toma!

FRASES da SEMANA

«Estou hoje convencido de que as Regiões Administrativas prejudicariam o desenvolvimento equilibrado do país, aumentariam as assimetrias e os egoísmos regionais, impediriam a solidariedade das Regiões mais ricas em relação às mais pobres.»

☛ (Cavaco Silva, citado em «Expresso», 30.07.94)

«O Cavaco "puro", voluntarista, determinado, dos anos 80 deu lugar a um Cavaco mais cauteloso, mais político, menos singular.»

☛ (José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 30.07.94)

«Se, depois de Outubro de 1995, o PS for para o Governo e conseguir impor-se, o país terá ganho - porque terá ganho um partido capaz de garantir a rotatividade. Mas se, pelo contrário, o PS desiludir, o país também ganhará - porque voltará provavelmente a votar no PSD, mas agora com uma convicção diferente.»

☛ (idem)

«Após a machadada na vigente e em parte falhada "reforma do ensino", o PSD acaba de desferir um golpe (de Estado, vindo de quem vem) na regionalização. O poder mostra-se, assim, capaz de dizer uma coisa e, pouco depois, o contrário.»

☛ (F.B., «O que eles dizem...» - «Expresso», 30.07.94)

«A argumentação que atribui à regionalização insular uma virtude que recusa à continental mete água por todos os lados. Pense-se no Alentejo, região de limites claros e de notória identidade, que não seria inventada "de cima para baixo".»

☛ (idem)

«(...) parecia-me que os portugueses se deveriam pronunciar sobre uma questão tão importante como esta (a regionalização), que tem uma expressão concreta nos países da Comunidade, numa Europa que se quer constituir justamente à base de uma Europa das Regiões.»

☛ (Vieira de Carvalho, Presidente-PSD da Câmara da Maia - «Público», 31.07.94)

«Estranha ironia, com que se devem confrontar todos os anticomunistas: acabou por ser o PCP quem mais foi à liça na defesa da liberdade fundamental do direito dos cidadãos à informação.»

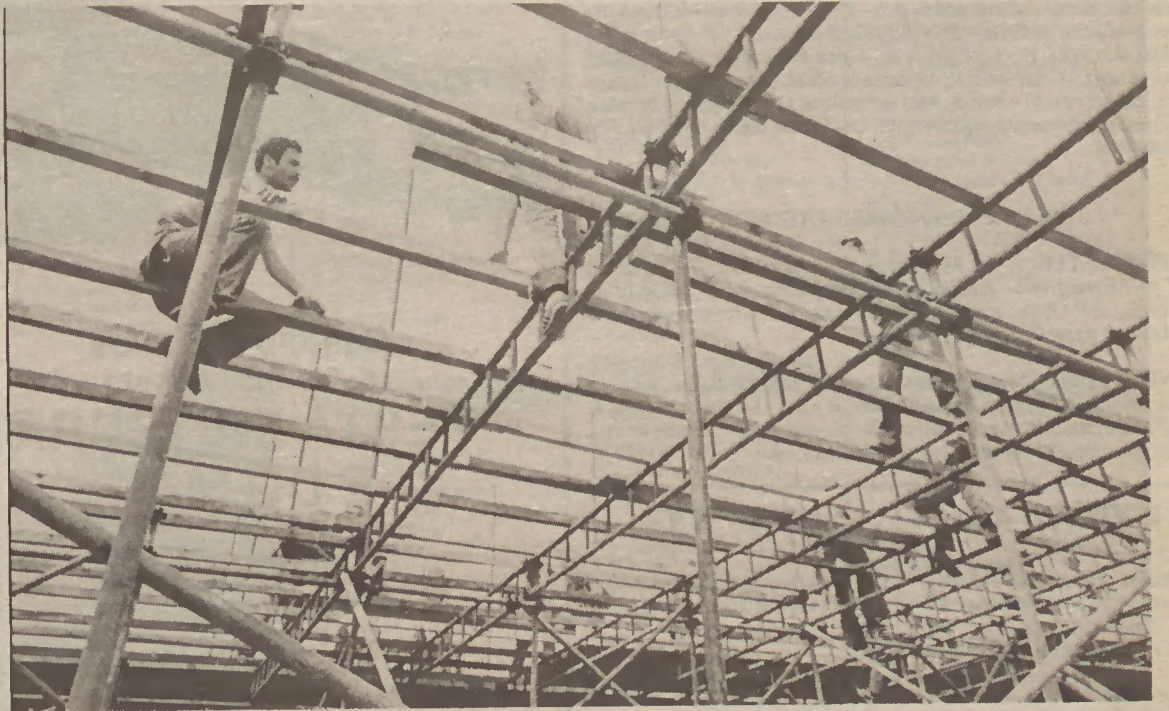
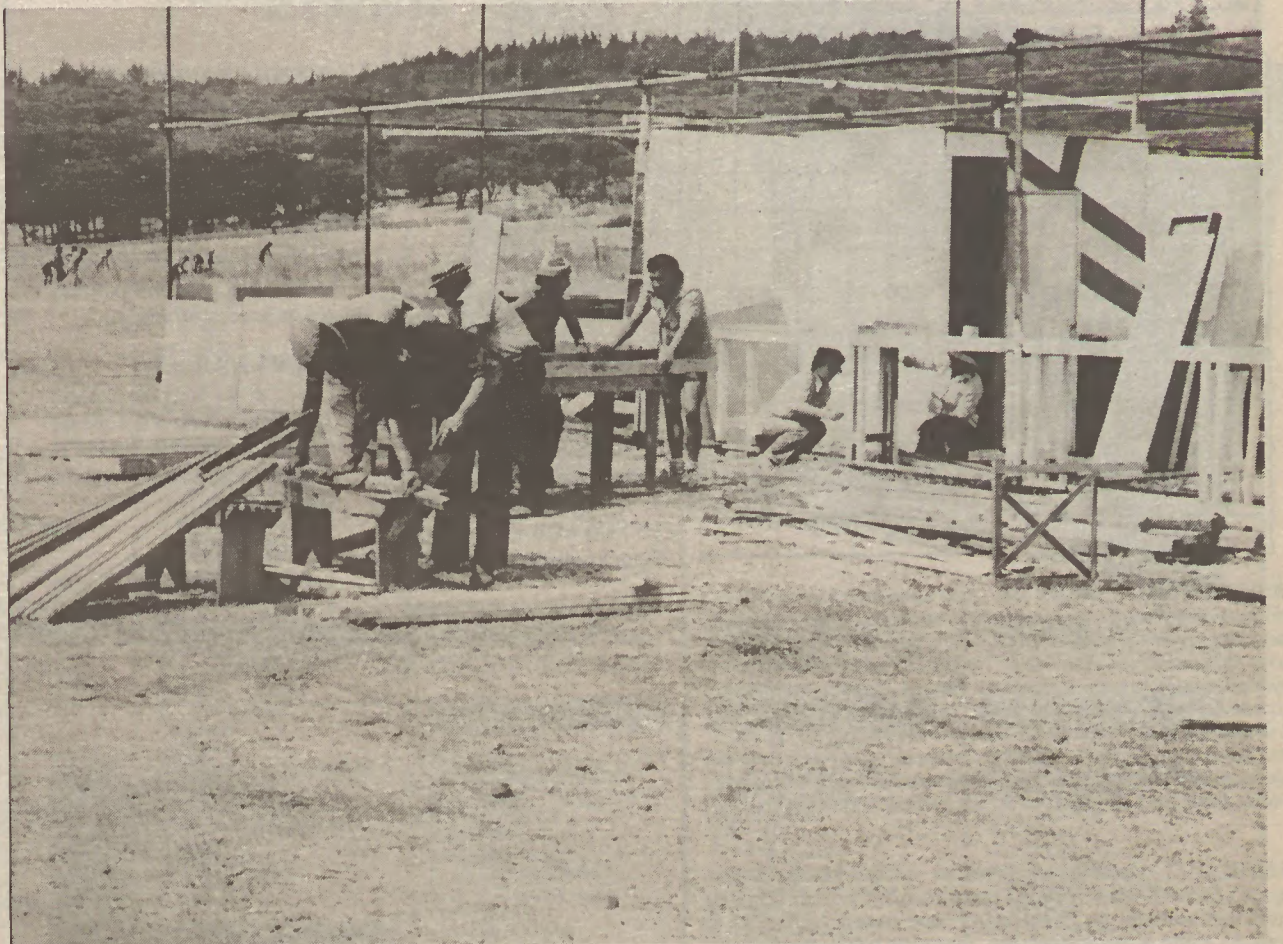
☛ (Adelino Cardoso, jornalista, «Informação Aprisionada» - «Expresso», 30.07.94)

*Vamos
 construir
 a Festa!*

Fotos que são alimento de uma memória que tem já de recuar 18 anos. Trata-se da construção da Festa, com o esforço voluntário de milhares de pessoas especiais, que todos os anos concretizam a vontade de erguer a estrutura de um acontecimento que este ano atinge a maioridade.

Algo cruamente, criámos o hábito de lhes chamar Jornadas de Trabalho.

Mas podíamos também dizer serem antes Jornadas de Amizade, Jornadas de Empenho, Jornadas de Solidariedade, Jornadas de Dedicção... No próximo fim-de-semana, não faltes; ajuda também a alimentar a memória do futuro.



JORNADA DE TRABALHO para construir o pavilhão de BRAGANÇA

Convívio

Dias 13 e 14 de Agosto

Participa!

Traz outro amigo!

TELEVISÃO

PROGRAMAÇÃO

«Pólo a Pólo»

Quinta, 4

CANAL 1

08.00 Os Caminhos da Arte
09.00 Sandokan
09.25 Rua Sésamo
10.00 Pollianna
10.25 Os Raposinhos
10.50 Detectives em Férias
11.20 Pé Grande e os Amigos
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante no Tempo
14.30 Contos das Mil e Uma Noites
15.00 Memórias
15.55 Os Mistérios de Dick Francis
16.50 Acção em Miami
17.55 Culinária
18.15 Ana Raio e Zé Trovão
18.55 Lotaria Nacional
19.10 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telemagazine
20.40 Fera Ferida
21.30 Isto... Só Vídeo
22.05 Os Inocentes
22.40 O Tal Canal
23.50 24 Horas
00.10 Crime no Paraíso
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.00 Infantil
13.00 Os Caminhos da Arte
13.55 Reconciliação
(ver «Filmes na TV»)
15.20 Férias Felizes
16.10 Aviação Militares
16.40 Infantil
17.50 Drama nas Docas
18.45 Um, Dó, Li, Tá
19.45 A Vida de Joe
20.15 Sobre o Levantamento de Varsóvia
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.05 Theodor Chindler
23.05 Remate
23.25 O Grande Irã
00.10 Um Olhar de Mãe
01.05 Cenários do Crime

SIC

11.35 G. I. Joe
12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.20 Desporto Radical
13.30 Os Donos da Bola
14.00 Ora Bolas, Marina
14.30 A Brincar, a Brincar
15.00 Volta a Portugal em Bicicleta
16.15 Zuckerbaby
(ver «Filmes na TV»)
17.45 Paraíso
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Volta a Portugal em Bicicleta
20.50 Mulheres de Areia
21.30 Minas e Armadilhas
23.00 Moda Mar em Porto Fino
00.35 Último Jornal
00.55 Volta a Portugal em Bicicleta
01.15 Playboy

QUATRO

10.00 Lumen 2000
11.00 Animação
11.40 Já Tocou
12.05 O Justiciero
13.05 Visto Isto
13.30 Dama de Rosa
14.00 Cassandra
14.30 Um Anjo na Terra
15.30 Caixa de Perguntas
16.00 As Aventuras do Cavalo Preto
16.30 Flinstones
17.05 Alf
17.30 Morena Clara
18.30 Estrela
19.00 Caprichos
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Parker Lewis
21.35 O Segredo Tropical
23.30 Farmácia de Serviço
23.50 Informação
00.15 Fora de Jogo
00.30 Modelo e Detective

Sexta, 5

CANAL 1

08.05 Os Caminhos da Arte
09.00 Sandokan
09.25 Rua Sésamo
10.00 Goal
10.25 Os Raposinhos
10.50 Detectives em Férias
11.20 Pé Grande e os Amigos
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante no Tempo
14.30 Lisa Stansfield Live
14.55 Memórias
15.50 Táxi
16.15 Os Mistérios de Dick Francis
17.05 Acção em Miami
18.25 Ana Raio e Zé Trovão
19.10 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telemagazine
20.35 Fera Ferida
21.30 Jogos Sem Fronteiras
23.00 Cheers, Aquele Bar
23.35 24 Horas
23.55 Pesadelo em Elm Street - IV
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.00 Infantil
12.50 TV2 Desporto
15.35 Páginas da Vida
(ver «Filmes na TV»)
17.25 Infantil
18.00 Drama nas Docas
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.50 Mulheres no Jazz
20.20 Os Alpes
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.10 Corrida de Touros
22.25 Musical - «Natalie Cole»
23.25 Remate
23.45 Ana Belen em Concerto
01.00 Cenários do Crime

SIC

11.35 G. I. Joe
12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.20 Desporto Radical
13.30 Os Donos da Bola
14.00 Ora Bolas, Marina
14.30 A Brincar, a Brincar
15.00 Volta a Portugal em Bicicleta
16.05 Amor e Preconceito
(ver «Filmes na TV»)
18.30 Notícias
18.45 Paraíso
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.35 Volta a Portugal em Bicicleta
20.45 Mulheres de Areia
21.45 Moda Mar em Porto Fino
21.55 Mini Chuva de Estrelas
23.00 Último Jornal
23.20 Volta a Portugal em Bicicleta
23.35 Playboy
00.35 O Direito do Mais Forte à Liberdade
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

10.00 Lumen
11.00 Animação
12.00 Já Tocou
12.05 O Justiciero
13.05 Visto Isto
13.30 Dama de Rosa
14.00 Cassandra
14.30 Um Anjo na Terra
15.25 Encontro
15.30 Coisas de Família
15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
16.30 Flinstones
17.05 Alf
17.30 Morena Clara
18.30 Estrela
19.00 Caprichos
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Parker Lewis
21.35 Duas Faces para o Sucesso
23.30 Farmácia de Serviço
24.00 Informação
00.25 Fora de Jogo
00.45 Sua Excelência, a Embaixatriz
(ver «Filmes na TV»)

Sábado, 6

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.00 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.10 Made in Portugal
13.40 Extra Large
15.10 Emoções Fortes
15.35 O Príncipe e a Corista
(ver «Filmes na TV»)
17.30 Beverly Hills
18.15 Onda de Verão
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Na Paz dos Anjos
21.45 Parabéns
23.45 Preparado para Matar
(ver «Filmes na TV»)
01.10 O Raio Azul
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

11.00 A Arca
14.00 Musical: «Country Night em Gstaad»
13.00 TV2 Desporto
13.30 Tauromaquia
14.15 Dempsey
15.30 TV2 Desporto
20.00 Os Amish
20.50 De Lisboa, Com Amor
21.00 Desenhos Animados
21.10 No Cumprimento do Dever
(ver «Filmes na TV»)
22.00 Nos Bastidores...
22.35 O Homem que Queria Saber
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Woops

SIC

11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Desporto Radical
13.50 Volta a Portugal em Bicicleta
15.20 Homem Marcado
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Curvas Perigosas
18.00 Lei e Ordem
19.00 Minas e Armadilhas
20.00 Jornal da Noite
20.40 Volta a Portugal em Bicicleta
20.50 Mulheres de Areia
21.50 Moda Mar em Porto Fino
22.00 Os Tralalhões
23.00 A Brincar, a Brincar



«Os Mistérios de Dick Francis»

23.30 Especial Playboy
01.00 Último Jornal
01.20 O Juiz do Terrorismo - Ataque ao DC10
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

08.00 Animação
10.30 Lassie
11.00 Vamos ao Circo
12.00 Caça ao Canudo
13.00 Contra-Ataque
14.00 Top 25
14.35 Estrela
17.30 O Incrível Capitão Nemo
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 O Jogo do Ganso
00.30 Informação
00.35 Bom Dia, Babilónia
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 7

CANAL 1

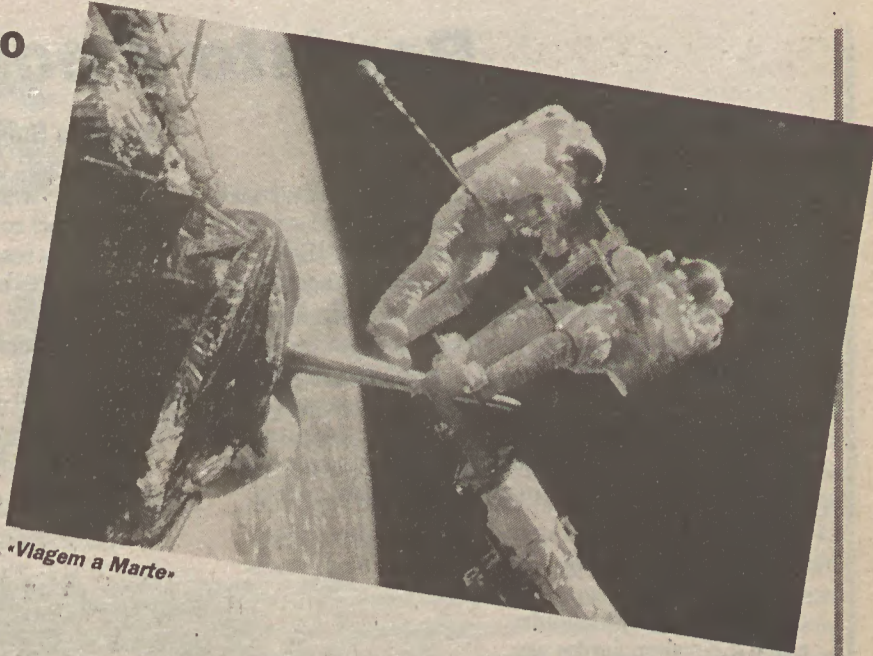
08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Blossom
13.40 Top +
14.30 Dinossauros
15.00 Missão Impossível
15.50 Os Persuasores
(ver «Filmes na TV»)
17.30 Os Simpsons
18.00 Onda de Verão
19.45 Joker
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.10 Na Paz dos Anjos
22.20 Sozinhos em Casa
22.50 Tramas de Seda
23.45 Milénio
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
09.55 TV2 Desporto
12.45 70 x 7
13.00 Missa
13.55 Regiões
15.00 TV2 Desporto
21.00 Desenhos Animados
21.15 Artes e Letras: «Barbara Stanwick»
22.10 Sinais de Vida
(ver «Filmes na TV»)
23.40 Woops

SIC

11.00 Verão Radical
11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Desporto Radical
13.50 Volta a Portugal em Bicicleta
15.30 Carmen
(ver «Filmes na TV»)
18.30 Vida Selvagem
19.30 Obras em Casa
20.00 Jornal da Noite
20.40 Volta a Portugal em Bicicleta
20.50 Os Tralalhões
21.30 Labirinto
22.30 Dominó
(ver «Filmes na TV»)
00.35 Último Jornal
00.55 Volta a Portugal em Bicicleta



«Viagem a Marte»

Segunda, 8

CANAL 1

08.00 Garfield
08.30 As Gémeas de Sta. Clara
08.50 Sandokan
09.25 Rua Sésamo
10.00 Pollianna
10.25 Os Raposinhos
10.50 Detectives em Férias
11.20 Pé Grande e os Amigos
11.45 Culinária
12.00 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Os Andrades
14.10 Viajante no Tempo
15.00 Memórias
15.50 Táxi
16.15 Os Mistérios de Dick Francis
17.05 Acção em Miami
18.00 Culinária
17.50 Caderno Diário
18.20 Ana Raio e Zé Trovão
19.10 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telemagazine
20.35 Fera Ferida
21.30 Pálio da Fama
22.30 Contos Assombrosos
23.00 Calor Tropical
24.00 24 Horas
00.20 Outros Tempos, Outros Lugares
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.00 Infantil
12.30 Os Caminhos da Arte
13.30 TV2 Desporto
14.35 Lua de Mel Sangrenta
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Férias Felizes
16.50 Sobreviver
17.15 Infantil
18.00 TV2 desporto
18.40 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Crimes
20.35 Pólo a Pólo
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.45 Bailado: «Nacho Duato»
23.45 Um Ano em Grande
00.40 Cenários do Crime

SIC

11.35 G. I. Joe
12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.20 Desporto Radical
13.30 A Brincar, a Brincar
14.00 Ora Bolas, Marina
14.30 Volta a Portugal em Bicicleta
15.50 Sete Noivas para Sete Irmãos
(ver «Filmes na TV»)
17.35 Notícias
17.45 Paraíso
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Volta a Portugal em Bicicleta
20.50 Mulheres de Areia
22.00 Cenas de Um Casamento
23.00 20 Anos, 20 Nomes
00.05 Último Jornal
00.25 Volta a Portugal em Bicicleta
00.40 Sim, Sr. Ministro
01.10 Os 40 Anos da Playboy

QUATRO

10.00 Lumen 2000
11.00 Animação
11.40 Já Tocou
12.05 O Justiciero
13.05 Visto Isto
13.30 Dama de Rosa
14.00 Cassandra
14.30 Um Anjo na Terra
15.30 Animação
16.00 As Aventuras do Cavalo Preto
16.30 Flinstones
17.05 Alf
17.30 Morena Clara
18.30 Estrela
19.00 Caprichos
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Parker Lewis
21.35 Luzes da Ribalta
23.05 Farmácia de Serviço
23.35 Informação
24.00 Fora de Jogo
00.15 Aventureiros

Terça, 9

CANAL 1

08.00 Garfield
08.30 As Gémeas de Sta. Clara
09.00 A Ilha do Tesouro
09.25 Rua Sésamo
10.00 Pollianna
10.25 Os Raposinhos
10.50 «Camp Wildreness»
11.20 Pé Grande e os Amigos
11.50 Culinária
12.00 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Os Andrades
14.10 Viajante no Tempo
15.00 Mamórias
15.50 Táxi
16.15 Disfarces
17.05 Acção em Miami
18.00 Culinária
18.05 Caderno Diário
18.25 Ana Raio e Zé Trovão
19.10 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telemagazine
20.35 Fera Ferida
21.30 Nico d' Obra
22.00 Você Decide
23.00 A Lei das Ruas
23.55 24 Horas
00.15 Ameaça na Selva
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.00 Infantil
12.50 Para Além do Ano 2000
13.30 TV2 Desporto
14.35 Os Homens do Serviço Indiscreto
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Férias Felizes
17.05 Aviação Militares
17.35 Infantil
18.00 TV2 Desporto
19.50 A Vida de Joe
20.15 Rotações
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Remate
22.40 O Homem da Maratona
(ver «Filmes na TV»)
00.40 Grandes Devoções
01.35 Cenários do Crime

SIC

11.35 G. I. Joe
12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 A Brincar, a Brincar
14.00 Ora Bolas, Marina
15.00 Volta a Portugal em Bicicleta
16.00 A Loucura do Ritmo
(ver «Filmes na TV»)
17.45 Notícias
18.00 Paraíso
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Volta a Portugal em Bicicleta
20.50 Mulheres de Areia
21.50 Perdoa-me
23.00 Caça ao Tesouro
00.35 Último Jornal
00.55 Volta a Portugal em Bicicleta
01.10 Os 40 Anos da Playboy

QUATRO

10.30 Lumen 2000
11.00 Animação
11.40 Já Tocou
12.05 O Justiciero
13.05 Visto Isto
13.30 Dama de Rosa
14.00 Cassandra
14.30 Um Anjo na Terra
15.30 Animação
16.00 As Aventuras do Cavalo Preto
16.30 Flinstones
17.05 Alf
17.30 Morena Clara
18.30 Estrela
19.00 Caprichos
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Parker Lewis
21.35 Luzes da Ribalta
23.05 Farmácia de Serviço
24.00 Informação
00.30 Fora de Jogo
00.45 Anúncios do Outro Mundo
01.15 Modelo e Detective

Quarta, 10

CANAL 1

08.00 Garfield
08.30 As Gémeas de Sta. Clara
09.00 A Ilha do Tesouro
09.25 Rua Sésamo
10.00 Pollianna
10.25 Os Raposinhos
10.50 «Camp Wildreness»
11.20 Pé Grande e os Amigos
11.50 Culinária
12.00 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Os Andrades
14.10 Viajante no Tempo
15.00 Memórias
15.00 À Descoberta do Mundo
15.50 Táxi
16.15 Disfarces
17.05 Acção em Miami
18.15 Caderno Diário
18.25 Ana Raio e Zé Trovão
19.10 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telemagazine
20.35 Fera Ferida
21.25 Vamos Jogar no Totobola
21.40 S6 Riso
22.10 Harry, o Implacável
(ver «Filmes na TV»)
23.55 24 Horas
00.15 Paul e Michele
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.00 Infantil
12.30 Improvisação na Música
13.30 TV2 Desporto
14.35 Crepúsculo Vermelho
(ver «Filmes na TV»)
16.35 Férias Felizes
17.25 Infantil
18.00 Drama nas Docas
18.50 TV2 Desporto
19.55 A Vida de Joe
20.25 Viagem a Marte
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Remate
22.40 Grande Noite
23.50 Montparnasse Revisitado
00.50 Cenários do Crime

SIC

11.35 G. I. Joe
12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.20 A Brincar, a Brincar
14.00 Ora Bolas, Marina
15.15 A Roda da Fortuna
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Notícias
17.35 Ora Bolas, Marina
18.05 Paraíso
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Volta a Portugal em Bicicleta
20.50 Mulheres de Areia
21.50 Perdoa-me
23.00 Caça ao Tesouro
00.35 Último Jornal
00.55 Volta a Portugal em Bicicleta
01.10 Os 40 Anos da Playboy

QUATRO

10.00 Lumen 2000
11.00 Animação
12.00 Já Tocou
12.30 O Justiciero
13.05 Visto Isto
13.30 Dama de Rosa
14.00 Cassandra
14.30 Um Anjo na Terra
15.30 Animação
16.00 As Aventuras do Cavalo Preto
16.30 Flinstones
17.05 Alf
17.30 Morena Clara
18.30 Estrela
19.00 Caprichos
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Parker Lewis
21.35 Luzes da Ribalta
23.05 Farmácia de Serviço
24.00 Informação
00.30 Fora de Jogo
00.45 Anúncios do Outro Mundo
01.00 Telemotor



Séries de Verão...

Por isto e por aquilo...

Páginas da Vida

(Sexta, 15.35, TV 2)

A principal referência a este filme reside na circunstância de englobar cinco *sketches* realizados por alguns realizadores pertencentes à «nata» do clássico cinema norte-americano (Henry Koster, Henry Hathaway, Jean Negulesco, Howard Hawks e Henry King) e todos eles apresentados pelo escritor John Steinbeck. Entretanto, como geralmente acontece neste «formato», mais do que as histórias e o resultado final da sua cinematização, vêm muito mais a primeiro plano as vedetas, também numerosas, que nele participam, de entre as quais se destacam Laughton, Marilyn, Widmark e tantos outros. Só pela curiosidade deste filme raro e (julga-se) inédito entre nós, a sua projecção merecia outro horário.

Amor e Preconceito

(Sexta, 16.05, SIC)

Outra obra de Fassbinder na SIC e, desta vez, um dos seus filmes mais admiráveis com argumento por ele próprio adaptado do romance homónimo de Theodore Fontane (na sua quarta versão para o cinema). É o drama de uma jovem adolescente que é abusada social e sexualmente, num retrato implacável da sociedade alemã em pleno século XIX.

Sua Excelência, a Embaixatriz

(Sexta, 00.30, Quatro)

O Verão traz sempre consigo a reposição, pelas televisões, de filmes que, pelo seu carácter leve e despreocupado, constituem alguns bons motivos de entretenimento, como é o caso das *comédias musicais*. Esta semana vai proporcionar-nos um razoável par delas e a primeira, cronologicamente, é este filme de Walter Lang. O argumento, como costuma acontecer no género, não resistiria em princípio às exigências próprias de outras estações mais rigorosas do ano, mas alguns dos bailados e canções (estas, com a marca de Irving Berlin) são admiráveis - em particular o dueto entre Ethel Merman e Donald O'Connor em *You're Just in Love*. E, depois, não é todos os dias que podemos ver e ouvir George Sanders a cantar...

O Direito do Mais Forte à Liberdade

(Sexta, 00.35, SIC)

Ao contrário de alguns dos argumentos caros a Fassbinder, cuja frontalidade e crueza radical em geral se arriscam a ser rejeitadas pelo espectador médio, a história do envolvimento homossexual entre as principais personagens deste filme sendo, por um lado, extremamente comovente e sensível, serve ao realizador para encenar uma obra que é, ao mesmo tempo, fortemente denunciadora da desigualdade entre as classes e da exploração do proletariado pela classe possidente. Além do mais, a interpretação do próprio realizador num dos protagonistas chega a atingir o brilhantismo.

O Príncipe e a Corista

(Sábado, 15.35, Canal 1)

Situada durante as cerimónias da coroação de George V, no princípio do século, a história desta conhecida comédia realizada por Laurence Olivier coloca-nos perante o encontro fortuito entre o Príncipe Regente da Carpátia e uma corista americana... O filme não é propriamente entusiasmante do ponto de vista do argumento e da sua concretização cinematográfica, mas o insólito do confronto entre Olivier e Marilyn tem momentos irresistíveis.

O Homem que Queria Saber

(Sábado, 22.35, TV 2)

Trata-se de uma tragédia doméstica em que uma mulher desaparece misteriosamente e em que seguimos a par e passo o percurso de três anos durante os quais o marido procura investigar as razões do seu desaparecimento. Rejeitando o princípio tão em voga da tradicional exibição despudorada da violência e do sangue, aqui está um *thriller* realizado pelo cineasta holandês George Sluiter que, não deixando de ser profundamente inquietante, funciona contra a corrente - já que nos dá a ver tudo o que normalmente é escondido ao espectador (o qual acaba por saber muito mais do que a personagem principal!) mas construindo, ao mesmo tempo, um crescente *suspense* através de uma estrutura manifestamente original.

Bom Dia Babilónia

(Sábado, 00.30, Quatro)

Este primeiro filme rodado em inglês pelos irmãos Taviani transporta-nos ao princípio do século e ao Novo Mundo para onde imigram, em busca da fortuna, dois jovens italianos especialistas em restauro de obras de arte religiosas, os quais, após um caminho tortuoso feito de humilhações e sofrimento, passam por S. Francisco onde encontram trabalho no pavilhão italiano da Exposição Panamá-Pacífico de 1915, acabando por chegar a Hollywood para construírem os elefantes a utilizar no cenário da Babilónia para *Intolerância*, a obra-prima de D. W. Griffith (!). Um argumento extremamente original para uma história profundamente humana e sensível de onde de desprende uma incontível paixão pela magia do cinema e que, para nós, apresenta a particular curiosidade de,



Os principais intérpretes de «Sua Excelência, a Embaixatriz», de Walter Lang

entre os intérpretes principais, se encontrar o actor português Joaquim de Almeida.

Carmen

(Domingo, 15.30, SIC)

Realizado por um dos mais notáveis cineastas italianos - Francesco Rosi - eis a cinematização de uma das obras-primas do repor-



Uma das cenas mais brutais de «O Homem da Maratona», de John Schlesinger

tório da ópera: a *Carmen*, de Georges Bizet. O interesse do filme reside não apenas nas excelentes interpretações de alguns dos maiores vultos da cena lírica - como Julia Migenes-Johnson, Plácido Domingo ou Ruggero Raimondi - mas, sobretudo, na invulgar capacidade do realizador ao ultrapassar a tradicional e redutora reprodução em filme da mera encenação do teatro musical em palco, através da inspiração que procura na pintura do século XIX no que é decisivamente ajudado pela excepcional e criativa direcção de fotografia de Pasqualino de Santis.

Edição Especial

(Segunda, 22.40, SIC)

Retrato em certos aspectos implacável do controverso mundo da «informação televisiva», este filme de James L.



Um fotograma de «Sete Noivas para Sete Irmãos», um clássico da comédia musical realizada por Stanley Donen

segundo que mais teria a ver consigo. Mas a história não resolvida deste «triângulo» é apenas um dos aspectos de um filme que nos fala das guerras entre estações de televisão, da batalha das audiências, dos «horários nobres» e de tantas outras coisas que, também nestes nossos tempos que correm de desenfreada concorrência «à lusitana», nos levam a sorrir e a reflectir. E a ver, claro.



Fred Astaire, Nanette Fabray e Jack Buchanan, num dos bailados mais famosos de «A Roda da Fortuna», de Vincent Minnelli

O Homem da Maratona

(Terça, 22.40, TV 2)

Um caso de intriga internacional em que um jovem estudante judeu cai nas mãos de uma rede de ladrões de jóias nazis em Nova Iorque (!) é o pano de fundo de um *thriller* profundamente inquietante que, a golpes de mestria cinematográfica, John Schlesinger transporta para as raias do insuportável e repulsivo. Entretanto, se houver estômago para tal, não são de perder as fabulosas interpretações de Laurence Olivier e Dustin Hoffman.

A Roda da Fortuna

(Quarta, 15.15, SIC)

That's Entertainment é a canção principal deste filme - e é, ela própria, a «imagem de marca» do grande cinema de espectáculo de Hollywood. *A Roda da Fortuna*, de Vincent Minnelli (a par de *Sete Noivas para Sete Irmãos*, de Stanley Donan, que a mesma SIC transmite dois dias antes) representa um dos exemplares mais inescutíveis dessa prodigiosa galeria de *comédias musicais*, aqui com a participação incontornável dos pés de Fred Astaire e das pernas de Cyd Charisse... E, quanto a esta última, como não haveríamos perdoar-lhe a ousadia da tentativa de «ensaiar» alguns ridículos três minutos de «ballet clássico»? Não faz tudo isto parte da «convenção» do género?



Continua o ciclo dedicado a R. W. Fassbinder, na SIC

■ Correia
da Fonseca

As ilhas e o ácido

Está dito e redito que «A Filha da Cornélia» pouco ou nada se pareceu com a sua mãe, saudosa senhora que esteve entre nós num tempo em que, apesar de tudo, ainda flutuavam no ar perfumes de liberdade, de sonho, de estímulos criadores, herdados dos anos que imediatamente se seguiram a Abril. É sabido também, porque todos tivemos oportunidade de directamente o verificar, que a responsabilidade maior pela menor qualidade desta nova versão da «Cornélia» coube aos jurados excelentíssimos, alguns deles tão insuportavelmente pretenciosos quanto manifestamente incapazes, e que os melhores momentos se acantonaram nas prestações de alguns concorrentes, aí se tendo encontrado algum lugar para a esperança neste tempo de nevoeiros cinzentos e tóxicos. E, de momento, estou a falar de Televisão.

Luzes no «Pátio»

Agora, com «Pátio da Fama», parecem também reacender-se alguns sinais luminosos que permitem a confiança: ainda a rubrica vai na praça e já surgiram concorrentes a fazerem prova não apenas de talento, o que já é evidentemente muito, mas também de interesse pela cultura, de estudo, de escrúpulo na organização do seu trabalho. Apeetece dizer que «Pátio da Fama» já nos trouxe momentos em que nem parecia estarmos perante Televisão portuguesa mas, pensando melhor, seria mais correcto escrever que não parece a TV dos tempos do cavaquismo, com todos os valores que de perto ou de longe se relacionam com a vida cultural a serem geralmente desdenhados em nome do sucesso, do pragmatismo, das mil e uma imposturas que envenenam o presente e armadilham o futuro. E é claro que já não estou a falar apenas de Televisão.

De qualquer modo, é claro que estes momentos do «Pátio da Fama», tal como os outros já havidos em «A Filha da Cornélia», foram reconfortantes. Surgiram como a confirmação de que, apesar de todas as erosões e devastações, a capacidade criadora reverdece inevitavelmente. Um dia, a propósito de Lídice, a aldeia checa que os nazis arrasaram e sobre cujas ruínas reapareceu anos mais tarde um manto de verdura como um véu que espontaneamente tivesse querido protegê-las, alguém escreveu que «a terra perdoa sempre». Um pouco despropositadamente, bem sei, lembrei-me dessa frase em dado instante, enquanto assistia a uma intervenção no «Pátio da Fama»: reverdece também a capacidade dos homens para darem o melhor de si próprios até em áreas longamente batidas por ventos contrários e sufocações. E pensar nisto não é apenas justo, é também reanimante.

Em todo o caso, é claro que é muito cedo para avaliações globais de uma rubrica como «Pátio da Fama», e mais ainda para afirmações de excessivo optimismo que até podiam resultar desculpabilizantes para as repressões anticulturais dos tais que puxam do revólver mal ouvem falar de certas coisas. O que quero registar é que, sendo a esperança uma florzinha frágil mas teimosa, e sendo fácil esquecer episodicamente que não há motivo para nos despedirmos dela em qualquer circunstância, certos aspectos recentes da TV portuguesa são positivos até para a integridade do olhar lúcido que eventualmente queiramos lançar sobre ela.

A questão, para nosso mal, é que terá sempre de ser um olhar temeroso. E por compreensíveis motivos.

Os sitiados

Foi já há mais de vinte anos, e é escusado explicar melhor o que isto significa, que, num programa de TV cujo título já esqueci, David Mourão-Ferreira, questionado sobre a existência de boas rubricas de TV com valências culturalizantes, confirmou que as havia mas que existiam como pequeninas ilhas rodeadas de mar. Com uma particularidade, porém: é que o mar que as rodeava não era de água salgada mas de ácido sulfúrico. Tendo assistido ao vivo à gravação do programa, já não recordo se a intervenção de Mourão-Ferreira sobreviveu integralmente à montagem final, isto é, à censura. O que de momento me parece terrível, contudo, e por isso lembro este breve episódio, é que, vinte e tal anos depois, tendo entretanto acontecido tudo o que bem sabemos, tendo o País sido percorrido pela convicção de estar enfim alcançada a libertação a

que tínhamos direito, as palavras do escritor mantêm uma impressionante actualidade.

Essa actualidade projecta, já se vê, uma cerrada zona de sombra sobre os tais sinais de esperança que registei acima. O amor da cultura e da expressão artística mandam-nos quase inesperadas notícias de sobrevivência quando a TV se entreabre à participação dos cidadãos, mas é óbvio que em volta deles se mantém o bloqueio e até que o cerco se aperta. Sabe-o toda a gente que tem televisão e a olha com um mínimo de discernimento, sabe-o até quem se limita a manter-se ao corrente da programação das três estações emisoras. Apeetece, já agora, imaginar a questão em termos de uma espécie de «western» tradicionalíssimo (e por isso mesmo viciado quanto à informação histórica, bem se sabe), com os interesses

culturais encerrados como heróicos pioneiros num tocoso fortim de madeira enquanto, lá fora, hordas de peles-vermelhas rodopiam lançando para dentro flechas com materiais incendiários: por quanto tempo vão os «bons» poder ainda resistir?

É desnecessário, bem sei, mas não será de todo inútil, para que mais uma vez tentem evitar-se leituras impregnadas de má-fé, que

se explicita que, quando aqui se fala, a propósito de Televisão, de cultura e de programas tendencialmente culturalizantes, não se está de modo algum a pensar em doses maciças de produtos pesadamente «intelectuais», geralmente com aspas. Pelo contrário, quase se poderá dizer que uma Televisão que não estimule a imbecilidade e a ignorância convencida, que não insista diariamente na injeção das mesmas mentiras até que elas sejam consagradas como verdades, já é uma Televisão com valor cultural positivo. É certo que uma Televisão estatal que assuma funções de serviço público terá de ter lugar a cinematografia portuguesa que ultrapasse os limites óbvios do Cinema onde brilharam António Silva e Vasco Santana, mas por mim estou disposto a sustentar que até os melhores (e evidentemente pretéritos) momentos de Herman José integraram uma TV de modo algum incompatível com uma acção cultural. Supõe-se assim, como se compreenderá, que cultura é antes do mais um entendimento da vida e do mundo, adequado e tanto quanto possível coerente, sem reserva de áreas supostamente nobres ou exclusão de zonas secundárias.

Mas não é preciso clarividência especial para perceber que é exactamente esse entendimento que desagrada e assusta os que mandam na(s) TV(s) portuguesa(s). Nostálgicos dos obscurantismos seculares que por instante recearam ameaçados, eles, que, coitados!, sempre precisam do máximo de espaço de manobra, aplicam-se a erguer diante dos olhos dos telespectadores o peculiar arame farpado das mais variadas tele-idiotias. Ou de outro modo: a velar para que circule um mar de ácido sulfúrico bem fumegante em torno dos ilhéus de quase comovente qualidade que surjam, porventura consentidos, em «Pátios da Fama» que a necessidade de preservar aparências obriga, apesar de tudo, a permitir.



de FOICE

Tradições

A esta hora, certamente, já toda a gente percebeu que o País viveu nos últimos 18 anos literalmente em cima de uma bomba-relógio, que só por insondáveis designios do destino não calhou rebentar. Não rebentou nem rebenta, se do PSD depender. É para isso mesmo que existe um homem ao leme com talentos desconhecidos, mas felizmente múltiplos, como uma vez mais se comprovou, disposto até a perder uns milhares de votos em prol da causa comum, versão actualizada desse expoente do pragmatismo disfarçado de provérbio popular com que nos consolamos nos momentos de desgraça: vão-se os anéis, mas fiquem os dedos.

Então não querem lá ver que o País tem estado à beira da guerra civil?! Da secessão?! Do parricídio?! Do fratricídio?! Da bancarrota?! Do despautério?! É sabido que um jornalista nunca deve dizer que não tem palavras para definir uma situação, mas no caso vertente, meus amigos, a verdade é que não há palavras bastantes para dizer do perigo terrível em que todos vivemos.

Durante 18 anos, dez-oi-to vejam bem, andámos para aqui a clamar pelas Regiões - nós e milhares de outros, que digo eu, milhões de outros ignorantes como nós - sem sabermos, sem vislumbrarmos sequer que o que exigíamos era tirar a espoleta da granada que nos havia de fazer em bocados, accionar o detonador da bomba que nos reduziria a pó, carregar no fatídico botão da arma entre todas destruidora que nos havia de varrer da face da Terra. Salvou-nos S. Cavaco. Com a sua clarividência, com a sua consciência, com a sua coragem. Qual S. Sebastião dos tempos modernos, ofereceu o peito às estocadas de amigos e inimigos, crentes e descrentes, partidários e adversários, e mesmo escorrendo sangue fez saber a Portugal e ao Mundo não duvidar de que dividir o mapa do País em Regiões seria o princípio do fim da coesão e da unidade nacionais. Onde ficaria Viseu? E Vila do Rei? E Espinho? Qual a capital do Centro? Que bairrismos exacerbados não emergiriam quando se tentasse retalhar o mapa de Portugal? Que egoísmos e assimetrias? Que novas classes políticas?

Cavaco perguntou-se e respondeu-se: - Não, não e não! A tradição do País manda que o Poder esteja no Terreiro do Paço, que é como quem diz em S. Bento. Regiões, nem pensar!

A Europa que se cuide. Lá por Bruxelas ter recambiado para Lisboa o emissário que Cavaco quis fazer sentar no Comité das Regiões, isso não significa que a razão não esteja com o homem do leme. Como ele próprio afirma, basta olhar "para os conflitos e as guerras que vão por esse mundo fora" para perceber por que não deve haver Regiões em Portugal.

Pensando bem, nem se percebe para que há-de haver partidos políticos, deputados, juizes, tribunais... O PSD de Cavaco dava conta do recado e o País ainda poupava dinheiro. Veja-se o exemplo de Salazar, seguidor da mesma cartilha; até cair da cadeira, não se cansou de louvar a unidade nacional. Mais precavido, Cavaco nem se deve sentar enquanto estuda a estratégia da revisão constitucional e congemina a fórmula de conservar os dedos mesmo perdendo os anéis. É que o Poder, caros leitores, não se ganha só com votos. E essa é uma tradição que vem de muito longe.

■ AF

Sempre a ceder nas portagens da Ponte 25 de Abril

Governo já diz que só aumenta com base na taxa de inflação

O ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações prometeu sexta-feira que as portagens da Ponte 25 de Abril serão aumentadas com base no índice de inflação até à instalação do caminho-de-ferro.

Ferreira do Amaral reuniu-se durante mais de três horas com representantes da Junta Metropolitana de Lisboa, que engloba 18 municípios dos distritos de Lisboa e Setúbal. No encontro participaram o presidente em exercício da JML e chefe do executivo da edilidade da Moita, José Luís Pereira, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa e o vereador do pelouro de Infra-estruturas Viárias, respectivamente, Jorge Sampaio e Machado Rodrigues, bem como os autarcas Edite Estrela, por Sintra, e Pedro Canário, pelo Barreiro.

No final da reunião, José Luís Pereira disse que o ministro Ferreira do Amaral «não aumentará as portagens na Ponte 25 de Abril a não ser com base no índice da inflação, valores a rever só depois da instalação do caminho-de-ferro» - noticiou a agência Lusa.

O presidente da JML considerou «manifestamente insuficientes» as medidas correctivas dos preços das portagens da Ponte 25 de Abril anunciadas por Ferreira do Amaral, acrescentando que «a eventual gratuitidade deste acesso - uma questão de fundo - não foi abordada no encontro». Para José Luís Pereira, «é preciso reavaliar

todo o sistema de portagens na Área Metropolitana de Lisboa, definir estratégias e reajustar o esquema actualmente em vigor», abandonando-se as «medidas pontuais».

Estudar, ouvir e mudar

Os representantes da JML entregaram ao ministro um memorando sobre «A Problemática das Travessias do Tejo no Contexto do Sistema de Transportes da Área Metropolitana de Lisboa», documento que ficou de ser analisado por Ferreira do Amaral, cuja resposta à JML será «provavelmente» transmitida até 1 de Setembro, adiantou José Luís Pereira.

No memorando recorda-se que «a importância estratégica do empreendimento da nova travessia reclamava um esforço acrescido de estudos especializados». Estes estudos permitiriam uma «melhor fundamentação e racionalização da escolha da localização e da tipologia da nova ponte». De acordo com o documento, «a situação provocada pelo recente aumento da portagem da Ponte 25

de Abril não foi certamente alheia ao processo incorrecto e pouco participado de tomada de decisão sobre a nova ponte».

Para a JML, «acresce ainda a ausência de uma evolução institucional conducente à criação de uma Autoridade Metropolitana de Transportes, em que os municípios da Área Metropolitana de Lisboa possam desempenhar papel relevante». A AMT visaria a «articulação de interesses e necessidades», o «estabelecimento de uma política sectorial que dinamizasse a modernização e expansão do sistema metropolitano de transportes», bem como a «criação de um novo modelo das infra-estruturas e transportes colectivos das áreas metropolitanas».

Concretamente sobre o aumento da portagem na Ponte 25 de Abril, o memorando salienta que «não se apresenta com justificação adequada, tendo as explicações complementares aumentado a dificuldade da sua percepção social e técnica». O documento sublinha que «o recuo forçado do Governo» e as hipóteses de novos aumentos «continuam a evidenciar falta de diálogo e participação institucional».

Como questões a resolver de imediato, o documento propõe:

- a revisão do diploma legal que estipulou o último aumento da portagem da Ponte 25 de Abril,
- a separação, através de legis-

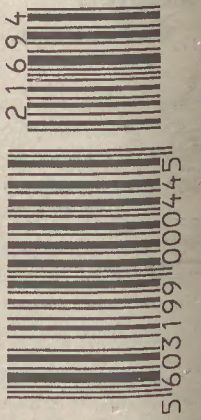
lação adequada, dos processos de exploração e, consequentemente, dos regimes de portagem das duas pontes,

- a garantia de que o preço da portagem na Ponte 25 de Abril seja exclusivamente fundamentado na razão dos seus custos de manutenção, com eventuais aumentos nunca superiores à inflação enquanto não estiver em funcionamento a ligação ferroviária.

Analisar o regime das mais-valias na margem Sul do Tejo e a sua evolução, bem como reavaliar o regime de portagem na rede rodoviária fundamental da Área Metropolitana de Lisboa são outras propostas contidas no memorando.

Como soluções globais, a JML avançou propostas, nomeadamente no sentido de modernizar e expandir os transportes colectivos e ferroviários, bem como de implantar na zona Sul do Tejo um meio de transporte pesado, tipo eléctrico moderno, para complementar e incentivar a utilização da travessia ferroviária no tabuleiro inferior da Ponte 25 de Abril.

Estabelecer um transporte pesado no corredor de Loures e criar novos interfaces e corredores para transportes públicos são propostas complementares da JML, no sentido da solução global do problema do sistema de transportes na Área Metropolitana de Lisboa.



Direito de Consumo ficou-se pelas promessas

A Associação Portuguesa de Direito do Consumo apelou segunda-feira à ministra do Ambiente e Recursos Naturais para que seja criada a comissão de codificação do Direito do Consumo. «A despeito das resistências de gente menos sensível e menos sabedora, importa codificar o direito do consumo», refere a carta enviada pela APDC a Teresa Patrício Gouveia e citada pela agência Lusa.

A instituição presidida pelo jurista coimbrão Mário Frota, que assina o documento, afirma que «nem no Instituto do Consumidor (IC) se sabe em que lei se vive». Segundo Mário Frota, o IC, «dotado de um corpo de juristas cuja competência o senhor secretário de Estado não cessa de louvar», elaborou uma Agenda do Consumidor para o ano corrente «pejada de normas inaplicáveis às situações de facto denunciadas».

Por exemplo, a referida publicação oficial «faz ainda apelo a normas de diplomas legais que considera actuais, mas revogados há já um ano ou mais», refere o jurista, para demonstrar a «com-

plexidade, disparidade e inacessibilidade» da legislação avulsa sobre consumo.

A APDC salienta que, em Março de 1991, o ministro da Jus-

tiça e o então secretário de Estado do Ambiente e Consumo prometeram empenhar-se na codificação daquele ramo do Direito. Mário Frota recorda que Labori-

nho Lúcio e Macário Correia fizeram a promessa no final de um seminário europeu promovido em Lisboa pelo Instituto Sá Carneiro.

Médicos contra Mendo em defesa das carreiras

O Sindicato dos Médicos da Zona Centro acusou segunda-feira o ministro Paulo Mendo de pretender destruir as carreiras médicas, através de «medidas extremamente catastróficas». «Era previsível que o Governo e Paulo Mendo tentassem aproveitar o período de férias para lançar o ataque às carreiras médicas e a ofensiva antimédicos», refere, em comunicado, a estrutura sindical.

Acrescenta que o projecto de revisão do decreto-lei 73/90, enviado pelo ministro da Saúde ao SMZC na semana passada, «constitui a mais grave tentativa de destruição das carreiras médicas até hoje conhecida».

Segundo a nota, Paulo Mendo «pretende novamente fazer crer que a criação de instabilidade no exercício da profissão e a inexistência de vínculos institucionais será a panaceia

para a deficiente cobertura sanitária do País».

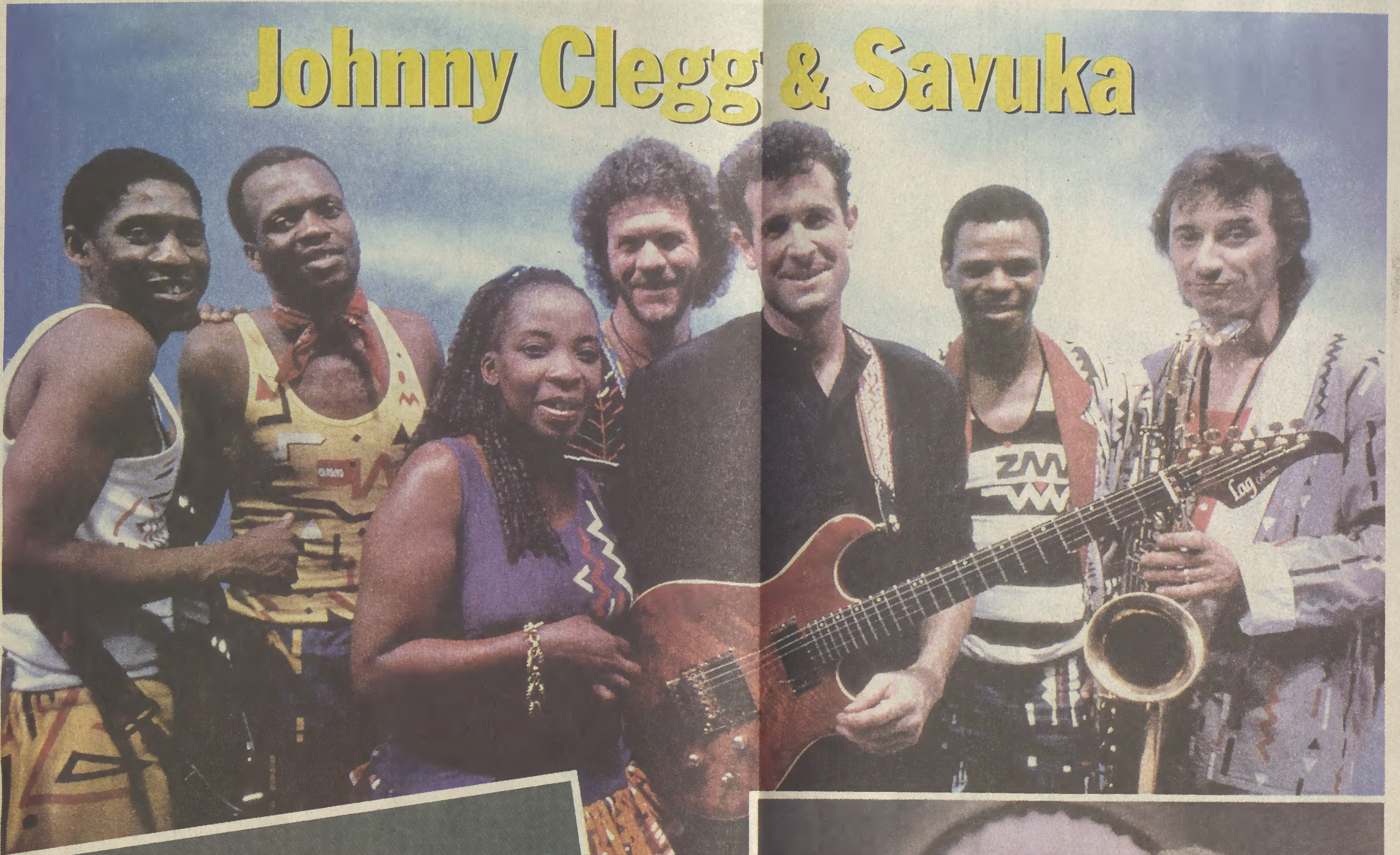
«As carreiras médicas constituem um factor decisivo na defesa da estabilidade profissional e um garante da qualidade assistencial que exige uma defesa firme e empenhada de todos», entende o SMZC.

O sindicato promete desenvolver, em conjunto com a Federação Nacional dos Médicos, em que se encontra filiado, «todas as iniciativas para impedir a concretização» do referido projecto de revisão. Por outro lado, «procurará estabelecer plataformas de entendimento com as várias organizações médicas, de modo a serem adoptadas energias medidas reivindicativas».

O projecto de Paulo Mendo prevê, entre outras alterações, os destacamentos obrigatórios e anuais dos médicos, por períodos de um a três meses.

MÚSICA DA ÁFRICA DO SUL LIBERTADA

Johnny Clegg & Savuka



A Festa!

AMORA-SEIXAL
2, 3 e 4 SETEMBRO

A Festa
VIVA
ABRIL
dos
20 Anos
de Abril



Carlos do Carmo



Holmes Brothers

GRUPO GAITEIROS DE LISBOA



com



Sétima Legião

Ala dos Namorados



Maria Alice

festas
Avante!
ENTRADA 2,3,4
SETEMBRO
ATALAIA - AMORA - SEIXAL
festa de Abril

Compra já
a tua EP

festa FADO

Numa altura em que passam dez anos sobre a morte do poeta José Carlos Ary dos Santos, é bom podermos contar com um dos seus mais dignos cantores, simultaneamente aquela que talvez seja a mais ilustre voz masculina do fado. Canções escritas por Ary e cantadas por Carlos do Carmo tornaram-se, pela popularidade alcançada, num verdadeiro cancionero do povo. Inesquecíveis e fazendo parte do nosso mais estimável património de canções, estão temas como *O Homem das Castanhas*, *Os Putos*, *Lisboa Menina e Moça*, *O Amarelo da Carris* ou o *Fado do Cacilheiro*. Referências que certamente farão parte do espectáculo de Carlos do Carmo neste seu regresso à Festa. Do cantor só se pode dizer que a história do fado, a história deste género de música genuinamente português, não pode contornar a sua figura. Pelo saber, pela inovação, pelo reportório, pelas canções, e pela voz... Trata-se, no fundo, de uma cultura que se foi construindo ao longo de algumas dezenas de anos, que são o tempo de uma carreira exemplar. Mísia é um nome que os amantes do Fado fixaram.



Carlos do Carmo

Paulo e Manuel Dourado são o centro de um projecto que em espectáculo e disco mantém viva a melhor tradição do Fado de Coimbra e do folclore urbano da cidade dos estudantes. Trata-se do Grupo de Guitarras de Antigos



Mísia

há muitos anos ligados ao fado e à interpretação desta música portuguesa. O grupo Fado Abril, já uma presença tradicional na Festa «Avante!», trabalha há alguns anos numa forma diferente de abordar este género musical. Uma visão politicamente empenhada do fado, cujo lugar natural de expressão é, sem dúvida, este ocupado pela festa organizada pelos comunistas portugueses.

Fado Abril



É o rejuvenescimento, a voz que talvez melhor represente uma nova geração de cantores e músicos que se dedicam ao fado, dando nova vida a uma música popular urbana que vai estando sempre presente e acompanhando as evoluções da sociedade portuguesa. Depois do espectáculo bem sucedido no Coliseu dos Recreios surge agora a aposta para uma presença na Festa. Mísia vai cantar! Os doutores António Ralha, Serra Leitão, Jorge Gomes, José Augusto Sobral Santos



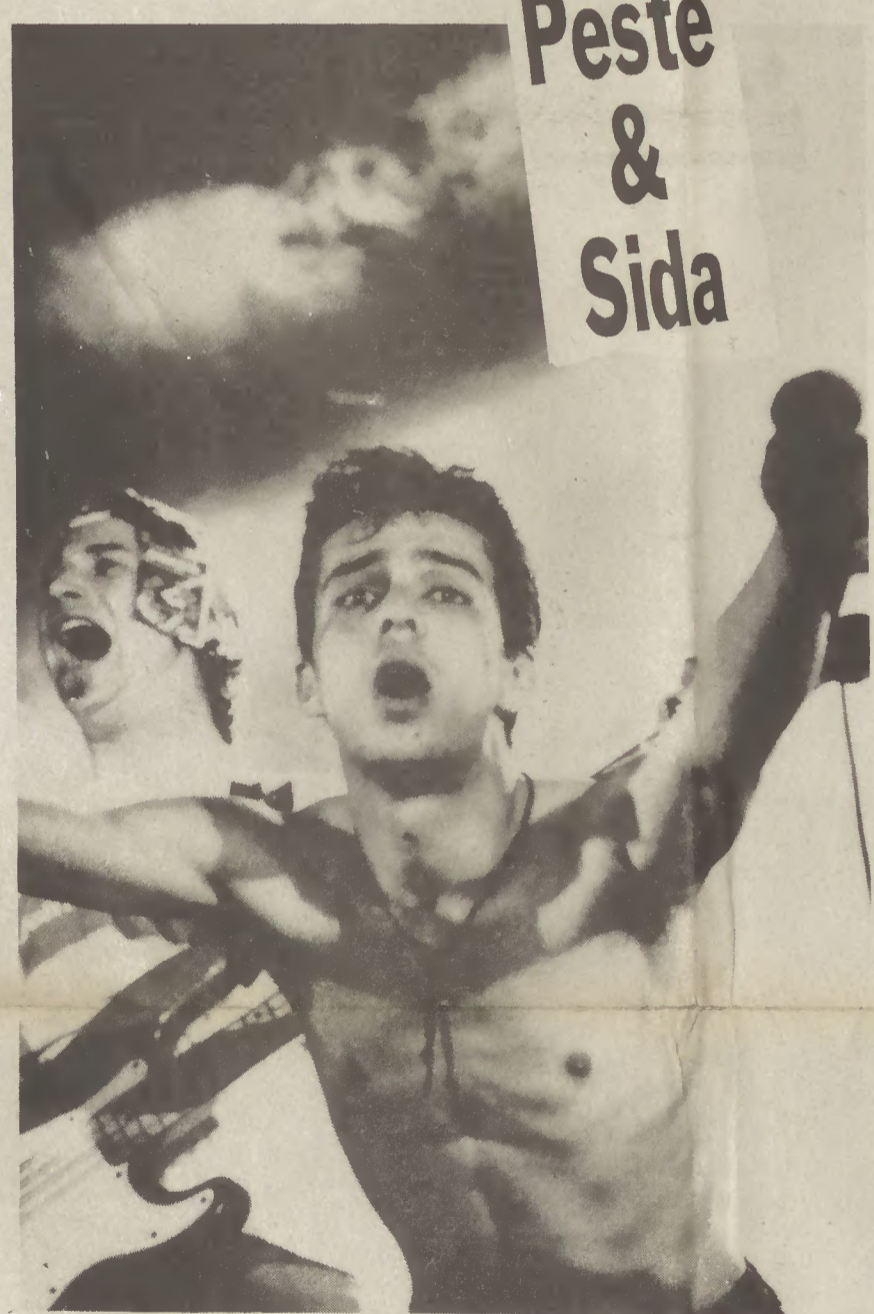
Grupo de Guitarras de Antigos Estudantes de Coimbra

Estudantes de Coimbra. A gravação discográfica recente do título «Fados e Baladas de Coimbra» e o projecto de um registo com algumas das mais belas melodias do folclore urbano coimbrão juntam estes

homens há já algum tempo, num dos mais genuínos agrupamentos do género. Casos de paixão por um género musical particular, atestados pelas biografias musicais de cada um destes visitantes da Festa do «Avante!».

festa ROCK

De rock percebem os Peste & Sida. Música e espectáculo definitivamente rock, os Peste & Sida têm um hino cujo refrão nos manda para o trabalho. A palavras não podem ser mais claras na irreverência, na contestação. A adesão do público aos espectáculos da banda exprime-se por manifestações espectaculares de massas de espectadores jovens. São os Peste & Sida e é seguro que o seu espectáculo no Palco 25 de Abril na Atalaia, vai ser uma explosão eléctrica de som, com o coro da multidão a cantar todos os refrões de uma banda que há anos soube construir um espaço próprio no rock feito no nosso país. Um dos grupos históricos do rock feito em Portugal regressa à Festa do «Avante!». Trata-se do UHF. As palavras, a música e a personalidade de António Manuel Ribeiro vão estar na Atalaia. Ritual Tejo é o nome de uma banda que se iniciou nos tempos dos concursos do Rock Rendez Vous após o que sucedeu a gravação *Perto de Deus*, em 1992 e as digressões por espectáculos que incluíram concertos paa 50 mil pessoas nas primeiras partes dos concertos de Bryan Adams, um espectáculo de fim de ano no Terreiro do Paço e a participação no recente e já histórico *Filhos da Madrugada*, realizado no estádio José de Alvalade, onde apresentaram ao vivo a sua versão do tema de José Afonso que deu nome ao projecto que colocou novos



Peste & Sida



grupos portugueses a reinterpretar, em disco e em espectáculo, a música do nome mais influente da música portuguesa e popular do nosso tempo. Joel Xavier nasceu no dia 25 de Abril de 1974. Vinte anos depois chega à Festa do «Avante!» trazendo na bagagem, dos Estados Unidos da América, o primeiro lugar entre 50 concorrentes numa importante competição internacional de guitarristas, promovida pelo National Association of Music Merchants (NAMM), numa Feira Internacional de Música realizada em Anaheim-Los Angeles. O seu primeiro álbum, intitulado *18* (a sua idade nessa altura) mostra um talento natural e um virtuosismo completamente fora do vulgar e, com toda a certeza, o jovem Joel Xavier prepara-se, com a sua banda, para «fazer história» na música do nosso país e, talvez mesmo, internacionalmente. João C. Bom ou o som de um rock com assumidas influências do blues, bem tocado por músicos portugueses, excelentemente dotados tecnicamente. Desde Fevereiro de 1987, quando a banda se formou, que unanimemente se considera João C. Bom uma das melhores formações de palco que ao longo dos anos soube construir uma carreira musical que não vai em «modas», de estética bem definida. Depois da saída do disco *À Margem da Lei*, a estrada já provou que João C.

Bom é um grupo cujas referências não se perderam.

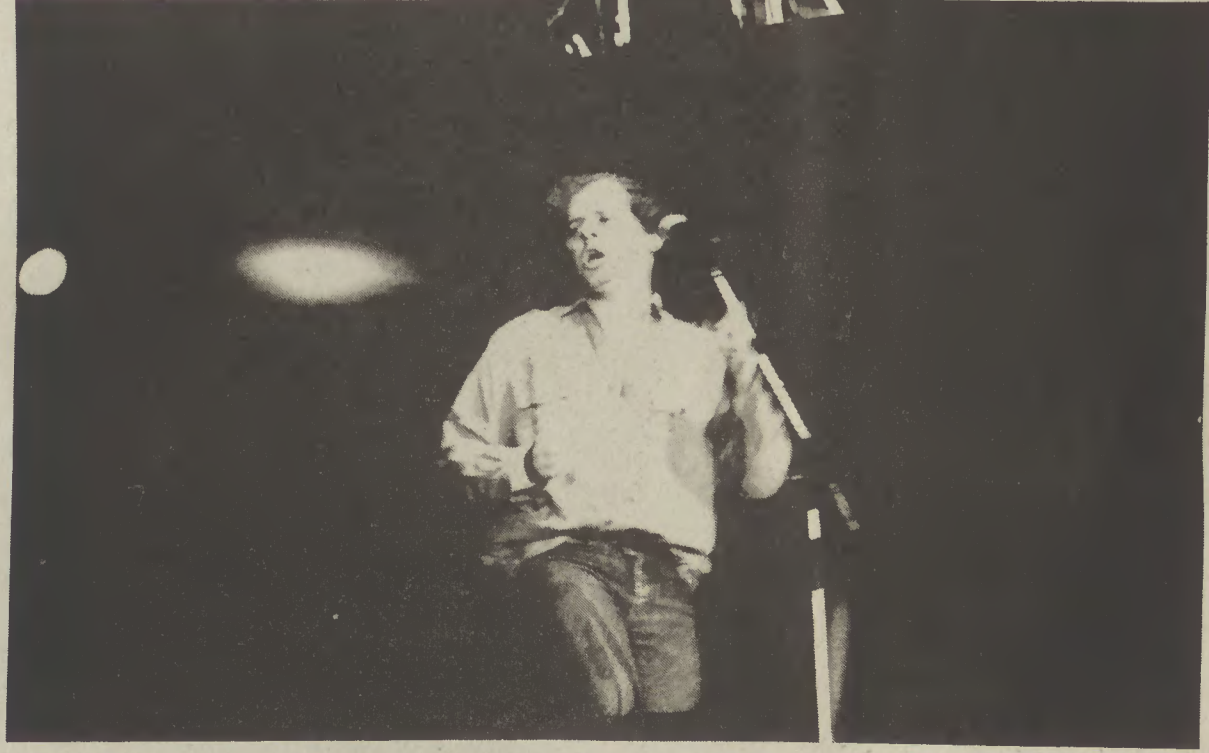
Ritual Tejo



Joel Xavier



João C. Bom



UHF

feita JAZZ

A edição do álbum *Jubilation* pela etiqueta Real World, nascida da iniciativa de Peter Gabriel na sequência da organização do World of Music, Arts, Dance Festival (WOMAD), fez chamar a atenção do mundo da pop para um grupo de blues e gospel chamado **Holmes Brothers**. Música dos Estados Unidos da América, incluída numa colecção exclusivamente dedicada à chamada World Music,



Geová Nascimento

onde estão representados alguns dos mais importantes nomes da música africana, europeia ou latino-americana, poderia ser facto que à partida sugeriria qualquer tipo de estranheza, caso a audição dessa gravação «ao vivo» não confirmasse o que é dito na capa desse disco, onde se aponta para «a reinvenção de uma colecção de canções eternas».

Versões de *Will the Circle Be Unbroken*, *Amazing Grace* ou *All Night, All Day* surgem aos ouvidos mais afeitos ao mundo do gospel e do blues como que redescobertas por uma

electrificante, apaixonada e enérgica interpretação, a merecer da revista «Rolling Stone» uma curiosa definição: «uma mistura de canções gospel, tradicionais e originais, feita de tal forma que se sugere um serviço religioso celebrado num bordel do Texas»...

Depois dessa edição, os **Holmes Brothers** (Popsy Dixon, vocalista-baterista; Wendell Holmes, cantor-guitarrista e Sherman Holmes cantor-baixista) viram a sua popularidade na Europa crescer de tal forma que já há alguns meses que se encontram no Velho Continente em digressão

Carlos Martins Tocar (no) Zeca

para sucessivos espectáculos, enquanto duas anteriores gravações - os álbuns *In The Spirit* e *Where It's At* - foram reeditadas para alimentar um mercado que subitamente se apaixonou por esta música que, tendo o gospel por base, exprime as influências do R&B, country, soul e blues a fazer dos **Holmes Brothers** o exemplo

Holmes Brothers

Septeto de Tomás Pimentel



frev e o olodum são os universos rítmicos escolhidos por **Geová Nascimento** que tenta uma fusão entre a música regional do Nordeste Brasileiro, a música ibérica e o jazz moderno. Uma proposta levada à Festa e seguida pelos outros músicos da banda: Quim Roberto (piano), Nuno Ferreira (guitarra), Paulo Paz (baixo eléctrico) e Luís Sobral (bateria).

A participação portuguesa na Festa, no domínio do jazz, inclui a presença do **Septeto de Tomás Pimentel**, uma formação que acaba de gravar um álbum, intitulado *El Tatu*, unanimemente elogiado pela crítica especializada, e que será a base da apresentação na Atalaia. O **Septeto de Tomás Pimentel** surge da extinção do

Sexteto de Jazz de Lisboa, de onde partiram o próprio Tomás Pimentel (fliscorne e piano), Jorge Reis (saxofones alto e soprano) e Edgar Caramelo (saxofone tenor) a que se juntaram António Pinto (guitarras), João Paulo (piano), Mário Franco (contrabaixo) e Alexandre Frazão (bateria). **Tocar (no) Zeca** é um projecto especial, apresentado à Festa do «Avante!» pelo músico de jazz, o saxofonista **Carlos Martins**. Canções de José Afonso, recriadas por uma formação que inclui o trombonista Clauss Nymarsk, o guitarrista Mário Delgado, o contrabaixista Bernardo Moreira, o baterista Alexandre Frazão e o percussionista João Ferreira. 20 anos depois de Abril, a música do Zeca reinventa-se!

feita POP

GRUPO GAITEIROS DE LISBOA



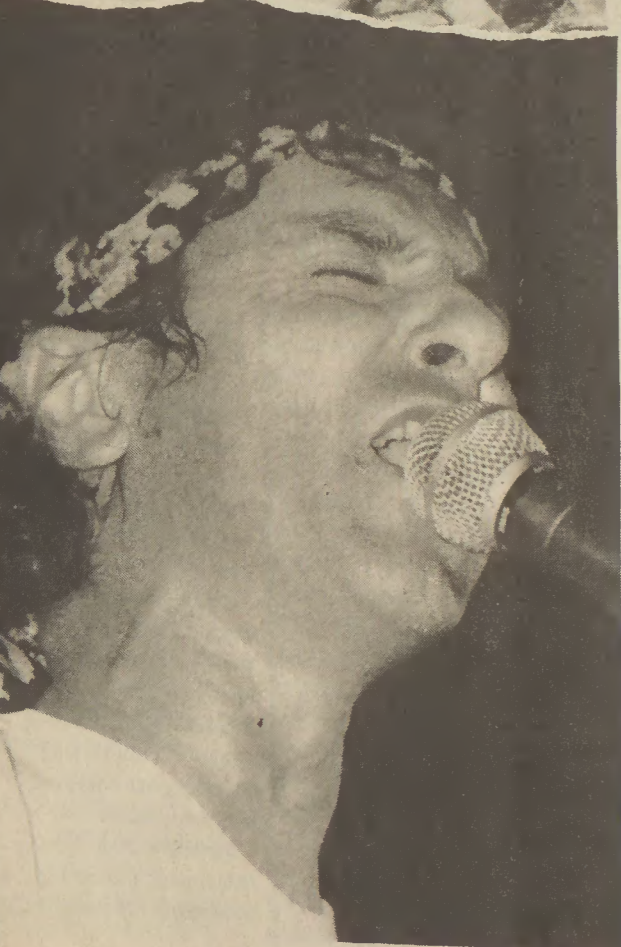
7.ª Legião com Gaiteiros de Lisboa

Sétima Legião é o nome de um grupo que produz uma música que parte da raiz popular para uma modernidade que se transformou numa imagem de marca, numa expressão de originalidade. Com os **Gaiteiros de Lisboa**, o «*Sétima*» vai trazer à Festa do «Avante!» uma proposta diferente de outras ali vistas: é que este novo grupo que vai actuar com o «*Sétima*» tem um dos seus fundadores em Paulo Marinho - ele próprio membro da banda de *Auto de Fé* - e pode vir a tornar-se num caso sério da

música portuguesa, caso se mantenha a tradição de sucesso de outros projectos a que estão ou estiveram ligados outros elementos do *Sétima Legião* como são os exemplos de Madreus, através de Rodrigo e Gabriel, ou de Golpe de Estado, através de Paulo Abelho. O grupo *Sétima Legião* é um caso de unanimidade nacional, fazendo dos lançamentos dos seus discos e dos anúncios das suas digressões, acontecimentos aprioristicamente marcantes no mundo musical do nosso país. Através de uma expressão multi-instrumental, do mais ignorado e etnológico instrumento tradicional ao mais avançado e tecnológico sistema digital, a música do *Sétima Legião* encontrou essa forma de a um tempo se identificar inequivocamente como portuguesa e de transmitir uma linguagem universal, porque receptora e manipuladora de influências que chegam das mais diversas partes do mundo. O resto é a poesia das canções, exemplarmente ilustrada no

último disco da banda, *Auto de Fé*, gravado ao vivo depois do título de originais, de 1992, intitulado «O Fogos». Agora na Festa do «Avante!», com os **Gaiteiros de Lisboa**, promete-se a surpresa... Um dos sucessos discográficos de 1994 chama-se *Ala dos Namorados* que se apresentam na Festa para o que será um dos seus primeiros espectáculos para multidões. Um grupo que intitula a sua música de «Canções Portuguesas Populares Urbanas». Um projecto onde encontramos João Gil (ex-Trovante) Manuel Paulo e José Moz Carrapa, músicos bem firmados no mundo da música do nosso país. A eles se junta a descoberta da voz de Nuno Guerreiro, que um dia «se atreveu» a cantar durante um ensaio a que assistia de preparação de um espectáculo de Carlos Paredes, levando o grande músico a elogiá-lo publicamente e a convidá-lo a participar num dos momentos da sua actuação no São Luiz. Nuno Guerreiro deu assim «uma volta» à vida, encontrando

Jorge Palma e Flak



Ala dos Namorados

se agora no projecto da **Ala dos Namorados**, agora preparado para um dos momentos altos da edição de 1994 da Festa do «Avante!». Depois da edição do disco de **Jorge Palma** gravado no Johnny Guitar ao vivo em alguns dos mais importantes músicos da área do rock português, **Jorge Palma** e

Meninos d'Avó



Flak (ex-Rádio Macau) trazem à Festa do «Avante!» um projecto de espectáculo conjunto. Depois do sucesso da última presença de **Jorge Palma** na Festa - enchendo por completo ao Auditório - a aposta agora é juntar os fiéis do compositor e autor com um público mais jovem, que entretanto terá redescoberto as canções de Palma depois da roupagem eléctrica escutada no disco saído da actuação no Johnny Guitar. O duo com **Flak** é uma proposta nova, que se vai concretizar na Festa, a deixar-nos na expectativa sobre «o que vai dali sair». Não vamos perder! **Meninos D'Avó** é o nome de uma formação que aposta em «covers» de grandes temas dos últimos anos da pop portuguesa, com outros originais da banda, e uma forma especial de estar no palco: bem disposta, comunicativa, capaz de mobilizar os espectadores para a participação activa no «show». Descontração máxima e divertimento puro, como a boa pop deve ter entre as suas componentes.

festa ÁFRICA

Ele escreve, compõe, dança três estilos tradicionais e toca uma guitarra e uma concertina Zulus. É branco e desde a juventude trabalha contra o apartheid, combinando na sua carreira de músico, a linguagem tradicional com a influência, natural em todos os músicos do seu país, do rock ocidental. Transformou-se numa superestrela do rock-pop a partir do final da década de 80, chama-se Johnny Clegg e este ano vem à Festa. Com o grupo multi-racial Savuka, o sul-africano Johnny Clegg editou entre 1987 e 1990 três álbuns que fizeram furor na Europa e nos Estados Unidos da América: *Third World Child*, *Shadow Man*, e *Cruel, Crazy, Beautiful World*. Desde Abril do ano passado, Clegg tem viajado mundo fora, para realizar espectáculos a propósito da sua última gravação, o álbum *Heat, Dust and Dreams*, nascido já numa fase da vida da África do Sul em que a instauração da democracia política e o fim do regime do apartheid pareciam certos - a libertação de Nelson Mandela e marcação de eleições sob o princípio «um homem um voto» foram dois dos sinais da irreversibilidade do processo - levando Johnny Clegg a acrescentar às suas permanentes - nunca abandonadas e também neste disco largamente reafirmadas - preocupações políticas e constante empenhamento e reivindicação de transformações sociais, certas temáticas que antes a urgência da luta por uma África do Sul mais justa colocavam em segundo plano: amor, ódio, prazer, a busca da felicidade individual, por exemplo. Um álbum onde a mistura de influências musicais é maior que nunca, no dizer do músico englobando as músicas Zulu, inglesa, céltica e o rock. No fundo trata-se de ir mais longe nas experiências musicais de Clegg que já vinham de trás, abrindo a sua música a novas texturas com a habilidade de quem sabe ser «mais fácil compor de forma complexa do que escrever uma simples mas convincente canção». E há muitas canções,



Johnny Clegg & Savuka

simples e convincentes, que recordamos dos discos de Johnny Clegg: *Asimnonanga*, proibida na África do Sul e dedicada a Nelson Mandela e a outros combatentes dos direitos dos negros sul-africanos, *Scatterlings of Africa*, *Talk To The People* ou *Foreign Nights (Working Dog in Babylon)*, são temas que milhões de ouvintes em todo o mundo cantam de cor e que

atravessam toda a carreira discográfica de Clegg com os Savuka. Clegg nasceu em 1953 na Grã-Bretanha. Com a família mudou-se para o Zimbábue e depois, então com seis anos, definitivamente para a África do Sul. Aos 14 anos iniciou-se na guitarra Zulu, ao mesmo tempo que aprendia a linguagem e os costumes desse povo. Aos 16, conheceu Sipho

Mchunu, um músico negro nascido na província do Natal, cuja família sofrera duramente as consequências do apartheid, acabando por obrigar Mchunu a uma vida de trabalhador migrante e de músico de rua. Nasce então a associação musical entre o filho de antropólogos britânicos e o de pobres trabalhadores rurais negros. Clegg e Mchunu

tocaram juntos em clubes e festas, cantando em Zulu e inglês numa associação cujo impacto público era notório, dado o desafio assim posto às barreiras culturais e raciais existentes no país. O primeiro single foi gravado em 1976 e intitulava-se *Woza Friday*. Formam então o grupo Jukula para gravar o álbum *Universal Men*, de onde o sucesso *Africa Kuhlala*



Ambangwele chegou ao primeiro lugar das listas de vendas na África do Sul, antes de ser proibido pelo Governo da minoria branca. Sucedem-se os espectáculos e as gravações, com canções a serem sucessivamente proibidas. Os nomes de alguns desses álbuns aqui ficam: *African Litany* (1981), *Ubhule Bemvelo* (82), e *Scatterlings*, lançado nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, onde atingiu em 1983 lugar de relevo nos *tops*

desses países, e onde se manifesta uma nítida influência da folk-rock. Sipho Mchunu é obrigado a deixar a música profissionalmente para trabalhar numa quinta. É então que Clegg forma os Savuka onde pontificam dois membros dos antigos Juluka: o percussionista Dudu Zulu e o baterista Derek DeBeer. De resto, nos espectáculos do grupo, é costume Dudu e Clegg fazerem demonstrações

de dança Zulu. Gravou-se então o primeiro álbum já atrás referenciado, *Third World Child*, cujas vendas nos Estados Unidos e na Europa ombream com as do contemporâneo *Graceland*, o álbum de Paul Simon gravado com músicos sul-africanos. Aliás, o produtor deste primeiro disco dos Savuka foi Hilton Rosenthal, o mesmo que produziu o disco de Simon. É esta personalidade musical

que vem agora à Festa do «Avante!». Um Johnny Clegg que desmonstrou ser artista directamente empenhado nas modificações que agora se consolidam na África do Sul, uma voz que se universalizou por ser também veículo de transmissão dos anseios mais dignamente desejados por toda a sociedade humana: justiça, paz e felicidade. Não fosse, afinal, por opção, este homem nascido britânico um *Third World Child (Filho do Terceiro*

MERENGUES

BOLEROS

GUAJIRAS

GUARACHAS

SALSAS

SUCUS-SUCUS



Guajira Habanera

Há muitas razões para trazer música cubana à Festa do «Avante!». As razões da solidariedade - decorre este ano na Festa uma grande campanha contra o bloqueio da ilha pelas autoridades dos Estados Unidos da América - mas, também, as

razões estritas da música. Merengues, boleros, guajiras, guarachas, salsas, sucus-sucus, e outros nomes latinos designam outros tantos ritmos que fazem o som cubano que este ano vem à Festa do «Avante!». A formação chama-se Guajira

Habanera, onde surge o popular cantor cubano Ramón Fabian Velez, sob a direcção artística de Ramón Velázquez Quintana, que vai trazer ao palco da Atalaia, nada menos que 19 músicos, cantores e bailarinos, onde também se

destaca o nome e a voz de Haila Maria Gonzalez. Os últimos anos trouxeram à música latino-americana em geral uma especial popularidade entre o público europeu, certamente como reacção à hegemonia dos sons eléctricos de guitarras,

sintetizadores, computadores e outras peças da parafernália de qualquer grupo musical pop ou rock. Diferentemente disso, esta música propõe o som dos metais, das percussões e dos saxofones, cujos timbres tão estimulantes se

têm mostrado aos ouvidos dos consumidores europeus. Capazes de produzir em palco um verdadeiro festival de alegria, som, cor e ritmo, o grupo Guajira Habanera traz a Portugal um repertório seleccionado a partir da mais genuína

fonte rural da música cubana, devidamente adaptado para os nossos dias. São essas misturas entre o tradicional e o moderno que fazem desta formação um caso de popularidade entre a juventude cubana. Uma surpresa para a Festa!

festa CUBA

festa RAP

O rap, a música popular mais importante nascida no final do século XX, vai estar este ano na Festa, numa programação que preencherá a tarde de sábado do Auditório 1º de Maio e onde vão estar algumas dos melhores intérpretes do género do nosso país. O rap nasceu nos bairros pobres das grandes cidades americanas, na transição dos anos setenta para os anos oitenta. Apareceu ligado à chamada breakdancing e a uma forma de cantar/dizer oriunda da Jamaica e ligada ao ritmo reaggae e ska dos Rudeboys - o raggamuffin - e à tradição vocal dos ghettos das grandes urbes norte-americanas. Aos iniciais ritmos break, sucedeu-se o hip hop, com histórias contadas/cantadas, cada vez por mais vezes, acompanhadas cada vez por mais ritmos. O racismo, discriminação social, guerra, fome, conflitos com a polícia são algumas das temáticas mais polémicas da música rap. Entre os nomes mais importantes do rap contam-se os Public Enemy, N.W.A., De La Soul, A Tribe Called Quest, L. L. Cool J. e Queen Latifah. Embora os músicos de rap muitas vezes se afirmem «apolíticos», a verdade é que se defrontam com uma realidade incontornável: pelas suas origens em comunidades pobres e segregadas, o rap afirma-se inevitavelmente e desde sempre à esquerda. Uma posição de esquerda que se manifesta num anti-racismo militante, que acaba em si próprio a constituir também o passaporte que o leva a ser adoptado junto de comunidades com vivências semelhantes, como o sejam as comunidades africanas da Grã

Maria Alice



Mundo). Também de África nos chega Maria Alice, uma cantora cabo-verdiana que veio viver para Portugal em 1982, tendo trabalhado durante 13 anos como empregada doméstica. Uma rapariga que cantava mornas enquanto trabalhava, de tal forma que motivou a uma das patroas a apresentação a Tito Paris. No

mesmo dia, deixou as tarefas da casa e passou a ser cantora profissional. Este é um resumo da história de Maria Alice, uma cantora que é presença certa em todas as noites africanas organizadas em Lisboa, cuja popularidade incontestável entre a comunidade cabo-verdiana residente em Portugal se justifica pela beleza da voz e a

expressividade particular de que é capaz. A edição do disco *Ilha d'Sal* - a ilha de que Maria Alice é natural - trouxe a voz de Maria Alice a um maior número de pessoas e a sua presença na Festa do «Avante!» poderá revelá-la a alguns dos que poderiam andar distraídos sobre «este caso» da música de Cabo Verde.

festa

FOLK

Desde o início da Festa do «Avante!», a folk britânica ocupa um lugar de privilégio na sua programação: desde os tempos da folk/rock dos Fairport Convention, no já distante ano de 1977, até às mais recentes participações de outros supergrupos irlandeses como os Dubliners ou os Chieftains, passando pelas propostas inovadoras de uma June Tabor ou da Oysterband, sucessivas Festas foram acompanhando todo o movimento de rejuvenescimento desta música popular.

Agora chegou a vez da que seguramente é a formação mais importante nascida nos anos 90 no domínio da folk acústica, onde se reúnem alguns dos músicos mais dotados da Grã-Bretanha neste género de música. Roy Bailey, Martin Carthy, Steafan Hannigan, John Kirkpatrick e Dave Swarbrick (este último era o violinista da formação dos Fairport Convention que esteve na Festa do «Avante!») formam aquela que seguramente será a melhor combinação de músicos que poderemos encontrar para levar a chama da música folk britânica até ao século XXI: Band of Hope.

Roy Bailey foi o iniciador deste projecto, no início de 1992, dando-lhe o cariz de um grupo com um repertório de canções social e politicamente empenhadas, tal como a carreira a solo de Roy desde 1960 fazia, utilizando textos de grandes escritores da Austrália, Estados Unidos e Grã-

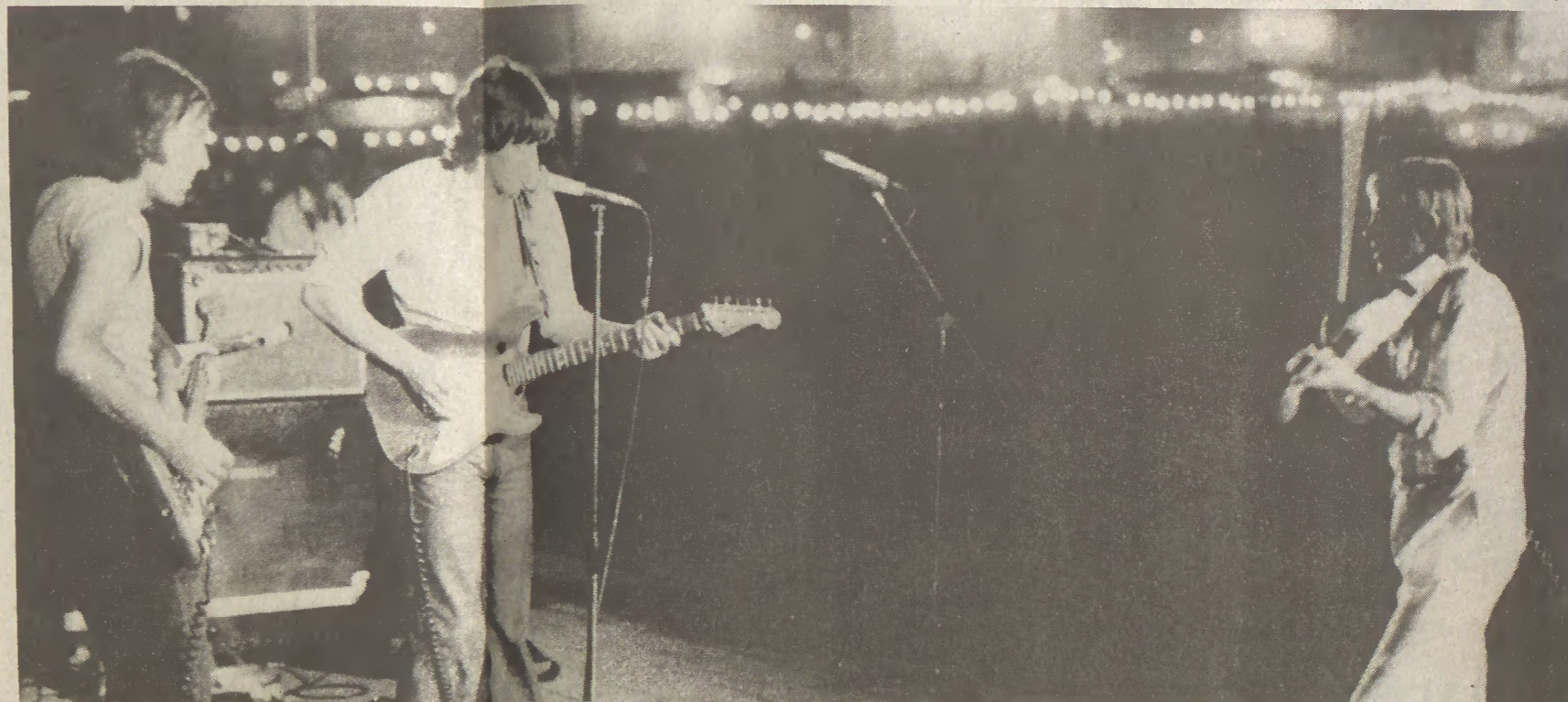
britânicos dos chamados instrumentos «squeezebox» - acordeões, concertinas, etc. - e um dos responsáveis pela revitalização e popularização da componente dançável da folk. Dave Swarbrick para

além de ter feito parte dos «míticos» Fairport Convention, traz uma reputação de pioneiro do rejuvenescimento da folk, desde os anos 60 até ao seu último grupo antes da Band of Hope: o fabuloso grupo acústico Whippnapper. Finalmente, o jovem Steafán Hannigan é, apesar da juventude, considerado um dos melhores percusionistas da folk, e um excelente executante de «uilleann» - um tipo de gaita-de-foles irlandesa. Trata-se de um

multi-instrumentista, virtuoso, superior. A biografia de cada um destes músicos faz deles, individualmente considerados, nomes de primeira linha da história recente da folk, com participações em algumas das formações que tornaram esta música popular em todo o mundo nos anos 70 e 80: Albion Band, Steeleye Span, Watersons, os já referidos Fairport Convention, Brass Monkey, são apenas algumas dessas formações, cuja importância indiscutível fazem prever para esta nova

Band of Hope um papel central no desenvolvimento imediato desta expressão musical. Virtuozos multi-instrumentistas a que se juntam vozes masculinas caracteristicamente irlandesas - pelos sentimentos vastos que se exprimem da nostalgia mais angustiante à alegria vibrante do puro gosto pela vida - trazem até à Atalaia a música que está na origem de muitas das músicas que hoje ouvimos e que teve a capacidade de se manter viva e actual.

Dave Swarbrick (violino) da Festa de 1977, com os Fairport Convention, para a Festa de 1994, com a Band of Hope



Band of Hope

-Bretanha. Martin Carthy é «só» um dos gigantes da folk e de toda a música britânica do pós-guerra. Kirkpatrick é um dos expoentes



retanha ou as magrebins e grãs da banlieue de Paris e, brque não dizê-lo, africanas n Portugal. Mas que desperta mbém perplexidades pelo curso ao vocabulário, ao ão contundente e expressivo e constitui a linguagem frente dos bairros populares de o rap nasceu e cujo uso aba a ser exactamente um s claros índices da sua tenticidade e do seu poder de munição e de expressão. fenómeno alastrou-se por lo o lado e nomes portantes surgiram em tos tão distantes no planeta no o Canadá (Dream rriors), França (M. C. Solar) Grã-Bretanha (Stereo Mc's).

Em Portugal, o movimento iniciou-se na periferia de Lisboa, em sítios como a Amadora, Miraflores, Queluz e, principalmente, na margem sul do Tejo, resultado directo das transformações sociais e urbanas, que arrastaram para a periferia um grande número de famílias de origem africana. Criaram-se assim locais onde xenofobia e o racismo atingiram o auge, após a proliferação de bândos armados de neonazis e skinheads, financiados e incentivados pela nova (mas insignificante) extrema direita portuguesa. Nomes como General D, Boss A. C., Family, etc., deram

início a um movimento que se firmou no mundo musical português com uma expressão comercialmente bem sucedida - mais tarde ou mais cedo inevitável como aconteceu em outros países europeus - através do hip hop, vindo do Norte do país, com o disco dos Bandemónio e Pedro Abrunhosa. À Festa do «Avante!» vem a raiz portuguesa de todo esse movimento: o rap, aquilo que quase nos atreveríamos a designar como «a canção de protesto do final de século» vai estar nas suas componentes mais representativas no Audório 1º de Maio.

festa

CANÇÃO

Jorge Rivotti

Ary dos Santos na primeira Festa do «Avante!» em 1976, na FIL



Homenagem a Ary dos Santos

Ary dos Santos, o grande poeta das canções portuguesas, faleceu há dez anos. Um motivo para uma homenagem que envolve os nomes de Luísa Basto, Samuel, Nuno Gomes dos Santos, João Fernando, Alberto Albuquerque e a Banda de Mário Graça. O espectáculo chama-se «Recordar Ary nos 20 anos de Abril» e vai realizar-se no Palco Lisboa, da DORL.

Luísa Basto vai também surgir no Auditório 1º de Maio onde apresentará um espectáculo com base no seu último disco, recentemente lançado no mercado discográfico. Nessa ocasião, Luísa Basto actuará acompanhada pela Banda de Mário Graça. Ainda no auditório apresenta-se uma voz da música popular e moderna feitas no nosso país. Jorge Rivotti, um músico que desenvolve um trabalho de criatividade que passa pela composição e produção de canções, onde se impõe uma forte componente das raízes da música portuguesa com envoltórias de sonoridades que fazem parte da universalidade cultural da música dos dias de hoje.

Luísa Basto

COMO IR À FESTA

Se vem de automóvel para a festa

1. De Lisboa

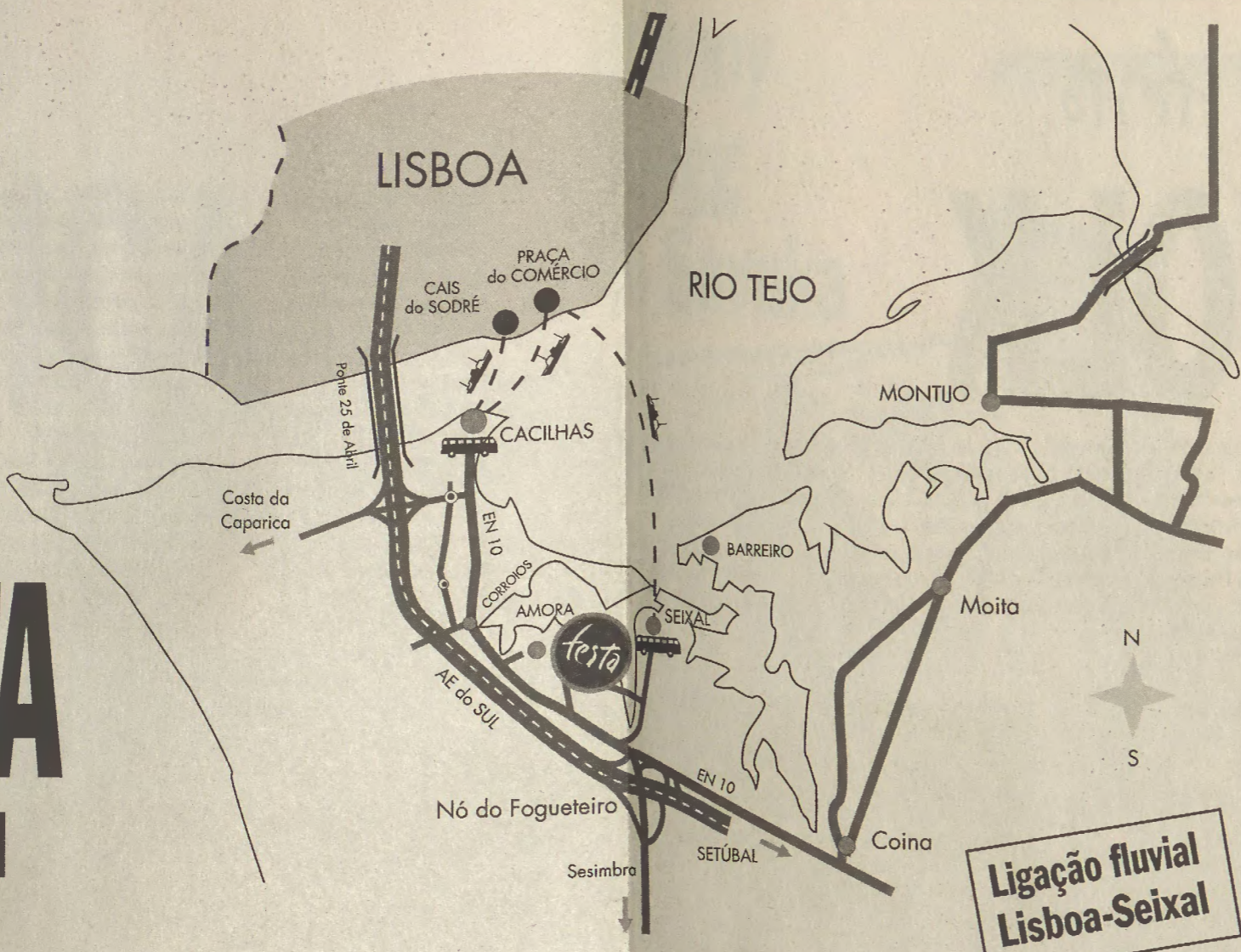
Atravessa a Ponte 25 de Abril, segue pela auto-estrada do Sul, desvia no nó do Fogueteiro. Ou então, segue por Almada EN 10 pelo Laranjeiro, Corroios, Cruz de Pau rumo aos Parques de Estacionamento. Ou então após a rotunda de Almada em frente ao Pão de Açúcar toma a variante à EN 10 até Corroios, retomando a EN 10 até à Cruz de Pau.

2. Do Norte do País

Se vier por Lisboa, siga as indicações anteriores. No entanto, aconselhamos a não vir por Lisboa e, nesse caso, será melhor ir a Vila Franca de Xira e depois seguir por Porto Alto, Infantado, Alcochete, Montijo, Coima, Paio Pires e Torre da Marinha ou nó do Fogueteiro.

3. Mas se vem do Sul

Recomendamos a auto-estrada do Sul até ao nó do Fogueteiro e depois siga a sinalização pela Cruz de Pau e Amora. Ou então, vindo também pela AE do Sul, saia via Barreiro e, depois de Coima, siga por Paio Pires e Amora ou pelo Casal do Marco, Torre da Marinha, seguindo as indicações locais.



Transportes rodoviários

Cacilhas-Quinta da Princesa (Via Talamimho)

- Sexta-feira e sábado até às 02.00h
- Domingo até às 00.30h
Com a frequência necessária ao escoamento de todos os passageiros (aproximadamente de 15 em 15 minutos).
Pode usar-se passe social

Cacilhas-Quinta da Medideira (Junto ao Campo do Amora)

- Carreira 113 - Cacilhas-Paio Pires

- Carreira 112 e 114 - Cacilhas-Seixal
Pode usar-se passe social
Bilhete de bordo: 250\$00
Pré-comprado inteiro M4: 148\$00

Amadora-Atalaia (Quinta da Princesa)

Vai-vem Amadora/Atalaia - com partidas do Parque Central da Amadora

Horários:

Dia 2 - Sexta-feira
Amadora das 17.00h às 22.00h
Atalaia das 18.00h à 01.00h
Dias 3 e 4 - Sábado e Domingo
Amadora das 08.00h às 22.00h
Atalaia das 09.00h à 01.00h

Preços

Bilhete de Ida - 500\$00
Ida e volta - 700\$00
Nota - As crianças até aos 12 anos não pagam.

Excursão Cascais-Atalaia

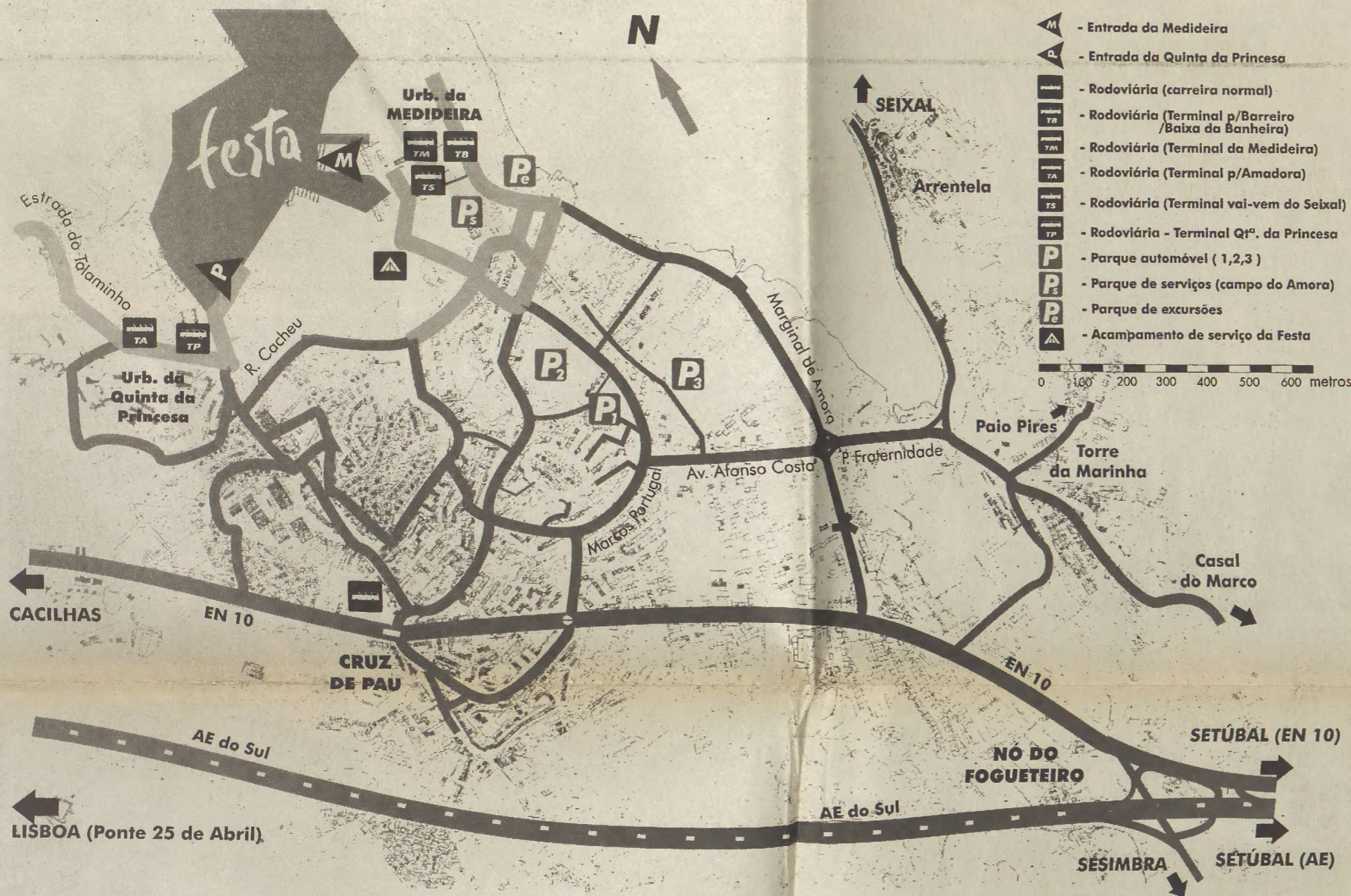
Dias 3 e 4 de Setembro com partida às 08.30h e regresso às 00.30h e 01.00h
Inscrições no CT do PCP
Partida: Alto de Pires/Cascais

Transportes fluviais - Transtejo

ATENÇÃO: Está assegurado um transporte fluvial especial que fará a ligação LISBOA-SEIXAL nos dias da Festa. Os barcos farão ligação com um navéim da Rodoviária Nacional Seixal-

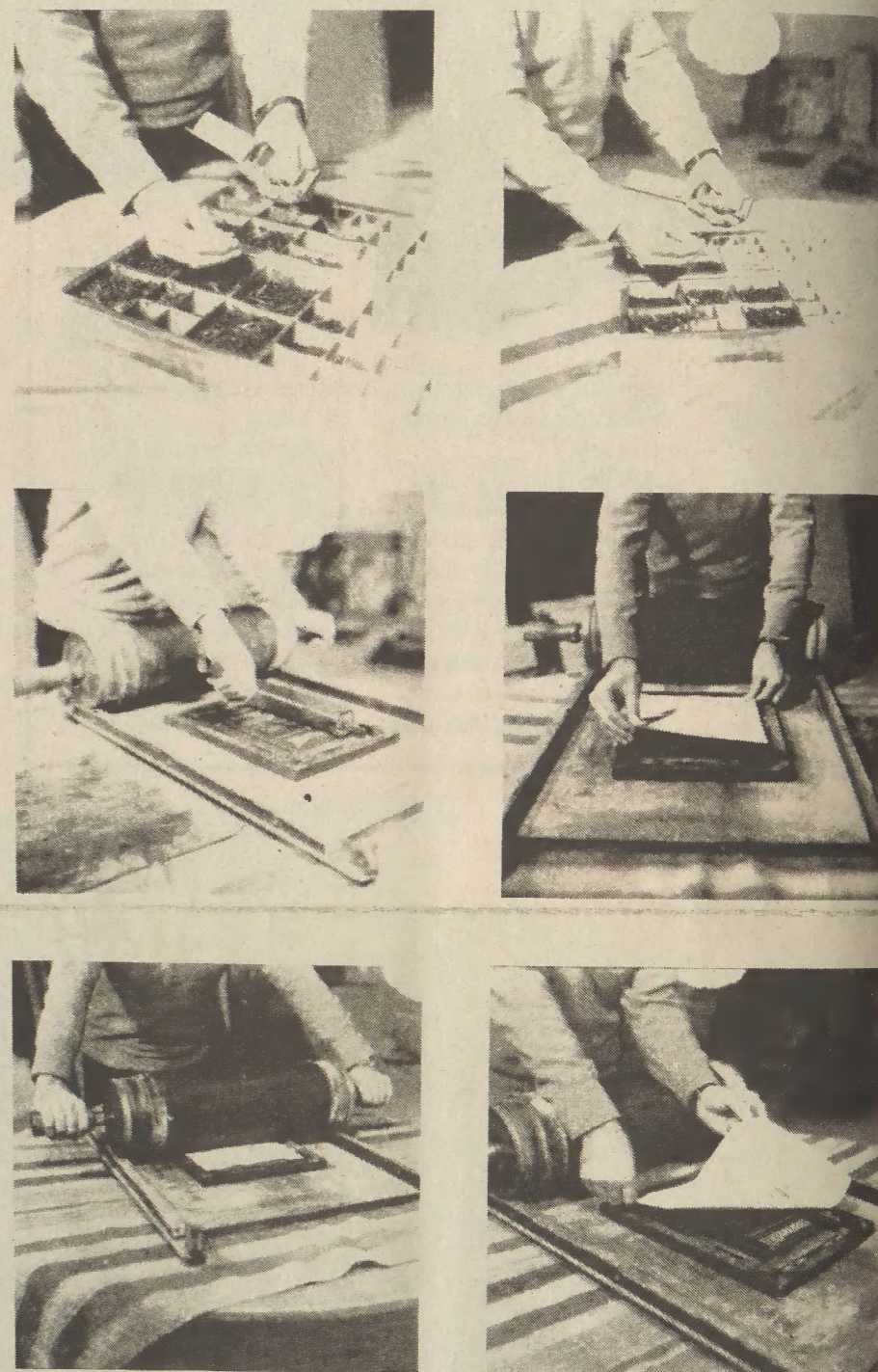
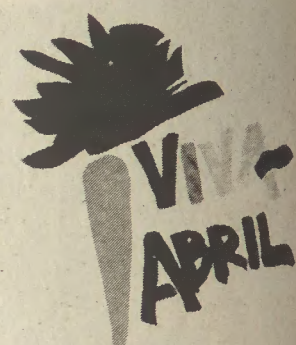
Medideira (junto ao Campo do Amora).
Idas - De Lisboa para Cacilhas - Horários normais, com frequência de 15 a 20 minutos.
Regresso - De Cacilhas para o Cais do Sodré: na 6ª feira e no sábado até às 02.45h, no domingo até às 02.00h, com frequência de 20 minutos das 24.00h às 02.00h.
Pode usar-se passe social.

Nota: Estão asseguradas carreiras da RN de Cacilhas para a Quinta da Princesa e Medideira, e volta, de acordo com as necessidades. O regresso da Quinta da Princesa e da Medideira conjugado com o horário dos barcos assegura, nos três dias da Festa, transportes até às 02.00h com a frequência necessária ao escoamento de todos os passageiros (aprox. 15/15 minutos). (No domingo até à 01.00h).



- Entrada da Medideira
- Entrada da Quinta da Princesa
- Rodoviária (carreira normal)
- Rodoviária (Terminal p/Barreiro/Boixa da Banheira)
- Rodoviária (Terminal da Medideira)
- Rodoviária (Terminal p/Amadora)
- Rodoviária (Terminal vai-vem do Seixal)
- Rodoviária - Terminal Q1ª. da Princesa
- Parque automóvel (1,2,3)
- Parque de serviços (campo do Amora)
- Parque de excursões
- Acampamento de serviço da Festa

ESPAÇO CENTRAL COMEMORA ABRIL



Os 20 anos da revolução de Abril são o tema central das iniciativas do Espaço Central, onde se destaca a Exposição Internacional de Artes Plásticas 'Que Viva Abril', evento de que damos conta em separado. O tema será abordado de diversas formas, lembrando naturalmente o passado mas sem esquecer o presente e o papel que a todos respeita na construção do futuro. Assim, os visitantes do Espaço Central vão poder fazer uma viagem ao passado recente através de fotografias, autocolantes, imagens, sons e símbolos dos últimos 20 anos da História de Portugal, ou mergulhar ainda mais fundo na memória da luta contra a ditadura e pela liberdade.

Os prelos da liberdade e uma edição especial do «Avante!»

A imprensa clandestina teve na luta pela liberdade e a democracia um papel fundamental. Consciente disso, o Centro de Estudos Sociais do PCP organiza este ano uma importante e inédita exposição documental na base da imprensa e de outras edições do PCP e de movimentos antifascistas no período 1926/1974.

Na exposição serão apresentadas, em originais ou em fac simile, algumas das mais significativas publicações da imprensa operária na resistência ao fascismo e uma base de dados de lutas sociais relativa ao mesmo período.

Também a imprensa comunista - o "Avante!" e o "Militante" - não podia deixar de estar representada nesta mostra do que foi e é a luta pela defesa dos interesses do Povo e do País. Num pequeno auditório de troca de experiências e de debate de ideias, a reflexão sobre o tema terá um espaço aberto à participação de todos. Ainda durante a Festa, a exemplo do ano passado e inserido na Campanha de Promoção do "Avante!", será editado um número especial do órgão central do PCP.

Convívio e o resto

Como vem sendo hábito, o Espaço Central será igualmente um local privilegiado para o convívio. O Café da Amizade, ponto de encontro obrigatório dos visitantes, conta este ano com novo visual e a qualidade de sempre. Antes ou depois de comemorar Abril e de visitar a Banca Central, onde não faltarão lembranças desde as medalhas aos discos, das camisolas às coleções de selos, dos posters de solidariedade a Cuba às fitas, copos ou bonés, chega a hora de matar a sede ou de brindar ao futuro. À disposição vão estar bebidas com e sem álcool, café a toda a hora e mais o que na altura se verá. A organização promete surpresas e aguçá o apetite com o anúncio de uma Cuba Livre diferente e muito especial. Contra o Bloqueio, naturalmente.

Viva Abril sempre presente para uma vida melhor

Evocar a revolução que pôs fim ao fascismo e abriu aos portugueses perspectivas de uma vida melhor, implica evidentemente falar das conquistas sociais, económicas, políticas e culturais, a entrega dos trabalhadores e do Povo à tarefa, difícil mas exaltante, de transformar a vida e o País. Indissociável deste «regresso ao passado» - importante para perceber o presente e preparar o futuro - é a denúncia da sabotagem e da ofensiva aos direitos conquistados empreendidas pelo imperialismo visando reconstruir o domínio do capital, tão presentes em cada momento do dia-a-dia, bem como a resistência e a luta do presente por uma alternativa democrática. E como falar de tudo isto sem falar do PCP? No Espaço Central, o papel do PCP na luta pela liberdade e em sua defesa na luta por uma vida melhor tem um merecido espaço, a par das suas propostas para o presente e o futuro.

MAIS VERDE MAIS LUZ MAIS BONITO

De ano para ano, o espaço da Festa renova-se, altera-se, melhora, de forma a oferecer aos seus visitantes melhores condições para o usufruto da própria Festa. Este ano, tendo-se mantido no essencial a organização espacial da Festa, será no entanto notório o aspecto geral dos arruamentos em que foi melhorado o traçado do piso, iluminação e decoração. Na sequência do plano interanual de melhoramentos

do Parque da Quinta da Atalaia, foram executadas melhorias significativas, sobretudo nas zonas envolventes do polidesporto. Também o manto vegetal foi reforçado e, em grandes áreas, replantado. Como novidade, há a assinalar um novo tipo de estruturas - tendas em PVC - no Espaço Central, onde se situará o Monumento ao 25 de Abril, estrutura em aço da autoria de Luís Ralha.

OUTROS PALCOS

Arraial • Lisboa • Setúbal

Vários palcos dedicados a diversos tipos de música funcionam simultaneamente na Festa. É uma das tradições deste acontecimento, mobilizando desde os artistas mais consagrados até aos grupos que agora iniciam

o Café-Concerto e o Palco Setúbal.

Palco Arraial

O Palco Arraial apresenta, como é hábito, uma programação que

do Barreiro fazem parte desta programação. Também o grupo musical Modéstia à Parte, da Sociedade 1.º de Agosto Santa Iriense e o conjunto, já habitual na Festa, de nome Niger preenchem outros momentos musicais e de baile popular que aqui ocorrerão.

Nuno Gomes dos Santos, Alberto Albuquerque, a Banda de Mário Gramaço e Samuel são os nomes que protagonizarão esta homenagem. O Palco Lisboa vai incluir ainda uma programação de música moderna portuguesa com Adamastor, Págem e Tropa de Choque e momentos com o Grupo Girassol e o grupo Fado Abril.

Também na zona de Lisboa vamos encontrar o Café-Concerto, onde para além de vários momentos de debate político e cultural e sessões de poesia, vão passar por ali artistas inseridos em diversas formas de expressão da música popular, como a brasileira, africana e popular portuguesa. Dany Silva, Tito Paris, Leonel de Almeida e a Escola de Samba Juventude da Baía são alguns dos nomes indicados.

Palco Setúbal

O palco instalado na zona da Organização Regional de Setúbal caracteriza-se por uma programação popular e diversificada onde iremos encontrar o Grupo de Teatro Imagine, o grupo Banda Mar, o grupo musical Lenga Lenga, a jovem cançonetista Vanessa, o grupo de música moderna Dixit e o de música portuguesa Falcão e Bonaparte para além da presença da música popular portuguesa com o conceitado Mané. Todos as noites, a encerrar os espetáculos, organiza-se nesta zona da Festa um grande baile popular.

Palco Lisboa e Café-Concerto

A programação do Palco Lisboa tem como ponto forte o espectáculo Recordar Ary nos 20 Anos do 25 de Abril, numa altura em que passam, simultaneamente, dez anos sobre a morte do grande poeta. Mané, Luísa Basto, João Fernando,

inclui exhibições de bandas filarmónicas, grupos folclóricos e baile. A Banda da Sociedade Filarmónica da Arrentela (Seixal), o grupo dos Arrozeiros do Sorraia e os ranchos folclóricos de Vale de Milhaços, do Centro Cultural e recreativo de Travanca, da Associação do Redondo, de Seramena, de Varatojo, da Quinta do Conde e

carreira. Momentos especiais e de descoberta proporcionam-se assim ao público da Festa, atendendo-se a vários géneros, a vários gostos, do mais popular ao mais especializado. Para além dos palcos centrais, merecem aqui destaque as programações de outros locais para espectáculo na Festa: o Palco Arraial, o Palco Lisboa,



COMÍCIO

DOMINGO ÀS 17 HORAS

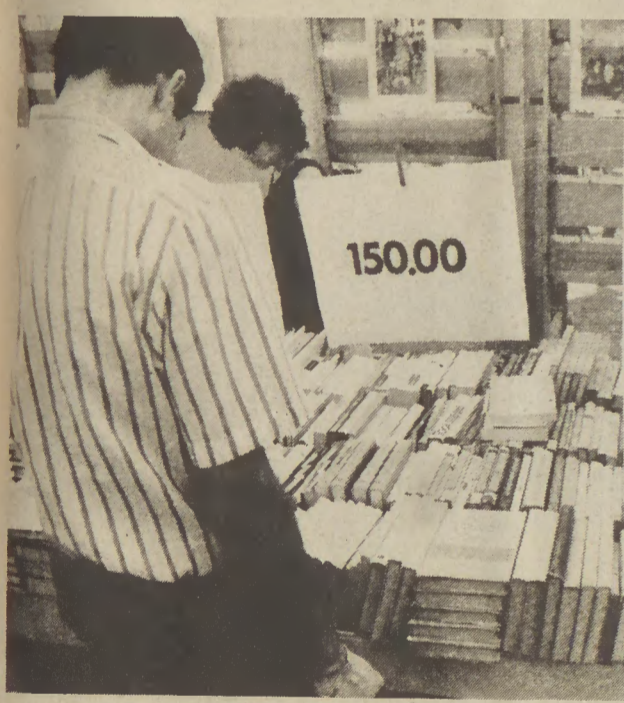
Abertura Sexta às 19 horas com intervenção de **Carlos Carvalhas**

Centro do Livro e do Disco

Em anos anteriores, certamente muito boa gente teve de enfrentar apertos, confusões, bichas, calor e sabe-se lá que mais para descobrir, na profusa oferta do Centro do Livro e do Disco da Festa, o livro ou o disco da sua preferência ou tão só o golpe de sorte que lhe fez chegar às mãos justamente o que procurava há tanto tempo sem sucesso. Pois bem, sempre atenta às exigências, críticas e sugestões dos seus visitantes, a organização do Centro decidiu este ano inovar o seu espaço e separar as águas. Quer isto dizer que o Centro ficará instalado em duas tendas, uma

para livros e outra para discos, para além de contar ainda com um espaço de animação onde estarão presentes escritores e músicos para sessões de autógrafos e pequenas palestras. Entre os muitos motivos de interesse a que o Centro do Livro e do Disco já nos habituou, destacam-se este ano as iniciativas integradas nas comemorações do 25 de Abril, com particular realce para o lançamento do livro de Álvaro Cunhal "Acção revolucionária, capitulação e aventura", bem como a reedição de "A Revolução Portuguesa, o passado e o futuro" com uma introdução sobre "os 20 anos

do 25 de Abril" (Álvaro Cunhal). No âmbito da campanha de solidariedade com Cuba, por seu turno, será feita uma promoção especial do livro "O grão de milho", de Fidel Castro. Também os dez anos da morte de Ary dos Santos serão assinalados, com uma promoção especial da sua obra poética. De registar que o número de editoras presentes na Festa é este ano substancialmente alargado e que o Centro do Livro e do Disco contará ainda com um espaço dedicado à venda de brinquedos.



DESPORTO



O desporto da Festa do Avante tem vindo a ganhar um prestígio crescente e a cativar cada vez mais adeptos, entre praticantes e apoiantes. Este ano de 1994, ano do Campeonato do Mundo de Futebol, do Campeonato da Europa de Rhonrad, Campeonato do Mundo de Atletismo para Deficientes, ano do Associativismo, ano do Ideal Olímpico, etc., etc., o desporto da Festa vai ser dedicado especialmente ao Desporto para Deficientes, Desporto Feminino e Desporto infantil e juvenil. A fase de promoção começou em Maio. Futebol, Tiro, Damas, Xadrez, Chinquilho, Pesca, Cicloturismo e Provas Náuticas dão início à Festa do Desporto que culminará com três dias de Festa na Ataíla. As novidades também não faltam: de Cuba vêm pugilistas de primeira linha, o boxe cubano possui várias medalhas de ouro olímpicas e de campeonatos mundiais - para combates organizados com o apoio da Federação Portuguesa de Boxe. Com a colaboração da Federação Portuguesa de Patinagem faz a sua estreia na Festa a patinagem artística enquanto o andebol e o basquetebol femininos prometem dar que falar. E, é claro, há a Corrida da Festa, a gigantesca

prova popular que, ao mesmo tempo, marca o início da época de estrada para alguns dos melhores atletas nacionais. É o festival do Desporto na Festa do Avante!

Modalidades para todos

Futebol Saão

- Torneio com mais de 101 equipas com finais na Festa

Canoagem

- Provas de circuito náutico com 8 pontos com o apoio da ANS/ANA a 21 de Agosto na Baía do Seixal

Cicloturismo

- 50Km Seixal/Almada/Seixal no dia 28 de Agosto

Damas

- Com a participação dos grandes mestres das damas nacionais e internacionais (M. da Silva, José Pereira, Artur Oliveira)

Xadrez

- Final de torneio com um mestre invisual, com o apoio da Federação do Desporto para deficientes

Tiro

- Tiro com dardo a 7m com torneios já a decorrer. Feminino e masculino com finais na Festa

Chinquilho

- Nas modalidades de malha grande, pequena e corrida. Finais na Festa

Desporto para deficientes

- Futebol de cegos

- Basquetebol em cadeira de rodas

- Xadrez para cegos

Triatlo

- Com xadrez, escalada e tiro, para ambos os sexos, a partir dos 15 anos

Sarau Ginástica

- Com mini-trampolim, duplo-trampolim, mesa alemã, cama elástica, tumbling e balett. Encerramento com uma Master Classe de Aeróbica para todos os visitantes da Festa



A presença do Teatro na Festa do Avante é já uma tradição. Este ano, embora por diversos motivos (férias, diferentes compromissos, etc.) não nos seja ainda possível apresentar um programa completo, também o Teatro marcará a sua presença. Para aguçar o 'apetite' dos aficionados aqui deixamos algumas indicações do que este ano poderá ver:

Sexta-feira

Peça "Greensleeves", pelo Grupo CDIAG (Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett)

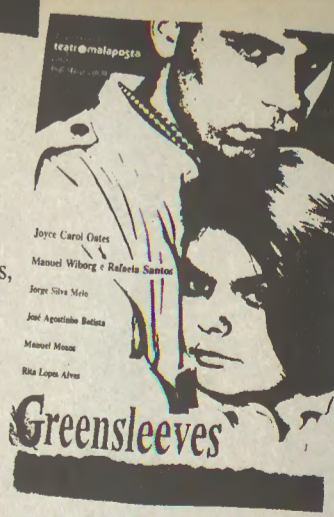
Sábado

Manhãs infantis/animação de rua, pelo Grupo "Teatro em Movimento"

Tarde e noite, peças "Afonso Henriques" e "Amanhã" pelo Grupo de Teatro "O Bando" e ainda a peça "Fausto" pelo grupo Cápsula.

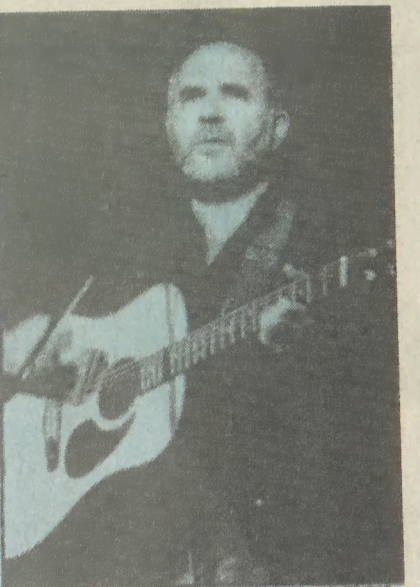
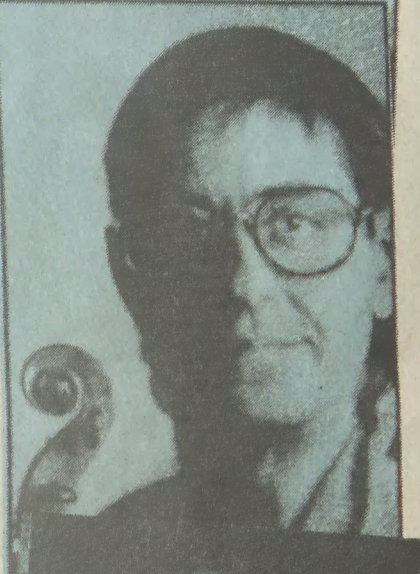
Domingo

Teatro em Movimento de manhã com a "História do Guarda Cabrita e do Diabo Manita". Depois, às 14 e 30, o Grupo Intervalo com "O Cabaret do Conde"/Marquis e às 22 horas a Companhia de Dança Contemporânea apresenta um espectáculo intitulado «Cantares a Zeca Afonso».



A Malaposta leva a peça Greensleeves ao Avante teatro

FOLK Britânica



BAND OF HOPE



MUSICA DE CUBA Guajira Habanera



Exposição Internacional de Artes Plásticas

**QUE VIVA
ABRIL**

Integrada na zona do Espaço Central irá realizar-se uma Exposição Internacional de Artes Plásticas, por convite, com a designação «Que Viva Abril».

Na exposição serão apresentados trabalhos representativos dos últimos 20 anos de artistas plásticos de renome internacional — 20 portugueses e 24 estrangeiros — que acordaram integrar-se em mais esta iniciativa que visa comemorar a Revolução de Abril no domínio das Artes Plásticas.

Esta exposição organizada pela Comissão de Artes Plásticas da Festa do Avante (em que participam Virgílio Domingues, Luís Ralha, Costa Martins, o galerista Francisco Lebre, entre outros) tem ainda a colaboração como consultores de dois críticos de arte, Rui Mário Gonçalves e Raoul-Jean Moulin, este último secretário-geral honorário da AICA (Associação Internacional de Artes Plásticas).

A exposição será instalada num espaço com cerca de 350 m², equipada de acordo com as exigências impostas por uma exposição desta qualidade. No quadro das relações existentes entre o PCP e o PCF, a festa do Avante e a Fête de l'Humanité, tudo aponta para que esta exposição esteja presente também nesta festa, que se realiza em Paris, uma semana depois da Festa do Avante.

Artistas participantes Nacionais

Álvaro Lapa
Ángelo de Sousa
António Costa Pinheiro
António Quadros Ferreira
Bartolomeu dos Santos
Eduardo Nery
Eurico Gonçalves
Fernando Azevedo
Ivo
Júlio Pomar
João Vieira
Jorge Martins
Jorge Pinheiro

Manuel Baptista
Maria José Aguiar
Pires Vieira
René Bertholo
Rogério Ribeiro
Sá Nogueira
Sérgio Pombo

Estrangeiros

António Saura
António Seguí
Bata Mihailovitch
Bernard Rancillac
Catherine Viollet
Claude Viallat
Claude Viseux
Cristian Jaccard
Erro
Jean Messagier
Jesus Soto
Jiri Kolar
José Balmes
Lavislas Kijno
Melik Ouzani
Nikos Kessanlis
Olivier Debré
Peter Stampfli
Pierre Buraglio
Pierre Soulages
Valerio Adami
Villeglé
Vladimir Velickovic
Zao Wou-Ki



O quadro «Terra Incógnita», de Bartolomeu dos Santos, uma das obras expostas na Festa



festa do Avante! 94 • CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE